



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

147^a Reunião Ordinária do Plenário do Conama

Realizada em
Brasília/DF.
03 de setembro de 2025.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa RDK Degrações e Eventos

1 **Manhã:**

2 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Bom dia, senhoras e
3 senhoras. Bom dia, senhores e senhoras. Vamos, por favor, dar início à reunião. O
4 Ministro já se encontra na sala. Podia informar o quórum, por favor, Marcela?

5 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
6 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – 72 conselheiros.

7 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Excelente, obrigado.
8 Então, podemos dar início à 147^a reunião ordinária do Conselho Nacional do Meio
9 Ambiente. 147^a. Esse é um conselho longo. Acho que é o mais longo do Governo
10 Federal. Muito bem, então, para dar início à nossa reunião, eu pedia passar a palavra à
11 Ministra Marina Silva para abrir, assim, Rodrigo Agostinho. Rodrigo Agostinho estava
12 conosco e se perdeu no caminho. Bom, vamos dar início. Ministro Rodrigo, se acomoda
13 na sequência.

14 **A SR^a. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**
15 **Mudança do Clima - MMA)** – Bom dia a todos, a todas. Primeiro, quero agradecer a
16 Deus por estarmos aqui. Quero cumprimentar, de um modo especial, o secretário-
17 executivo João Paulo Capobianco, cumprimentando também a Marcela, juntamente com
18 o doutor Barroso, nosso CONJUR. E quero cumprimentar a todos os conselheiros e
19 conselheiras aqui presentes. Cumprimento também nosso presidente do IBAMA, Rodrigo
20 Agostinho, que está se dirigindo para o dispositivo falante. Quer fazer uma rápida
21 saudação, Rodrigo? Dizer que é uma satisfação estarmos aqui nesse momento de
22 debate, sempre muito rico, que envolve resoluções, moções, formulações, críticas e as
23 grandes contribuições que esse conselho dá para a política ambiental brasileira,
24 considerando, sobretudo, os aportes que estão feitos com uma participação diversa dos
25 diferentes segmentos da sociedade, que vai desde a comunidade científica aos órgãos
26 federados nos seus diferentes níveis, o setor empresarial, as organizações da Sociedade
27 Civil, movimentos de natureza diversa aqui. Muito obrigada pela contribuição. Eu sempre
28 digo que a democracia, ela otimiza recursos financeiros, recursos humanos, otimiza
29 tempo e, sobretudo, ajuda a gente a encontrar soluções. Em um ambiente não

30 democrático, com certeza a gente perderia toda essa capacidade de aportar tamanhas
31 contribuições para a gestão pública e o fortalecimento do sistema nacional de meio
32 ambiente, como faz aqui o Conama. Esse é um momento importante, nós estamos
33 vivendo já aqui quase o momento de final de ano. Temos uma pauta extensa sobre a
34 qual vocês irão se debruçar, com propostas de resolução, inclusive uma delas sobre
35 supressão de vegetação, outras propostas que envolvem moções que estão sendo
36 apresentadas aqui pelos nossos conselheiros e conselheiras. Mas, sobre isso, o
37 secretário Capobianco vai colocar mais, enfim, a miúdo às propostas. Eu queria trazer
38 aqui alguns pontos no que se refere à política ambiental, que nós já estamos no terceiro
39 ano do governo do presidente Lula. Começamos um processo que todos vocês sabem,
40 como estava difícil a política ambiental brasileira, inclusive esse conselho totalmente
41 desfigurado. A partir de 2023, a gente fez a recomposição do conselho, acredito que
42 temos aí contribuições que estão sendo ainda trabalhadas, algumas delas até sugeridas
43 pelo nosso querido Herma Benjamin, que fez a abertura com uma palestra magna. Falei
44 magna. Essa coisa de brincar com as coisas não é boa. Uma palestra magna na abertura
45 desse conselho. E, desde então, a gente tem conseguido alguns bons resultados. A
46 questão dos resultados que são positivos, eles são igualmente desafiadores, é claro que
47 é mais desafiador para quem, de fato, tem preocupação com os avanços que precisam
48 ser dados na política ambiental, é quando não se tem ganhos positivos nenhum. Mas,
49 mesmo os ganhos positivos, eles precisam ser adequadamente manejados, e por quê?
50 Porque nós vivemos em um tempo com tamanho déficit de resultados na agenda
51 ambiental, em função de questões de natureza de cada país, mas, sobretudo, esse
52 contexto global desafiador, em que, mesmo os ganhos que a gente tem, a gente precisa
53 quebrar aquilo que eu chamo de inércia do resultado alcançado. A gente não pode ficar
54 se regozijando com o resultado alcançado e a gente precisa, o tempo todo, quebrar essas
55 inércias. Mas, é sempre bom a gente poder se alimentar e se fortalecer com os ganhos,
56 porque, afinal de contas, nem só de notícia ruim deve viver o pessoal da área de meio
57 ambiente. Então, eu queria registrar aqui alguns ganhos nessa política, e já
58 cumprimentando o Congresso por algumas vitórias, porque eu gosto de ser justa. A gente
59 conseguiu aprovar a Lei Nacional de Visitação às Unidades de Conservação, o que foi
60 um ganho, um trabalho muito interessante, no Senado, na Câmara dos Deputados, que

61 eu quero aqui agradecer, na pessoa do deputado Túlio Gadelha. Também conseguimos
62 aprovar a lei que estabelece a questão do mercado regulado de carbono. Estamos em
63 pleno processo de implementação, junto com o Ministério da Fazenda, para que
64 tenhamos no Brasil aquilo que nós chamamos de um mercado íntegro, um mercado
65 transparente e entendendo o tempo todo, deixando claro que o mercado de carbono não
66 é uma bala de prata, é um dos elementos. Estamos avançando significativamente na
67 constituição de um Fundo Global para a Proteção de Floresta, que é o TFFF. Queremos
68 que ele esteja operacional já na COP30, em parceria com seis países em
69 desenvolvimento e seis países desenvolvidos, para que possamos pagar por hectare de
70 floresta protegida. Também conseguimos aprovar no Congresso Nacional a Lei do
71 Manejo Integrado do Fogo, e já está em plena implementação. E eu, para não repetir aqui
72 algumas coisas que já dissemos, gostaria de registrar alguns números. Por exemplo, o
73 fato de que o Brasil registra o menor número de queimadas da série histórica em agosto,
74 com 18 mil. Ainda não é para celebrar e precisamos quebrar a inércia do resultado
75 alcançado. 18.451 focos de calor, o menor índice desde o início do monitoramento feito
76 pelo INPE. Isso é fruto de muito trabalho combinado com fatores climáticos, para que a
77 gente também estabeleça que tem um fator climático que agravou os incêndios do ano
78 passado e um fator climático que está nos favorecendo. Mas não é apenas a questão do
79 fator climático. Tem muito investimento, muita ação que vem sendo feita. Esse resultado
80 representa uma queda de 61% em relação à média histórica para o mês, onde tivemos
81 47.348 focos e de 13,8% em relação ao recorde anterior registrado em 2013, que foi de
82 21.410 focos. Essa é a primeira vez que o número fica abaixo de 20 mil focos em agosto.
83 Portanto, toda a equipe do IBAMA, do ICMBio, da Secretaria Extraordinária, que o André
84 é de controle do desmatamento, a Polícia Federal, a PRF, a FUNAI, todos os parceiros
85 que trabalham juntos, eu quero aqui fazer esse registro. É uma combinação de fatores
86 climáticos, mas também com muito investimento. Aumentamos a nossa frota em 800
87 veículos, mais de 600 veículos para alcance de áreas remotas. Chegamos já a adquirir
88 cerca de 11 aeronaves, o que aumentou em 70% a nossa capacidade de mobilização de
89 brigadista, aumentamos em quase 100% nossa capacidade de lançamento de água e eu
90 poderia aqui citar vários números. Isso tem a ver também com esses resultados, mas tem
91 a parceria com os Estados, com os Municípios, o programa do manejo integrado do fogo

92 tem um peso grande, mas também o programa União com Municípios, inclusive o
93 secretário André fez uma reunião incrível no Estado do Amazonas com todos os
94 secretários de meio ambiente, em uma quantidade de mais de 70 pessoas, o que é muito
95 bom, essa ação conjunta. Então, eu queria citar esses dados e queria trazer aqui também
96 alguns dados em relação a desmatamento. E conseguimos no Cerrado, de agosto de
97 2024, em relação a agosto de 2025, de agosto de 2024 a agosto de 2025, uma redução
98 de desmatamento no Cerrado de 20,8% e no Pantanal de 72% e na Amazônia tivemos
99 aqui, acho que no Pantanal é algo em torno de 25%, na verdade é 25% que eu estou
100 com 27%, eu estou com o dado antigo, o André me atualizou ontem, na Amazônia uma
101 queda de 40,3%. Isso é uma demonstração de que quando tem um Governo Federal que
102 atua e que tem compromisso com a agenda em parceria com os Estados, as coisas
103 acontecem. Quando não tem a ação do Governo Federal, acontece o que aconteceu no
104 período anterior, que eu acredito que por mais que houvesse esforços dos Estados não
105 fomos capazes de conter o desmatamento. Mas isso é só para dizer e ilustrar aquilo que
106 eu disse, que temos que romper com a inércia dos resultados já alcançados. E eu queria
107 fazer aqui uma rápida palavra, já falei sobre o TFFF e eu queria falar um pouco sobre a
108 COP30. A COP30 já vai, estamos, há quantos dias mesmo, gente, da COP30? A Ana
109 Toni é que faz essa contagem todo santo dia. E nós estamos, faltam 69 dias para a
110 COP30. É um ambiente altamente desafiador, é desafiador do ponto de vista da situação
111 geopolítica, é desafiador do ponto de vista da emergência climática que nós já estamos
112 vivendo, é desafiador do ponto de vista logístico, que estamos trabalhando duramente,
113 Casa Civil e todos nós, para que possamos assegurar que todos poderão participar da
114 COP30 após todo esse processo de trabalho intenso que temos feito. Já temos
115 assegurado que cada delegação de países vulneráveis terá de 12 a 15 eleitos
116 assegurados pelo governo, em parceria com o governo do Pará, para que nenhuma
117 delegação fique para trás. E uma força muito grande que está sendo dada para que se
118 tenha a reposição em bases corretas e justas do valor da hospedagem. Em cada COP,
119 a média dos estudos que vêm sendo feitos é que você tem uma majoração de algo em
120 torno de 3 a 4 vezes, no máximo 5 vezes o valor da diária. Estávamos em uma situação,
121 estamos manejando uma situação em que isso foi de 10 vezes a 15 vezes mais os valores
122 que são praticados. Nesse sentido, o Governo Federal, o governo do Estado, estão

123 usando todos os meios legais de que dispõem para fazer com que os preços sejam
124 estabelecidos em bases justas dentro da média que acontece nas outras COPs e
125 assegurando uma cota menor de valor em termos monetários para as delegações mais
126 vulneráveis. Mas o debate sobre logística tem, de certa forma, colocado uma cortina no
127 debate sobre substância e negociação. E esse debate, ele é altamente importante. As
128 duas coisas são importantes. Mas, obviamente, que nós estamos diante de uma situação
129 desafiadora com os Estados Unidos tendo saído do acordo de Paris, nós temos uma
130 situação desafiadora em função de um contexto de guerras que minam a colaboração, a
131 cooperação, a solidariedade entre os povos e regiões, além de ceifar a vida de inocentes,
132 o patrimônio de inocentes, como acontece na faixa de Gaza, como acontece na Ucrânia,
133 como acontece em vários países da África, em que estamos perdendo cerca de 260 mil
134 vidas por ano em função das guerras. Agora, tem um dado, já que estamos falando de
135 COP30, que acontece é que, em função da mudança do clima, das ondas de calor, nós
136 perdemos 500 mil vidas por ano só em função de ondas de calor. Essa guerra silenciosa,
137 ninguém consegue colocar tanta ênfase como a gente consegue colocar nas guerras
138 bélicas, e as duas são igualmente necessárias. Outra coisa importante, ainda falando de
139 substância da COP30, o embaixador André Corrêa do Lago, que lidera esse processo,
140 muito corretamente colocou esse nome de COP como um mutirão, um mutirão de 198
141 países, e esperamos que de fato seja um mutirão. A gente não faz mutirão para nada, a
142 gente faz mutirão para alguma coisa. Quando eu morava no Seringal, a gente fazia um
143 mutirão ou para colocar o roçado de subsistência, ou para limpar as estradas de seringa,
144 tanto as que já estavam com mato ou as que estavam no bruto. Quem não sabe o que é
145 uma estrada de seringa no bruto, é só procurar saber aí no Google que vai entender.
146 Então, a gente fazia um mutirão para, sobretudo, quando as estradas estavam no bruto.
147 Juntava um bocado de família ali, a gente passava o dia todo trabalhando, e à noite
148 sempre tinha um sanfoneiro que ajudava o pessoal a esquecer o cansaço. Então, nós
149 vamos fazer um mutirão. E esse mutirão é para quê? Para implementar. Implementar o
150 quê? O que já foi decidido. E a gente tem que pensar muito no que já foi decidido. E a
151 única forma, talvez, de fazer a gente aliviar o cansaço é se sairmos da COP30 com uma
152 negociação que dê encaminhamento, faça o correto endereçamento dos temas cruciais
153 que estão postos para a humanidade. E o mais importante é que nós já conseguimos

154 tomar as decisões políticas sobre eles graças ao balanço geral no âmbito do Acordo de
155 Paris, que foi feito antes da COP28 em Dubai. A COP28 em Dubai tomou decisões que
156 somente Deus não duvidava que elas fossem acontecer porque ele sabe de todas as
157 coisas. Mas muitos de nós duidávamos que pudesse acontecer. Mas, por incrível que
158 pareça, no coração do petróleo nós saímos de lá com a decisão de não ultrapassar o e-
159 mail de temperatura da Terra. Saímos de lá com o mecanismo de perdas e danos
160 totalmente resolvidos em termos de decisão política. Saímos de lá com a decisão de que
161 era necessário meios de implementação fazer a transição para o fim de desmatamento,
162 triplicar renovável, duplicar eficiência energética e fazer a transição para o fim de
163 combustível fóssil, ou seja, carvão, petróleo e gás. Tudo isso que foi decidido tem que ter
164 um endereçamento agora no que significa implementar o que nós já decidimos. E
165 implementar o que já decidimos tem a ver com as NDCs. Inclusive tem uma moção aqui
166 sobre o nosso Plano Clima. E é muito importante porque o Brasil tem um Plano Clima
167 que estabeleceu que vai reduzir a emissão entre 59% e 67%. Estabeleceu também que
168 são metas para todos os setores, para todos os gases. E consideramos que a nossa NDC
169 é ambiciosa e alinhada com o ponto 5. Mas, infelizmente, mesmo se fizéssemos todos
170 nós, no mundo inteiro, tudo que está prescrito no Acordo de Paris, a temperatura média
171 da Terra ainda iria para algo em torno de 2,6 graus centígrados de aumento da
172 temperatura média da Terra. Isso é uma catástrofe. Por quê? Os cientistas estão dizendo
173 que tem que ser 1,5. Para que a gente possa endereçar esse déficit de redução de
174 emissão de CO₂, ainda que não esteja na negociação, com certeza nós deveremos criar
175 meios e na agenda de adicionalidades para fazer esse endereçamento. Portanto, a
176 COP30 terá os seus próprios indicadores de esforços, que uma boa parte deles já virão
177 de fora para dentro. As NDCs serão apresentadas em setembro. A questão de
178 financiamento era uma agenda da COP29, que está vindo para a nossa agenda e que
179 terá um relatório dos dois presidentes, do Azerbaijão e do Brasil. Ainda bem que não vai
180 passar por negociação, senão seria abrir tudo de novo. Mas e aí? O que nós vamos fazer
181 com a decisão que tomamos de triplicar renovável, duplicar eficiência energética e fazer
182 a transição para o fim do desmatamento de combustível fóssil? Isso precisa também ser
183 endereçado como adicionalidade. E o Brasil é o único país que tem uma meta de zerar
184 desmatamento até 2030, com os resultados que vocês já estão vendo, que a gente

185 começou a fazer. Mas ainda estamos longe da nossa meta e queremos alcançá-la.
186 Temos uma meta de zerar a emissão até 2050, mas é preciso ter indicadores de esforços
187 ao longo do caminho. Portanto, o que eu venho advogando e também vários segmentos
188 e com certeza nosso embaixador Corrêa do Lago está investido de que possamos dar
189 esse endereçamento, mas eu não sou diplomata e eu posso dizer com toda clareza. Se
190 em Dubai nós fomos capazes de tomar todas essas decisões, aqui nós temos que fazer
191 da nossa COP um novo marco referencial. Um marco referencial para os próximos 10
192 anos, é o que eu espero, como foi o acordo de Paris. Cada COP ficou conhecida pela
193 contribuição que deu. A nossa COP já tem muitos ganhos, inclusive pelo ciclo dos povos,
194 pelo ciclo dos Ministros de finança, pelo ciclo dos ex-presidentes de COP que estão
195 mobilizando e ajudando, o balanço ético global que já tivemos na Europa, já tivemos na
196 Ásia e na América do Sul, Central e Caribe, que teve a coliderança da ex-presidente
197 Michelle Bachelet. Na Índia tivemos da Ásia a coliderança do prêmio Nobel Kailash e na
198 Europa da nossa querida Ex-Primeira-Ministra Mary Robertson. O balanço ético é para
199 que a sociedade possa trazer pelo crivo da ética o que precisa ser feito para o
200 enfrentamento da mudança do clima. E se eu pego aqui alguma das COPs, a COP21
201 com o acordo de Paris, altamente referencial, a COP24 com o mecanismo de
202 transparência para que aquilo que está sendo dito tenha mecanismo para ver se está
203 sendo feito. A COP25 com a finalização do acordo de Paris, o caderno de regras do
204 acordo de Paris e a COP26, os compromissos de Net Zero até 2050. A COP27 foi a COP
205 da criação do fundo de perdas e danos olhando para os mais vulneráveis. A COP28 foi a
206 COP de Dubai, aquela que nós tomamos decisões que são altamente relevantes e que
207 agora temos que implementá-las. Portanto, a COP30 nós temos que torná-la como o
208 marco referencial da COP da implementação, que endereçou o que fazer com o consenso
209 dos Emirados Árabes Unidos, o que endereça, o que devemos fazer para alcançar 1.3
210 trilhão e que vai fazer o endereçamento do que vamos fazer se ficarmos de segunda
211 chamada em relação às NDCs que se não estiverem alinhadas com o ponto 5. Eu fiz uma
212 longa digressão aqui para dizer que o presidente Lula está altamente imbuído do
213 propósito de continuar liderando pelo exemplo, seja na agenda de uma meta de redução
214 de emissão ambiciosa, seja em relação ao compromisso de zerar desmatamento, seja
215 no compromisso de fazer a desintrusão das terras indígenas, que já conseguimos fazer,

216 o Rodrigo tem mais essa estatística, a terra indígena é a Yanomami, a terra indígena
217 Apyterewa, a terra indígena é a Kayapó, a terra indígena é a Munduruku, a terra indígena
218 é, enfim, o Rodrigo completa, porque eu não consigo decorar todas, mas isso ainda
219 precisa quebrar a inércia do resultado já alcançado. E uma inércia que precisa ser
220 quebrada. Tivemos a votação do licenciamento no Congresso Nacional. Nos termos em
221 que foi aprovado, seria uma amputação da principal ferramenta de proteção ambiental,
222 que é o licenciamento. O presidente Lula fez 63 vetos, como eu dizia, foram vetos
223 estruturantes, vetos estratégicos, que preservam o licenciamento ambiental brasileiro. E
224 que estamos dialogando com o Congresso, o mesmo Congresso que aprovou a lei do
225 mercado regulado de carbono, manejo integrado do fogo, a visitação aos parques, todos
226 esses ganhos, mas o mesmo Congresso que aprovou uma lei que inicialmente fazia essa
227 amputação. Agora dialogar para que esses exemplos virtuosos sejam também
228 identificados na manutenção dos vetos do presidente Lula, inclusive em relação à
229 questão das terras indígenas e quilombolas. Na forma como tinha sido aprovado, só
230 seriam ouvidos quilombolas que tivessem suas terras tituladas. Na forma como foi
231 aprovada, povos indígenas só seriam ouvidos nas terras homologadas. O presidente Lula
232 estabeleceu que basta a identificação da Fundação Palmares para que quilombolas
233 sejam ouvidos. E basta a identificação do relatório da FUNAI para que povos indígenas
234 sejam ouvidos. Em relação à LAE, a LAE é o mecanismo de estabelecer prioridades
235 estratégicas. Na prática isso já acontece com as obras do PAP. Qual é a diferença da
236 LAE? É que deu um prazo de um ano para que o IBAMA se manifeste. Não é que o
237 IBAMA vai ter que dizer sim, o IBAMA vai se manifestar no prazo de um ano. Qual é a
238 outra novidade? Que haverá equipe focada para esses projetos prioritários. Por último,
239 qual é a novidade? É que antes isso era feito em uma relação bilateral entre o Ministro
240 da pasta e o Ministro da Casa Civil. Agora, segundo o próprio legislador, será no
241 Conselho de Governo. Quem compõe o Conselho de Governo? O Conselho de Governo
242 é composto por 38 Ministérios. Vai ter o Ministério de Transporte, mas também do Meio
243 Ambiente, de Minas e Energia, mas também de povos indígenas, de Educação, de
244 Direitos Humanos e assim por diante. 38 Ministérios. Eu diria até que tem uma
245 complexidade maior para que um projeto seja considerado prioritário. E por último, está
246 mantido o licenciamento trifásico. Licença prévia, licença de instalação e licença de

247 operação. Com esses vetos, mas dialogando com as inovações, seja para projeto de
248 médio, de baixo impacto e projetos que não são complexos, seja no que concerne aos
249 projetos especiais em que o governo acolhe um conceito inovador, que já acontece na
250 prática, mas que preserva a integridade do licenciamento. Eu quero aqui agradecer as
251 equipes de governo que se envolveram, o Ministério do Meio Ambiente, toda a nossa
252 equipe, aqui na pessoa do João Paulo Capobianco, mas também do Rodrigo Agostinho,
253 da nossa querida Moara e da Júlia, do Legislativo, mas também a Casa Civil, a SRI, que
254 trabalhamos ombro a ombro para chegar a esses 63 vetos e precisamos agora de que
255 todos continuemos mobilizados em diálogo com o Congresso para que a gente possa
256 manter os vetos do presidente. E por último, um agradecimento muito especial. Não por
257 acaso, 77% das pessoas pesquisadas não queriam mudança na lei do licenciamento para
258 amputar o licenciamento. E essa foi uma mobilização incrível em um tema complexo que
259 é licenciamento. E a sociedade brasileira se mobilizou, está mobilizada e agora é o
260 diálogo, o convencimento com a Casa que representa o povo, que como eu digo, somos
261 eleitos para representar, não é para substituir. E se não é para substituir, eu tenho certeza
262 de que do mesmo jeito que aprovamos a lei do manejo integrado do fogo, vamos manter
263 os vetos do presidente Lula. Se voltar que cada Município, cada Estado vai ter uma lei
264 de licenciamento, nós vamos entrar em um caos de judicialização, porque legitimamente
265 a sociedade não vai aceitar e a gente vai criar o contrário daquilo que alguns pensam que
266 estariam promovendo. Nós podemos ter agilidade, porém sem perda de qualidade. Muito
267 obrigada.

268 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Obrigado, Ministra, pela
269 sua abertura inspiradora e já coloca a gente no rumo. Queria de imediato então pedir
270 para a Marcela, por favor, ler e informar ao plenário os novos conselheiros indicados para
271 a participação aqui do Conama. Por favor, Marcela.

272 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
273 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Vamos lá. Ministério da Agricultura e Pecuária.
274 Cleivaldo de Sousa Ribeiro como titular e Laura Nascimento Brito como suplente.
275 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Titular Thais Maria de Machado Lemos
276 Ribeiro e suplente, Rui Leandro da Silva Santos. Ministério da Educação. Suplente,

277 Pierlangela Nascimento da Cunha. Ministério do Desenvolvimento e Indústria, Comércio
278 e Serviços. Titular, Sissi Alves da Silva. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Titular,
279 Bernardo Guidali Amaral e suplente, Ricardo Ferro Costa Souza. Ministério do
280 Planejamento e Orçamento. Suplente, Wesley Matheus de Oliveira. Ministério dos Povos
281 Indígenas. Titular, Maria da Conceição Alves Feitosa e suplente, Suliete Gervásio
282 Monteiro. Ministério da Previdência Social. Renata Magioli Santos e suplente, Amanda
283 Anderson de Souza. Ministério das Relações Exteriores. Titular, Luciana Melchert
284 Saguas Presas e suplente, Juliane Becker Faco. Advocacia Geral da União. Titular,
285 Teresa Villac Pinheiro. Dos Estados. Representantes dos Estados. Amapá. Suplente,
286 Cleane do Socorro Pinheiro, Paraná. Titular, Rafael Valdomiro Greca de Macedo e
287 suplente, Rafael Andreguetto. Tocantins. Suplente, Cledson da Rocha Lima. Entidades
288 Ambientalistas, Âmbito Nacional. Titular, Rafael Danielli Nicola. Mulheres em Ação no
289 Pantanal, Mupan. Suplente, Breno Ferreira de Melo. Comunidade Indígena, suplente,
290 Matheus de Castro Ferreira. Conselheiro sem Direito a Voto. Ministério Público Federal.
291 Titular, Zeni Cajueiro Tobias de Souza e suplente, Carlos Eduardo Raddatz Cruz.
292 Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.
293 Titular, Maurício Schneider e suplente, Evelyn Cristine Wehmiller Ramos. São esses os
294 novos conselheiros. Bem-vindos.

295 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Bem, obrigado, Marcela.
296 Bem-vindos a todos os novos e novas conselheiros. Infelizmente, a Ministra está me
297 comunicando que, excepcionalmente dessa vez, ela não vai poder permanecer até o final
298 do Tribunal Livre em função de compromisso. Ela vai ter que se retirar. Eu só queria pedir,
299 Ministra, que a senhora recebesse aqui em mãos da Patrícia Boson, da CNT, um
300 documento elaborado pelo setor que trata de esforço de mitigação de emissões de gás
301 de efeito estufa pelo setor de transportes. Se puder ser bem rápido, Patrícia, que a
302 Ministra precisa se retirar, por favor.

303 **A SR^a. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente e**
304 **Mudança do Clima - MMA)** – Na verdade, eu tenho uma entrevista que eu não posso
305 falhar, porque vai ser de corpo presente, como dizia a minha avó. E a outra coisa é que
306 a Karina, nossa secretária de Bioeconomia, está aqui com um grupo de pescadores que

307 faz o manejo do Pirarucu. E ela me pediu para passar lá na reunião. Então, para poder
308 passar na reunião, excepcionalmente, eu não vou ficar no pinga-fogo, mas, inclusive, já
309 fiz aqui questão de fazer uma menção às moções que foram apresentadas. Não sei se
310 consegui falar sobre todas elas. Tem uma sobre transporte de animais vivos, essa aí em
311 relação à questão do clima, sobre tubarão. Então, gostaria muito de ouvir, mas vou ouvir
312 de corpo presente, também, os pescadores que fazem o manejo do Pirarucu. Obrigada
313 e bom dia para todos.

314 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Vamos só receber então
315 ali.

316 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – TITULAR (Confederação Nacional**
317 **do Transporte)** - Bom dia, aos conselheiros, as conselheiras. Bom dia, Ministra. E por
318 ela, cumprimento toda a mesa. O nosso Gerente-executivo vai entregar aqui o nosso
319 trabalho, Ministra, para a COP30, que é um esforço do transporte nacional na questão
320 das mudanças climáticas, na modificação da clima. Todo o nosso esforço é um trabalho
321 muito bem estruturado, com muitos dados, eu acho que serve, inclusive, de base de
322 dados para traço de políticas públicas nessa área de transporte, porque ele tem uma
323 sustentação técnica científica muito boa, além de demonstração do nosso compromisso
324 para com essa pauta. Obrigada.

325 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Obrigado, Ministra.
326 Obrigado a todos aí do setor de transportes. Parabéns pela iniciativa. E seguimos então
327 com a nossa agenda. Tem um problema seríssimo de um carro, um Renault marrom,
328 placa PMY, que está com o alarme disparado, acho que tentaram roubar o carro. Não
329 conseguiram, ainda bem, porque o IBAMA não deixa, mas o alarme está disparado.
330 Alguém precisa desligar o alarme que o pessoal não consegue trabalhar. Muito bem. Isso
331 vai estar bem que nem na sala, não é? Muito bem, suposto. Vamos então, vou retornar
332 aqui à reunião, por favor. Eu gostaria de solicitar posicionamento em relação à ata da
333 146^a, conhecida como a última reunião, para aprovação. A ata foi enviada a todos e todas
334 com antecedência. Um minuto. Eu gostaria de saber se tem alguma questão em relação
335 à ata. Em relação à ata? Por favor, conselheira, pode se manifestar. Não se esqueça de
336 se apresentar para efeitos de gravação.

337 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
338 **Ambientais) –** Já apresentei, já peguei a cópia assinada.

339 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Não, não se apresente
340 para efeitos de gravação.

341 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
342 **Ambientais) –** Eu fui empossada como [ininteligível].

343 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Não, se apresente para
344 fins de gravação.

345 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
346 **Ambientais) –** Ah, sim, Lisiane Becker, representante do Instituto MIRA-SERRA. E fui
347 empossada, então, novamente aí na última plenária. E nas outras linhas, quando se
348 refere a mim, me colocam como suplente da Acaprena, que eu era da gestão passada.
349 Então, é uma pequena correção. A gente entrega para a mesa. E também gostaria de
350 desejar um feliz dia de biólogos, porque hoje é o dia de biólogos e é a segunda vez que
351 eu estou aqui. Eu fui à Câmara Técnica há alguns anos atrás e agora aqui. Muito bem.

352 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
353 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Registrado, a gente vai corrigir.

354 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Obrigado pela sua
355 dedicação ao Conama. Então, faremos a incorporação desta correção. Há mais alguma
356 observação em relação à ata? Em não havendo nenhuma manifestação. Alguém é
357 contrário à aprovação da ata? Em não havendo nenhuma manifestação. Alguém se
358 abstém em relação à aprovação da ata? Uma abstenção. Aprovada a ata da 146^a
359 Reunião Ordinária do Plenário, com a correção que acaba de ser solicitada pela
360 conselheira. Muito bem. Passamos, então, agora à Tribuna Livre, que a Ministra pediu de
361 pinga a fogo. Marcela, quais são os inscritos? Como sempre, o primeiro inscrito é o
362 Marçal, coisa que não surpreende muito, porque nunca aconteceu, mas então, qual a
363 palavra, Marçal? Na sequência, teremos o Rogério Rossi Marília, Patrícia de onde? Qual
364 a Patrícia? Patrícia Boson e, finalmente, Eduardo Taveira da ABEMA. Por favor, Marçal.

365 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
366 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Marçal Cavalcanti, presidente da
367 ANAMMA. Bom dia, Ministro Caputo. Um abraço para a Ministra que saiu. Hoje aqui, das
368 boas-vindas ao companheiro Taveira, agora que é o novo presidente da ABEMA. Um
369 abraço para a Mauri, que tanto contribuiu para a ANAMMA, não estou vendo, para a
370 ABEMA. E dizer, Ministro, que estamos aqui hoje para, mais uma vez, pedir o empenho
371 do Ministério do Meio Ambiente, dos Estados e nós dos Municípios. O PCFA, ontem,
372 passou na Câmara e foi para o Senado. Isso vai representar um prejuízo para os Estados
373 e para os Municípios e para o IBAMA, da ordem de mais de 4 bilhões, que deixarão de
374 entrar nos cofres desses três entes. Então, precisamos nos mobilizar para tentar, junto
375 ao Senado Taveira, dar uma solução entre a ABEMA, a ANAMMA e o Ministério com o
376 IBAMA, para a gente focar na base dos nossos deputados federais, dos nossos
377 senadores, para que possamos fazer esse alerta. No mais, querendo agradecer a Andréa
378 Vulcanis, porque, em Goiás, o deputado Clécio Alves, o prefeito Carlão, as honras do
379 Comitê de Bacia do Parnaíba. Estamos tomando, junto com a ANAMMA, uma
380 determinação e já erradicamos 123 lixões. Estamos agora montando a estruturação.
381 Ontem foi uma visita técnica do Município de Silvânia e foi provado que o Município
382 pequeno, com mínima estrutura, pode remediar e acabar com os lixões. Precisamos
383 montar uma estruturação política, efetiva, para esse dano que é a emissão do metano na
384 natureza. Estamos precisando. Entregamos ontem um estudo de emissões, feito na
385 parceria da DIP com a ANAMMA, para que a gente possa, e que o Ministério, conjunto
386 conosco, possamos ofertar para todos os Municípios e para o Estado, sem custo para os
387 Estados. Vê, minha querida Mauri, será conjuntamente. Quero aqui agradecer a sua
388 presidência da ABEMA, a parceria, as divergências. Desejar bem-vindo ao Taveiros e
389 vamos à luta. Muito obrigado, Capo.

390 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Obrigado, Marçal.
391 Parabéns.

392 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
393 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** O meu tempo eu dividi com o Mário e
394 esqueci de avisar.

395 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Mas você entende de que
396 seu tempo terminou? Como você vai dividir um tempo que você não tem?

397 **O SR. MARIO MANTOVANI (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente -**
398 **ANAMMA)** – Dois segundos só.

399 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Como nós tivemos uma
400 retirada de um inscrito, a Patrícia já falou, então ela retirou. Por este motivo, abrimos uma
401 exceção.

402 **O SR. MARIO MANTOVANI (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente -**
403 **ANAMMA)** – Você é fantástica. Que seria de ver se é isso. Não, é uma notícia muito boa,
404 gente. Aqui com esse Conama, a gente durante muito tempo batalhou.

405 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Desculpe, mas foi esse
406 tempo gentilmente cedido pela Conselheira Patrícia Boson.

407 **O SR. MARIO MANTOVANI (Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente -**
408 **ANAMMA)** – Grazie. Mas tem uma notícia muito boa, o Capobianco acompanhou. Ontem
409 foi aprovado, finalmente, o PL de Defesa do Pantanal. Nós temos mais um dos biomas
410 protegidos. Eu queria dar essa notícia para vocês. A Frente Parlamentar Ambientalista
411 trabalhou muito. A Camila Jara, a nossa deputada, ajudou. Nós temos já a Lei dos
412 Estados. Mato Grosso tem a sua lei, Mato Grosso do Sul tem sua lei. Fizemos uma
413 avaliação. Não está com conflitos entre essas legislações. Eu queria dar essa notícia,
414 Capobianco, lembrando o nosso amigo que faleceu. Se imolou pelo Pantanal. Fran
415 Selma, que fez esse trabalho junto com o movimento, com o SOS Pantanal. Tantas outras
416 organizações. Nós temos mais um bioma protegido com uma legislação especial. Então
417 é isso aí que eu queria dizer hoje. Obrigado a todos. Obrigado. Valeu.

418 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Depois eu vou fazer um
419 comentário sobre isso, Mário. Mas agora, na sequência, o Rogério Rossi, a APREMAVI.
420 Eu achava que a APREMAVI tinha uma outra representação. Ah, você é suplente? Ah,
421 ele é suplente. Então o Rogério Rossi, suplente da APREMAVI da região sul. E a Marília,

422 da Associação Caatinga Nordeste, por favor, com a palavra. Representantes da
423 Sociedade Civil.

424 **A SR^a MARÍLIA ALVES DO NASCIMENTO – SUPLENTE (Gerente de Programas**
425 **Socioambientais – Associação Caatinga Nordeste)** - Olá. Bom dia a todos e todas.
426 Nós falamos aqui em nome da bancada da Sociedade Civil. E gostaríamos de trazer para
427 reflexão alguns temas que necessitam da nossa atenção. Nós assistimos perplexos à
428 movimentação da geopolítica global. Que tem interferido na gestão da nossa
429 biodiversidade. E, por conseguinte, na repartição dos seus benefícios com a sociedade
430 brasileira. Nessa atuada, é conspícuo alijamento do Conama. Instância máxima do
431 SISNAMA em suas competências legais. Pior, os reflexos se fazem presentes nos
432 sistemas estaduais de meio ambiente. O caos. O contexto atual dá provas disto. Mas
433 ressaltamos sobre a importância da conclusão da elaboração do Plano Clima. Sobre a
434 coordenação do MMA em atendimento às demandas urgentes relacionadas ao Acordo
435 de Paris. No qual os países se comprometeram a reduzir suas emissões dos gases do
436 efeito estufa. No caso do Brasil, o plano prevê a redução das emissões em até 67% até
437 2035. Isso está na nova NDC apresentada pelo Brasil. Os principais setores da economia,
438 responsáveis pela maior parte das emissões, são o setor agropecuário e o setor
439 energético, relacionado com os combustíveis fósseis. Esses setores são diretamente
440 afetados pelos impactos que eles mesmos causam. Logo, o sensato seria que esses
441 setores adotassem atitudes e promovessem ações que levem à diminuição das
442 emissões. Mas não é isso que está acontecendo. Nós estamos assistindo a adesão de
443 políticas públicas promovidas pelo Governo Federal e estaduais, além de alterações de
444 leis que levarão ao aumento das emissões e não à redução, como está previsto no Plano
445 Clima. Nós não podemos admitir que o Plano seja mais um que será engavetado, ainda
446 mais considerando que o Brasil se adiará à COP30. Com isso, é inaceitável o constante
447 aumento do desmatamento legal e ilegal estimulado pelos inúmeros incentivos ao agro,
448 bem como ao aumento da exploração de petróleo e o uso de combustíveis fósseis e gás
449 natural. Nesse sentido, a aprovação recente da Lei Geral de Licenciamento Ambiental
450 vai contra a proposta de redução das emissões de gases de efeito estufa, bem como a
451 proteção dos biomas brasileiros, inclusive os mais vulneráveis, e que não possuem o
452 devido reconhecimento constitucional como patrimônio nacional, quais sejam caatinga,

453 cerrado e pampa, e que apresentam um grande potencial no sequestro de carbono e um
454 papel fundamental no enfrentamento à crise climática que estamos enfrentando. Assim,
455 a bancada da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Ambiente entende que essa nova
456 normalização como um ataque frontal à proteção ambiental, à saúde pública e à
457 soberania nacional, mesmo após os 63 vetos presidenciais que tentam conter os danos
458 mais evidentes. A edição da medida provisória que institui a licença ambiental especial
459 com eficácia imediata representou uma nova ameaça. Ao priorizar a celeridade em
460 projetos de grande impacto socioambiental, a exemplo a exploração do petróleo no
461 Amazonas, o governo corre o risco de repetir os mesmos erros que levaram às tragédias
462 de Mariana e Brumadinho. A ausência de controle independente e a fragilização dos
463 mecanismos de fiscalização são incompatíveis com os compromissos climáticos e
464 constitucionais do nosso país.

465 **O SR. ROGÉRIO ROSSI HOROCHOVSKI – SUPLETE (Associação de Preservação**
466 **do Meio Ambiente – APREMAVI) –** Dando sequência. Este Conselho não pode se calar
467 diante de iniciativas que querem transformar o licenciamento ambiental em mera
468 formalidade. A Sociedade Civil exige que o Congresso Nacional rejeite qualquer tentativa
469 de desmonte do SISNAMA e reafirme o compromisso com um Brasil justo, sustentável e
470 responsável, mantendo os vetos presidenciais. Sobre os riscos impostos à conservação
471 e uso sustentável dos campos de altitude da Mata Atlântica, que estão sob efetivo ataque,
472 especialmente na região sul, em Santa Catarina, reiteramos nossa preocupação com
473 iniciativas que ameaçam a proteção desses ecossistemas e reafirmamos o que foi
474 exposto na moção 136 deste próprio Conama. Outra questão importante refere-se às
475 áreas úmidas, planícies inundáveis, pântanos, várzeas, brejos, manguezais, igarapés,
476 veredas e turfeiras, essenciais para a segurança hídrica, regulação de cheia, sequestro
477 de carbono, biodiversidade e meios de vida locais. As prioridades incluem proteger e
478 restaurar esses ecossistemas estratégicos, integrá-los nas NDCs e planos de adaptação,
479 reduzir as emissões de degradação e prevenir incêndios. Essas são medidas chaves,
480 abrangem a gestão integrada dos recursos hídricos, mapeamento e monitoramento,
481 valorização em PSA e mercados de carbono, restauração de ecossistemas, políticas de
482 zonamento, redução da poluição, incentivos sustentáveis e fortalecimento de povos
483 indígenas e comunidades tradicionais. O Brasil participou da COP, Ramsar em

484 Zimbábue, no mês de julho, em um momento decisivo com a reativação do Comitê
485 Nacional de Zonas Úmidas, cujo processo eleitoral está em curso. Solicitamos que o
486 governo considere, com a devida visibilidade e importância, esse tema na sua agenda de
487 discussões sobre as áreas úmidas na COP30. A recente discussão do Comitê
488 Intergovernamental de Negociação da ONU sobre o Tratado Global contra a Poluição por
489 Plásticos mostrou uma posição muito frágil do governo brasileiro e isso será de grande
490 impacto socioambiental negativo. Também ressaltamos a preocupação com a recente
491 nota à imprensa, divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a abertura do
492 mercado exportador de aves vivas do Brasil para os Emirados Árabes Unidos, com fins
493 ornamentais, conservação em zoológicos e outros usos. Trata-se de estratégia conjunta
494 com o Ministério da Agricultura e Pecuária para a diversificação da pauta exportadora,
495 geração de oportunidades de negócios e para produtos especializados. Enquanto isso, a
496 Resolução Conama 457 e o Decreto 6514 de 2008 e a criação dos CETAS e CRAS são
497 ignorados como alternativas de conservação da nossa fauna e de seus serviços
498 ecossistêmicos. Portanto, solicitamos esclarecimento sobre as respectivas tramitações
499 do que tange a participação desse colegiado consultivo e deliberativo em frente à
500 aproximação da COP30 a ser realizada em Belém. Antes de terminar, a bancada da
501 Sociedade Civil saúda os biólogos brasileiros no seu dia, nas pessoas de Rodrigo
502 Augustinho e do Secretário-executivo João Paulo Capobianco, ambos eminentes
503 biólogos. Por fim, parabenizamos as instituições democráticas do Brasil, que nessa
504 semana tão importante reafirmam sua força e coragem ao julgar com firmeza as ameaças
505 autoritárias, garantindo que a justiça e a liberdade do Estado Democrático de Direito
506 sigam sendo os pilares da nossa nação.

507 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Muito obrigado,
508 conselheiro, conselheira. Uma palavra agora do conselheiro Eduardo Taveira, presidente
509 da ABEMA, tem uma inscrição também do secretário extraordinário de controle do
510 desmatamento e ordenamento ambiental-territorial, ou território ambiental, não sei bem
511 qual é a ordem, André Lima, na sequência, por favor, secretário. E eu também pedi
512 autorização para me inscrever, eu pedi para o Adalberto me substituir enquanto eu me
513 falo aqui no pinga-fogo, você podia vir para a mesa para me substituir, por favor? Pois
514 não, Eduardo Taveira.

515 **O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Estado do Meio**
516 **Ambiente e Presidente da ABEMA)** - Obrigado, Capobianco, senhoras e senhores,
517 membros do Conselho de Meio Ambiente, com grande honra que eu represento hoje aqui
518 a ABEMA, nessa tribuna, quero saudar todos os meus colegas, secretários, secretários,
519 presidentes de autarquias estaduais, fazer também o registro da parceria com a
520 ANAMMA. Marçal, em seu nome agradecer toda a mobilização que você tem feito junto
521 aos secretários municipais nessa integração em relação ao sistema nacional de meio
522 ambiente. E eu estou aqui hoje primeiro, Capo, para expressar meu profundo
523 agradecimento ao Governo Federal, junto com os governos estaduais e municipais pelo
524 apoio incansável na luta contra os incêndios florestais, tivemos dois anos bem ruins, por
525 causa em especial de fatores climáticos, que nos demonstrou a falta de estrutura no
526 atendimento dessas emergências, que provavelmente ficarão mais comuns ao longo do
527 tempo, e de maneira muito rápida, com as lições aprendidas, o Governo Federal apoiou
528 recursos aos Estados, para que a gente pudesse ter uma estrutura cada vez mais
529 atuante, ainda mais em biomas com uma complexidade geográfica e logística muito
530 grande, como a Amazônia, como o Cerrado, quanto o Pantanal, e a gente vê os
531 resultados agora. Então, como a Ministra falou, não só pelos fatores climáticos mais
532 favoráveis, mas a antecipação e o fortalecimento do planejamento conjunto foram
533 fundamentais, e graças a eles tivemos essas reduções significativas nesse ano de 2025.
534 Falar, obviamente, também aqui do Estado do Amazonas, que recebeu recursos do
535 Fundo Amazônia, como outros Estados aqui, em uma aprovação emergencial de
536 recursos para essa natureza, só para o Amazonas foram R\$45 milhões, que já estão
537 sendo utilizados na estruturação dessas bases, e nós registramos agora em julho uma
538 redução significativa de 82% na redução dos focos de calor, e 62% no desmatamento,
539 consolidando essa trajetória positiva no combate aos grandes marcos de emissão dos
540 Estados. A ABEMA, como articuladora dessas ações entre os Estados, reúne e
541 potencializa esforços locais, impulsionando o planejamento integrado e a resposta rápida
542 em cada região, e o nosso papel de articulação é essencial para fortalecer essa atuação
543 em conjunta, como eu falei, entre as esferas federais, municipais e a articulação dos
544 Estados. Destaco aqui o papel do secretário André Lima nessa mobilização, Capo, junto
545 com o IBAMA, que a gente tem procurado desde o início do ano essa integração dessas

546 agendas em comum. Eu quero destacar aqui, por fim, que agora os Estados estarão em
547 outubro, já na nossa reunião da ABEMA, que vai ocorrer em Minas Gerais, em Belo
548 Horizonte, já em alinhamento para a nossa participação na COP30. Desde já convido a
549 todos, a ABEMA vai ter uma Casa da ABEMA, e a temática vai se aproximar aos temas
550 que foram discutidos na COP da biodiversidade em Cali, e unificar as estratégias para a
551 integração das agendas da biodiversidade e também do clima na nossa casa terá a
552 temática de Cali a Belém. Então sintam-se todos convidados. E só, adicionalmente, só
553 um registro, que a ABEMA protocolou, Marcela, uma solicitação formal pedida para que
554 houvesse essa contabilidade do registro dos votos online do Conama. A gente ainda não
555 recebeu essas informações, então só para deixar registrada essa notificação. Desde já,
556 novamente, reforço e agradeço ao Conama, que tem se mostrado a instituição de
557 fortalecimento do SISNAMA, e como a ABEMA, a gente se sente super à vontade de
558 reafirmar a nossa parceria com o Governo Federal, e mais uma vez destacar a abertura
559 dos espaços que estão sendo dados para os diálogos que estão sendo construídos e os
560 resultados estão aí. Obrigado, Capobianco, obrigado a todos do MMA e a este conselho
561 também. Obrigado.

562 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) – André Lima?**

563 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
564 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Taveira, só para registro, a gente vai ter um informe
565 logo em seguida sobre a votação eletrônica em resposta ao que vocês questionaram na
566 plenária passada.

567 **O SR. ANDRÉ LIMA – SUPLENTE (Ministério - Meio Ambiente e Mudança do Clima)**
568 - Bom dia, amigos, amigas, secretário Capobianco, presidente do IBAMA, Rodrigo
569 Agostinho, também saudando aqui os biólogos e biólogas. Conheço a relevância e a
570 importância dessa profissão, estou há 30 anos casado com uma bióloga, então conheço
571 um pouquinho do dia a dia dos biólogos. Eu pedi para fazer uma fala rápida sobre, a
572 Ministra Marina falou dos dados, não só de desmatamento, mas de queimadas, o foco
573 de calor com a queda substancial, a menor índice de focos de calor desde o histórico de
574 mensuração, monitoramento feito pelo INPE, e claro, com certeza, como ela mesma
575 disse, isso tem também fatores climáticos envolvidos, mas a gente tem o primeiro ano da

576 Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo em implementação, lei essa que foi
577 aprovada pelo Congresso Nacional, pelo Senado no ano passado, em junho do ano
578 passado, e sancionada pelo presidente Lula no final de julho do ano passado, inclusive
579 em um evento lá em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, em meio àquele evento climático
580 extremo, que foram os incêndios que afetaram o bioma. E a partir de então a gente
581 trabalhou arduamente, cotidianamente, para a implementação efetiva dessa lei. A
582 implementação da lei passa necessariamente por toda uma regulamentação que foi feita
583 a partir dela, então depois da lei, o presidente da República editou o decreto
584 regulamentando o COMIF, o Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, um grande
585 avanço para a mudança da lógica de enfrentamento desse problema, partindo de uma
586 lógica de divisão de atribuições e compartimento de responsabilidades por uma visão de
587 cooperação e compartilhamento de responsabilidades. O COMIF se reuniu mais de 40
588 vezes ao longo desse primeiro ano, com seis reuniões plenárias e inúmeras reuniões de
589 grupos de trabalho e câmaras técnicas, aprovando quatro resoluções, quatro
590 recomendações importantíssimas, dentre elas as resoluções que tratam da figura que
591 vai, vamos dizer assim, revolucionar a estratégia de prevenção de incêndios florestais,
592 trabalhando os chamados Territórios Resilientes ao Fogo, que são os planos de manejo
593 integrado do fogo como mecanismo, como planejamento estratégico de engajamento da
594 sociedade, equipamento, engajamento, treinamento, capacitação, para que a gente
595 possa prevenir mais do que combater e estar preparados para os momentos de combate.
596 O presidente Lula editou sete medidas provisórias ao longo do ano passado para tratar
597 desse tema. Não houve nenhum outro tema ambiental dessa relevância. Criamos a
598 Câmara Técnica de Articulação Interfederativa para exatamente poder aproximar mais,
599 trazer os Municípios também para essa agenda. R\$550 milhões do Fundo Amazônia,
600 sendo R\$400 milhões para os órgãos estaduais da Amazônia, R\$150 milhões para os
601 corpos de bombeiros dos Estados do Pantanal e do Cerrado, R\$32 milhões do Fundo
602 Nacional de Meio Ambiente, em editais já lançados e já fechados, para beneficiar 32
603 Municípios, 5 do Pantanal e 28 da Amazônia, com a elaboração de planos municipais de
604 manejo integrado do fogo, além do aumento das brigadas do IBAMA, do ICMBio, enfim,
605 todo um trabalho denso, consistente, que certamente já vem trazendo os primeiros

606 resultados a partir desses dados publicados. Então é uma oportunidade de trazer também
607 essa boa notícia para este Conselho Nacional de Meio Ambiente.

608 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Muito obrigado. Parabéns,
609 André. Então vou pedir licença e licença ao plenário rapidamente para fazer uso da
610 tribuna livre, deixando o meu surpreendente na presidência.

611 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**
612 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
613 **IBAMA)** - Olá, bom dia a todos. Queria chamar ao secretário Capobianco para uso da
614 tribuna livre.

615 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Obrigado a todos. Não,
616 eu queria muito rapidamente fazer um esclarecimento em relação ao que a Marília, aqui
617 da Associação Caatinga, trouxe em relação à MP 1308 de 08/08/2025, que ela chamou
618 do licenciamento especial para obras de grande impacto. Queria esclarecer que não se
619 trata disso. O LAE foi aprovado pelo Congresso Nacional, no plenário de lei do Congresso
620 Nacional, e o que a LAE traz, na realidade, é organizar aquilo que já é feito hoje. Hoje, o
621 sistema de licenciamento que o nosso presidente Rodrigo Agostinho, que opera esse
622 sistema, quando há empreendimentos que são considerados estratégicos para os
623 governos federal e estadual, que são os empreendimentos incluídos no PAC, já há um
624 processo em que eles têm uma aceleração na avaliação do IBAMA. Ocorre que isso era
625 feito de forma não regulamentada. Então, o que se fez foi uma medida provisória que
626 organiza esse processo. Primeiro, recupera aquilo que o Congresso tinha retirado, que é
627 o licenciamento por fase. No plenário de lei do Congresso, era licenciamento em uma
628 única fase, o que é inviável para esse tipo de empreendimento. E, segundo ele organiza
629 para que essas decisões sobre quais são os projetos estratégicos sejam definidos por
630 um conselho de governo. Hoje, ele é definido apenas pelo Ministério interessado na obra,
631 que inclui no PAC ou não inclui no PAC. A partir de agora, todos esses empreendimentos
632 passam por um escrutínio do conjunto do governo. Então, isso vai garantir muito mais
633 qualidade na decisão sobre aquilo que vai para esse processo, que já existe hoje, já é
634 feito assim há muito tempo, na realidade, em um processo que passa na frente de outros.
635 Mas, também, uma coisa muito importante é que ele garante uma equipe dedicada. Hoje,

636 esses projetos considerados estratégicos competem, dentro do IBAMA, com as equipes
637 que tratam do conjunto do licenciamento. Então, na realidade, a medida provisória, ela
638 não veio para acelerar a aprovação de grandes impactos, mesmo porque a medida
639 provisória é clara. O que existe é um prazo, uma equipe dedicada, um prazo definido para
640 definir se aprova ou não o licenciamento. Na medida provisória, ela não determina que
641 seja licenciado o empreendimento. O que a medida provisória prevê é, de fato, um
642 processo de agilização com equipes próprias, a partir de uma avaliação de um conselho
643 de governo, para que o órgão dê a sua posição, se licencia ou não licencia o
644 empreendimento. E, evidentemente, que o IBAMA seguirá com o seu rigor, reconhecido
645 por todos como extremamente relevante, no sentido de apenas licenciar obras que
646 tenham viabilidade ambiental. Obrigado.

647 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**
648 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
649 **IBAMA)** - Obrigado, Capobianco. Acho que encerramos, então, esse momento da
650 Tribuna Livre. Vou chamar novamente o secretário Capobianco para voltar à presidência
651 da sessão.

652 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Obrigado, Adalberto, por
653 compartilhar conosco aqui a mesa. Eu agradeço. Muito bem. Então, na sequência, nós
654 temos aqui um informe sobre os encaminhamentos da Secretaria Executiva. Então, seria
655 informar ao Conselho que o CIPAM admitiu, aprovou a admissibilidade de cinco novas
656 propostas de resolução, a nossa última reunião. Nós temos a proposta de resolução que
657 estabelece restrições ao uso de determinadas substâncias perigosas em equipamentos
658 eletroeletrônicos fabricados, distribuídos e comercializados em território nacional, que vai
659 para a Câmara Técnica. Já deve estar em Câmara Técnica para análise. Aprovou a
660 proposta de resolução que visa alterar a resolução Conama 411/2009, que estabelece
661 procedimentos de inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos,
662 esses ou produtos florestais, madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos
663 padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétrico, incluindo carvão
664 vegetal, resíduos de serraria, também em apreciação à Câmara Técnica. A proposta de
665 resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade de garantia de acesso aos dados de guias

666 de trânsito animal, GTAs, por órgãos ambientais e pelo Ministério Público. Essa, na
667 realidade, não foi uma decisão do CIPAM, porque isso é uma determinação do Supremo
668 Tribunal Federal, no DPF 760, mas nós apresentamos ao CIPAM essa informação de
669 que damos início, então, à elaboração dessa resolução, aliás, importantíssima. Essa é
670 uma demanda muito antiga e, infelizmente, o acesso aos GTAs nunca foi facultado aos
671 órgãos ambientais e, a partir de agora, graças ao Supremo e do Conama, passarão a
672 constar em serem franqueados aos órgãos ambientais. Uma quarta resolução, que visa
673 alterar a resolução Conama 406/2009, que estabelece parâmetros técnicos para
674 elaboração, apresentação, avaliação técnica e execução de planos de manejo florestal
675 sustentável, PMFS, para fins madeireiros, para florestas nativas e suas formas de
676 sucessão no bioma Amazônia. E, finalmente, uma quinta resolução, que é a proposta de
677 resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão do número do Cadastro
678 Ambiental Rural, CAR nos documentos relacionados à supressão de vegetação nativa.
679 Lembrando que está também é uma determinação do Supremo, no julgamento da DPF
680 760 e, agora, nós passamos a elaborar essa resolução. Então, teremos mais cinco
681 resoluções, em breve, para este plenário avaliar nas reuniões que teremos na sequência.
682 Também queria comunicar sobre a apresentação intempestiva do parecer de vistas da
683 CNA em relação à moção de apoio ao Plano de Lei 3.093 de 2021, da Autoria da
684 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que proíbe a exportação de
685 animais vivos para abate no exterior. Queria informar a todos que, como a CNA não
686 apresentou o relatório obrigatório após o plenário de vistas, ela está suspensa de novos
687 plenários de vistas nas próximas duas reuniões plenárias que teremos aqui no Conama,
688 em função do disposto no parágrafo 6º do artigo 21 do nosso Regimento Interno. Isso é
689 só um informe. E, finalmente, também informamos que o relatório sobre a prevenção à
690 regulação ambiental carácter por pneus aos inservíveis e sua destinação ambientalmente
691 adequada conforme determinada na Resolução 416/2009, será apresentado na próxima
692 reunião ordinária do pleno. Não será apresentado hoje, mas sim na próxima, atendendo
693 essa resolução. E, finalmente, queria trazer informes sobre a questão do registro de
694 presenças de votação eletrônica de votação, que foi solicitado os esclarecimentos em
695 várias ocasiões. A ABEMA solicitou na última reunião. Eu queria, então, solicitar que a
696 subsecretária da Subsecretaria de Empreendimento, Orçamento e Administração do

697 Ministério do Ambiente, a subsecretária Ana Beatriz de Oliveira, pudesse apresentar os
698 esclarecimentos do andamento desse procedimento. Por favor, Ana Beatriz. Não está
699 ligado, Ana.

700 **A SR^a. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA – SUBSECRETÁRIA (Subsecretaria de**
701 **Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA) -** Perdão. Bom dia, bom dia a
702 todos e a todas, secretários, presidente do IBAMA. Obrigada pela oportunidade. Nós
703 preparamos uma apresentação bem rápida a respeito da demanda que nos foi colocada.
704 Eu sou, como disse, subsecretária do Planejamento e Orçamento, e dentro da nossa área
705 nós temos a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do Ministério. Então, por
706 isso que essa pauta está na nossa gestão. Então, preparamos rapidamente o que
707 estamos trabalhando. E aí, duas questões importantes serem esclarecidas. Primeiro, o
708 objetivo da criação da plataforma. É uma plataforma que tem como propósito três grandes
709 entregas, ou seja, o registro dos conselheiros, convidados e visitantes, registro, leia-se,
710 presença e também registro de quórum para a votação. O processo de votação e
711 efetivamente o processo de apuração. E, para estas grandes entregas, elas transitam por
712 esses objetivos principais. Trazer mais agilidade no processo de votação, transparência,
713 não que não há, não exista, mas deixar full-time as informações, celeridade e
714 assertividade no processo de apuração e simultaneidade entre o processo e os
715 resultados. Ou seja, proporcionar alternativas para os conselheiros e conselheiras para
716 entenderem o processo e já full-time os resultados da votação. Para cada tema abordado
717 no âmbito desse fórum. O sistema pretende ter essa cara, ou seja, esse layout. E o
718 acesso ao sistema O acesso ao sistema será feito pelo GOVBR e essa é uma informação
719 importante. Ou seja, todos os conselheiros e conselheiras precisam ter lá o seu registro
720 no GOVBR e vão acessar com o seu próprio login. Então, o nosso Conama, o acesso à
721 votação já identificará cada um de vocês. Eu estou vendo aqui alguns rostos conhecidos,
722 Lisiane, enfim, prazer em revê-los. Então essa vai ser a porta de entrada. Nós vamos ter
723 a luz da primeira porta de entrada. Vocês caem nessa página aqui. E essa página inicial
724 do sistema, ela tem três janelinhas, três íconeinhos. O primeiro é o seu registro de
725 presença, que você vai fazer provavelmente com o uso de um QR Code, ok? Depois você
726 vai acessar a plenária, assim que você fizer o registro, e ao final da votação, pretende-se
727 a elaboração do relatório final do que foi votado e com os resultados de cada item votado,

728 ok? Essa é a expectativa da entrega. Cliquei lá no registro de presença. Quem acessa o
729 sistema para registrar a presença? Todos os convidados, todos os visitantes e todos os
730 conselheiros. Só que os caminhos levam a possibilidades distintas. No caso dos
731 conselheiros titulares, conselheiros e conselheiras titulares, ao registrar a presença,
732 automaticamente vocês já estarão habilitados a votar, ou pelo menos têm acesso ao voto.
733 Habilitados não, mas têm acesso ao voto, porque vocês são titulares. E o conselheiro
734 suplente? O conselheiro suplente, obviamente, também vai registrar a sua presença e,
735 neste caso, ele vai abrir para ele um pop-up, informando o seguinte, o titular já está aí.
736 Certo? Então, você está informado que não tem direito a voto, porque o titular já está aí.
737 Ora, o titular não chegou, o titular não veio, o titular se atrasou, vai ser perguntado, por
738 meio de um pop-up, ao conselheiro suplente, se ele tem desejo de registrar voto, ou seja,
739 se ele pretende seguir votando. Certo? Então, percebam que, no caso dos conselheiros
740 e conselheiras, nós vamos ter uma base de dados e que vai puxar o nome do conselheiro
741 e conselheira, que ele já está logado, lembra lá no cantinho esquerdo da nossa tela, tem
742 o seu João da Silva, ele logou, ele é um conselheiro, e aí vai puxar de onde é o
743 conselheiro, de que ministério, de que instituição, então, um nome, um voto. Um CNPJ,
744 um voto. Certo? Essa é a expectativa do controle. E os visitantes e convidados? Nós não
745 temos listas para eles. CPF, perdão. Os convidados, enfim, não temos listas, então eles
746 serão simplesmente registrados. Certo? O conselheiro se registrou e aí a pauta da
747 plenária, ou seja, ele está habilitado a clicar no item plenária. Clicando no item plenária,
748 ele vai a esta página aqui, onde nós vamos ter o número da reunião, de que plenária
749 estamos falando, a data, horário de início, pretensão de final, e os itens de pauta que vão
750 ser discutidos. Nós trouxemos aqui dois exemplos, certo? Dos itens de pauta. E vocês
751 observam que lá no cantinho esquerdo da nossa tela, nós temos dois ícones que estão
752 desabilitados, que é a participação no quórum e o voto. E que vão ser habilitados daqui
753 a pouco, certo? Então, por enquanto, estão inabilitados. Mas está vai ser sempre a página
754 fundamental para o conselheiro. Quando ele clicar lá em um dos temas do item de pauta,
755 ele vai poder visualizar, olha, nós abrimos ali um íconezinho, um link, para que ele possa
756 visualizar toda a documentação. Então ele entra no item de pauta, que foi solicitada à
757 mesa para início de discussão, e ele vai poder acessar toda a documentação que estiver
758 ali inserida, obviamente, pela mesa no âmbito do sistema. Mas vocês percebem que

759 ainda não temos habilitação para participação do quórum e voto. As discussões
760 ocorreram, e lá no finzinho da nossa página, vocês observam também que os
761 documentos podem ser baixados, ou podem ser simplesmente visualizados, certo? E aí,
762 nós vamos apresentar aqui a página da mesa. Então, secretário, a mesa vai ter acesso
763 a está página onde a mesa estabelece os ritos da votação. Iniciando com o início da
764 apuração de quórum, precisamos de um quórum para votação, lá o artigo 6º do regimento
765 estabelece, sim, que necessitamos de um quórum de maioria simples. 50% dos
766 conselheiros registrados lá à presença, precisam estar presentes para a apuração. Então,
767 a mesa vai clicar ali no início da apuração, e ela vai estabelecer o controle temporal,
768 informando, obviamente, os conselheiros e conselheiras que agora eles estão aptos a
769 clicar ali no participar do quórum. Então, veja, é a mesma página, quando a mesa clicar
770 no botãozinho estamos contando o quórum, aparece ali um ícone para o conselheiro
771 clicar e informar, vou participar, estou participando do quórum, certo? Isso posto, vamos
772 para o segundo item ali, olha, à medida em que os conselheiros vão clicando na
773 participação, o gráfico sobre a composição do quórum, full time e sendo apresentado,
774 tanto para a mesa como para os conselheiros. Certo? Chegamos no número mínimo do
775 quórum, ou seja, compusemos o quórum para a votação. A presidência da mesa pode
776 concluir a apuração. Ora, eu sou conselheira e, na hora lá, não cliquei ali no botãozinho
777 para a composição de quórum. Eu não vou poder votar? Posso, com certeza. A apuração
778 de quórum é para chegarmos ao número mínimo, certo? Chegamos, ok, temos quórum,
779 estamos cumprindo o regimento, podemos votar. E a mesa conclui a apuração. Concluída
780 a apuração, a mesa clica lá no início da votação. Obviamente, informado para a plenária.
781 Todos se sentem em condições de votar, iniciamos a votação. Clica lá no botãozinho
782 Iniciar a Votação, certo? Já temos quórum. Quando a mesa clicar no botãozinho Iniciar a
783 Votação, essa é a página que o conselheiro e conselheira terá acesso também para
784 acompanhar full time ali o quórum. Quando clicar na página Início de Votação, o
785 íconezinho votar é habilitado. Certo? Aí habilita-se o ícone votar, ocorre a votação, e aí
786 nós temos, perdão, o ícone votar leva a está página, e essa página persiste as
787 possibilidades. Na pauta, evidentemente, observem que a estrutura da página, ela tem o
788 ícone, a caixinha em votação, certo? Mas tem outros itens de pauta também. O que nos
789 pontua que este rito vai ser adotado para cada item de pauta, certo? Para cada tema que

790 a mesa colocou em votação. Escolhido o voto realizado, seguimos ali para está página.
791 Olha, você tem certeza? Confirma. Eu posso voltar atrás, não é? Não. Confirma. Ok. E
792 aí temos a informação ali que o seu voto está seguro. Certo? Está registrado. Isso posto,
793 vamos para apuração. O resultado. Nós informamos que é parcial, porque a reunião
794 acabou. Tem outros itens de pauta que vão passar pelo mesmo rito, certo? Mas você já
795 tem o resultado para o tema que nós trouxemos como exemplo, o fim da exportação de
796 animais vivos para abate. Um dos temas que o secretário até pontuou ainda há pouco.
797 Simulamos aqui, olha, 70% das pessoas votaram sim, 20% não.

798 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Está provado, viu pessoal.

799 **A SR^a. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA – SUBSECRETÁRIA (Subsecretaria de**
800 **Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA)** - Isso. Já adiantamos que
801 trouxemos um spoiler. Mas enfim, está, no caso aí, informada a votação. Então vocês
802 vão ter acesso full time ao resultado, certo? E o senhor pede para todos os itens de pauta.
803 E aí nós concluímos nessa página, informando que a nossa equipe está desenvolvendo
804 também a estrutura para o relatório final. Para cada item de pauta votado, a conclusão
805 do que foi votado, qual o resultado da votação, e aí vocês observam que tem um, oh,
806 perdão, voltando, agora já me confundi, como é que eu volto aqui? Eu queria mostrar
807 para vocês, mas eu infelizmente acabei... ah, não, cheguei aqui na votação, não, saí da
808 votação, perdão. Acho que eu criei um problema aqui na estrutura, secretário.

809 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Foi o pessoal da CNA que
810 mudou aí que essa votação eles estão contra, então eles derrubaram o negócio.

811 **A SR^a. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA – SUBSECRETÁRIA (Subsecretaria de**
812 **Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA)** - Derrubaram. A página que eu
813 queria mostrar era está. Porque o último íconezinho é o relatório final, certo? Ao final da
814 nossa reunião, tudo votado, esse ícone vai ser habilitado e os senhores e senhoras terão
815 acesso, portanto, ao relatório final. Só um último informe, nós tivemos algum problema
816 de internet na última reunião, então, em uma parceria excepcional, como sempre com o
817 IBAMA, o IBAMA disponibilizou junto ao CEMPRO mais 500 MB só para está reunião,
818 certo? Então, vocês devem estar observando que a internet está muito rápida e é por

819 isso. E o Ministério do Meio Ambiente colocou alguns equipamentos que estão um pouco
820 disfarçados aqui, que fazem a distribuição da internet, ok? Então, é isso.

821 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Muito obrigado.

822 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
823 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Capo. Eu queria pedir, primeiro, só um registro rápido.
824 Agradecer a Ana Beatriz e pedir que agradeça a equipe da CGTI, porque foram mais de
825 um ano de trabalho nesse sistema, muitas reuniões e agradecer também a equipe do
826 SISNAMA em nome da Júlia e da Priscila que tiveram reuniões semanais com as equipes
827 da CGTI do IBAMA e do MMA para que a gente tivesse esse resultado.

828 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Parabéns, reforço os
829 agradecimentos. Quando entra em operação, você só me disse isso, Ana, em dezembro.
830 Então, na próxima reunião, já estaremos muito bem. Só um minutinho. Não, só a votação,
831 já não é presencial. Foi levantada a mão, mas na realidade, era essa... Está certo? Ah,
832 está bom. Está isso. Fico feliz que a gente possa ter finalmente isso implementado.
833 Parabéns, Ana Beatriz, toda a equipe do SPOA, toda a equipe do SISNAMA por essa
834 conquista. Acho que vai ser muito útil para os nossos trabalhos daqui para frente. Muito
835 bem. Isso posto, dados informes, entramos na ordem do dia. [ininteligível] da ordem do
836 dia. Nós temos pedido inversão de pauta, mas antes, rapidamente, todos receberam a
837 pauta. Nós temos aí quatro itens para deliberação, além do bloco de discussão de temas
838 relevantes para a agenda ambiental e informes. Nesses quatro itens, nós temos uma
839 resolução, temos uma recomendação e duas noções. Para a nossa avaliação no plenário.
840 Há um pedido de inversão de pauta encaminhada pelo Plenário das Nações Unidas para
841 a Segurança Civil que solicitam a inversão de pauta a fim de que o plenário aprecie e
842 vote inicialmente a recomendação constante no processo de número tal, no volume
843 número, relativo à incorporação do Pleno Nacional de Segurança do Clima pelo
844 SISNAMA, que na realidade é o item B. Então há um pedido aqui com base na linha B
845 do inciso VIII, do artigo 14, subscrito por dez conselheiros, pedindo inversão de pauta e
846 portanto, pelo direito que o grupo possui, embora nós tenhamos sempre um certo
847 entendimento entre nós, que eu não diria escrito em pedra e não está no regimento, mas
848 é o entendimento de que primeiro a gente opera, trabalha as resoluções. As resoluções

849 são sempre discutidas primeiro do que moções e recomendações. Então, considerando
850 que foi feito o pedido e que tem base regimental, e gostaria de colocar em votação, então,
851 se o plenário acolhe a solicitação de inversão de pauta, a fim de que o item B passe a
852 ser tratado antes do A, que é a resolução sobre as ASVs. Muito bem, quem for favorável
853 à está mudança, que se manifeste, por favor. Então, nós temos quantos votos favoráveis,
854 poderia contar, por favor? 25. 25 favoráveis. Contrários, por favor? Nós temos, parece
855 que está aprovada, pelo que eu estou vendo, mas vamos ver, vamos contar. 15.
856 Abstenções? Muito bem, então está aprovada a inversão de pauta e daremos de início,
857 vamos tratar inicialmente do processo nº 020000102032025/2025-04 para fins de registro
858 na ata. O autor é a Fundação Grupo Esquel, que trata da proposta de recomendação
859 para que os órgãos integrantes do sistema promovam a difusão pública e a incorporação
860 em suas atividades do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, Plano Clima,
861 considerando seus princípios, diretrizes, eixos estruturantes e ações em consonância
862 com a política nacional sobre mudança do clima. Com a palavra o conselheiro Rubens
863 Harry Born, famoso Rubinho.

864 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil) –** Bom
865 dia a todos e a todas. Rubens Born, representante do F-Bons, Fórum Brasileiro de ONGs
866 e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, por intermédio da
867 Fundação Esquel. Inicialmente, agradecer ao secretário ter considerado e agradecer
868 conselheiras e conselheiros pela oportunidade de inversão de pauta. É um assunto
869 simples, mas muito sério, muito importante, tendo em vista, inclusive, que essa é a última
870 reunião antes da COP30, e, portanto, se impõe um dever ético, usando a expressão da
871 Ministra Marina Silva, especialmente ela que lidera a discussão sobre o balanço ético
872 global, junto com o Secretário-geral da ONU, sobre a grave crise climática, e é um dos
873 temas, uma das dimensões da COP30. É desnecessário dizer, que eu acho que é de
874 conhecimento de todos, representantes de Municípios, de Estados, setor privado,
875 Sociedade Civil, academia, que a partir de 2023, o Governo Federal abriu um processo
876 de atualização do Plano Clima, processo que envolveu diferentes órgãos da União,
877 envolveu também Municípios, Estados, com realização de eventos e audiências públicas,
878 no Plano Clima, no componente mitigação, tem sete setores e que contaram com a
879 colaboração para o Ministério de Minas e Energia, Ministério de Agricultura, os seus

temas de energia, agricultura, assim por diante, em adaptação, são 18 setores, turismo, segurança alimentar, biodiversidade, assim por diante, isso está tudo registrado, houve um intenso processo de participação popular, consultas públicas que foram realizadas, oportunidade, na questão de adaptação, por exemplo, foram mais de 4 mil pessoas envolvidas, 700 organizações, seis eventos, pelo menos, com governos subnacionais e, portanto, chegamos neste ano, não só com a Conferência Nacional de Mudança do Clima, mas com a realização da COP30 no Brasil, com o Brasil, com a República Federativa do Brasil, preparada para enfrentar ou dar sua contribuição. A lei da Política Nacional de Clima, eu quero fazer só uma referência, acho que a proposta foi disponibilizada no site, a Política Nacional de Meio Ambiente deixa claro para as atribuições de que a política tem que, por objetivo da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, que o artigo 2º da lei 16938 diz que a ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público, deve ser necessariamente assegurado, considera-se ainda na lei 16938 que órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental que constitui o SISNAMA, tem obviamente suas competências comuns e diferenciadas no marco do artigo 23 da Constituição, da lei complementar 140, mas tem o dever, conforme está previsto no artigo 225 da Constituição, o dever de zelar pela proteção do meio ambiente e no artigo 225 § 1º, inciso V, que incumbe ao Poder Público controlar processos, métodos e substâncias que comportem risco à vida e qualidade de vida ao meio ambiente. E mudança do clima impõe risco à vida e qualidade de vida. A lei da Política Nacional de Mudança do Clima estabelece muito claramente que todos têm o dever de atuar em benefício dos presentes e futuras gerações e que as ações de âmbito nacional para enfrentamento da alteração climática, atuais, presentes e futuras, devem considerar a integração das ações promovidas no âmbito estadual e municipal por entidades públicas e privadas. Isso é o texto da lei em vigência. Portanto, a recomendação só recapitula o que já tem no ordenamento jurídico, mas nós achamos muito importante que o Conama se possível por unanimidade, ou seja, representantes de Municípios, de Estados, do setor privado, da União, Sociedade Civil, digam à Sociedade Civil brasileira, à sociedade brasileira como

911 um todo e ao mundo de que o Conama não será omissa, responderá ao dever ético de
912 zelar pela contribuição brasileira ao enfrentamento da crise climática, dando cada um,
913 naquilo que lhe cabe com suas atribuições legais, a sua contribuição para a
914 implementação do Plano Clima. Obviamente, isso não desfaz as competências
915 municipais e estaduais de estabelecerem seus planos específicos. Isso responde
916 também ao chamado princípio da lealdade federativa, porque quem assumiu
917 compromissos internacionais é a República Federativa do Brasil. O princípio da lealdade
918 federativa é um princípio constitucional implícito, que na vertical diz que Estados e
919 Municípios e Distrito Federal têm que cooperar com a União para a implementação dos
920 compromissos internacionais. E no plano horizontal, no nível federal, outros órgãos, como
921 o Ministério de Minas e Energia, Agricultura, Turismo e assim por diante, têm que também
922 ajudar o órgão que eventualmente centraliza ou que coordena uma política específica
923 estabelecida em um tratado internacional. Portanto, pelo princípio da lealdade federativa,
924 a recomendação que a gente propõe nada mais é do que explicitar para a sociedade
925 brasileira e para o mundo que o SISNAMA não fugirá do seu dever ético de colaborar na
926 medida possível das suas competências com a implementação do Plano Clima. Então, a
927 resolução basicamente é muito simples. Recomenda que os órgãos integrantes do
928 SISNAMA tomem medidas para a difusão pública do Plano Clima em todos os seus
929 componentes. Recebemos uma excelente sugestão da Secretaria de Mudança do Clima.
930 Então, como proponente queria acatar a sugestão queria acatar a sugestão que estava
931 que está ali, onde o inciso segundo desenvolveu iniciativas conforme suas atribuições
932 legais para a incorporação de mudanças do clima. A proposta da Secretaria de Mudança
933 do Clima, salvo equívoco meu, a Secretaria de Mudança do Clima do Ministério do
934 Mundo, era substituir para a incorporação de mudanças do clima por integração da
935 agenda climática em suas atividades. Ou seja, a ideia é exatamente que os órgãos do
936 SISNAMA ajudem a integrar a agenda climática nas suas respectivas competências. E
937 achamos importante, portanto, de que possamos usar essa oportunidade hoje para dar
938 um claro sinal mais uma vez, para o Brasil e para o mundo, que os órgãos integrantes do
939 SISNAMA farão o que for possível dentro das suas competências e eu digo isso não só
940 os órgãos estatais, mas setor privado, Sociedade Civil, entidades ambientalistas, também
941 têm compromissos com o artigo 6 da Convenção Quadro e outros artigos lá no Acordo

942 Paris, também criam expectativa da contribuição da sociedade, nós estamos prontos para
943 lidar, para responder ao desafio ético de fazer algo pelo clima. Então, nesse sentido, eu
944 apelo e conto com a compreensão de todos e todas aqui pela aprovação dessa
945 recomendação. Muito obrigado.

946 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Obrigado, conselheiro. Só
947 para acrescentar de forma de todos que o processo realmente já foi aqui bem descrito
948 pelo conselho Rubens Born, o processo intenso de audiências públicas, uma ação
949 integrada entre vários setores. Ele está hoje, hoje o SUBEX, que é a subsecretária, o
950 subcomitê executivo do Comitê Interministerial de Mudança do Clima, está reunido para
951 aprovar o plano setorial de mitigação. No próximo dia 25 do nove, o subcomitê executivo
952 se reúne para aprovar os planos setoriais de mitigação. E no dia 10 de outubro, o Comitê
953 Interministerial se reúne para aprovar definitivamente os dois eixos do Plano Clima,
954 planos setoriais de adaptação e planos setoriais de mitigação. Então, agradeço aí a
955 posição. Alguém que gostaria de encaminhar contrário a essa proposta? Pois não,
956 conselheiro?

957 **O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – SUPLENTE (Diretor Substituto do**
958 **Departamento de Políticas de E&P de Petróleo e Gás Natural da Secretaria de**
959 **Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – MME)** - Bom dia a todos e a todas.
960 Cumprimentar aqui Capobianco para a condução dessa reunião aqui do Conama,
961 Agostinho, Adalberto, Marcela, o amigo lá da ponta, eu não conheço, mas...

962 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Nosso Ministro Barroso,
963 esse é o nosso Ministro Barroso.

964 **O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – SUPLENTE (Diretor Substituto do**
965 **Departamento de Políticas de E&P de Petróleo e Gás Natural da Secretaria de**
966 **Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – MME)** - Ok, nosso Ministro Barroso. E
967 cumprimentar também todos os conselheiros aqui presentes. Sou Carlos Agenor, eu sou
968 o conselheiro substituto do Ministério de Minas e Energia. Nós no Ministério de Minas e
969 Energia estamos trabalhando bastante no Plano Clima e adaptação, bastante no Plano
970 Clima e mitigação, porque é um compromisso do Brasil, sim, chegar até 2050 com o Net

971 Zero. E o Plano Clima e mitigação, adaptação, ele tem premissas que vão evoluindo ao
972 longo do tempo. E eu fico muito preocupado com essa recomendação porque o item 1,
973 ok, medidas para a difusão pública do Plano Clima em todos os seus componentes. O
974 item 2 já começa a me gerar uma preocupação, conselheiro, é que nós, atualmente, no
975 Ministério de Minas e Energia, já estamos sofrendo muita judicialização por conta de um
976 Plano Clima que ainda não foi aprovado. É muita indústria que está sendo parada, muita
977 geradora que está sendo parada por conta de existência, determinação de que exista um
978 plano de adaptação, um plano de mitigação. Então eu tenho muita preocupação do item
979 2. É, sim, a atribuição do SISNAMA para fazer toda a parte do licenciamento ambiental,
980 mas esse link entre o Plano Clima, mitigação, Plano Clima, adaptação, do caminho que
981 vai ser feito para se atingir o Net Zero, significa que vão ter em algumas atividades que
982 vão ter que ser mantidas justamente para a sustentabilidade da economia do País. Então,
983 esse balanço, vocês podem ter certeza de que vai ser feito. E esse balanço vai ser melhor
984 visualizado justamente quando for colocada todas essas premissas do Plano Clima, que
985 vai ser apresentado aí na COP30. Então, o meu pedido é que, se for alguma coisa para
986 aprovar hoje, que chegue até o item 1. Agora, para avançar o 2, eu recomendaria que
987 fosse após a aprovação do Plano Clima, não nessa reunião. Então, esse é o pedido aqui
988 do Conselheiro do Ministério de Minas e Energia.

989 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Conselheiro, eu queria
990 entender a sua objeção, falando francamente, porque ele não foi proposto aqui, pelo que
991 eu estou lendo aqui, aliás, eu queria pedir que fizesse a sugestão da alteração do texto
992 conforme o conselheiro solicitou, incorporando, faça já a correção para que os
993 conselheiros possam ver. O que eu entendo, conselheiro, que está apresentado pela
994 Fundação Esquel-Brasil, subscrita por vários conselheiros, é de que o Plano Clima seja,
995 de fato, haja um, digamos, um compromisso para que o Plano Clima seja, de fato,
996 incorporado nas políticas e implementado. O Plano Clima não existe ainda, conselheiro.

997 **O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – SUPLENTE (Diretor Substituto do**
998 **Departamento de Políticas de E&P de Petróleo e Gás Natural da Secretaria de**
999 **Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – MME) - Não.**

1000 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Portanto, eu não vi aqui
1001 dizendo o seguinte, que incorpore imediatamente o que já foi discutido até agora nas
1002 diretrizes. O que está sendo proposto é que, uma vez aprovado o Plano Clima, que é
1003 exatamente a sua preocupação, como eu disse, o Plano Clima será aprovado no dia 10
1004 de outubro. Será aprovado exatamente na forma como ele está hoje? Talvez não.
1005 Provavelmente, alguns ajustes serão feitos, porque foram milhares de resultados obtidos
1006 na consulta pública. Há muitas reuniões ocorrendo dentro do governo e com setores,
1007 inclusive, o próprio setor da agricultura agropecuária levantou alguns pontos que estão
1008 sendo debatidos. Então, esses planos estão sendo ajustados. Vão, no caso da mitigação,
1009 que são... A adaptação está bastante tranquila, não há muito problema. A mitigação é
1010 que apresenta alguns problemas, algumas dúvidas estão sendo esclarecidas e vão à
1011 votação. A aprovação do SUBEX, é subcomitê executivo no dia 25, no final do mês, e só
1012 vão à aprovação em outubro. Até lá, todos esses pontos estarão sanados. Esse é um
1013 ponto fundamental que precisa ser esclarecido. Além disso, é bom esclarecer, é muito
1014 importante, que o Plano Clima, no caso do plano de mitigação, nós temos todos os planos
1015 setoriais, ele não prevê redução para todos os planos de forma igual. Ele prevê
1016 determinados setores que têm, inclusive, maior capacidade de redução no médio, curto
1017 e médio prazo, que eles façam reduções mais intensivas, para justamente permitir que
1018 alguns setores da economia que têm mais dificuldade de fazer essa transição, tenham
1019 mais tempo para obter essa transição, a fim de que nós cheguemos, em 2035, dentro da
1020 meta aprovada pela nossa NDC, encaminhada recentemente, no final do ano passado, e
1021 que chegue em 2050, Net Zero. Net zero não é todos os setores deixando de emitir. É o
1022 conjunto dos setores trabalhando para que a emissão total final líquida do país seja zero.
1023 Isso não significa que todos os setores terão emissão zero, isso é emissão líquida zero.
1024 Então, eu não vejo aqui, conselheiro, no texto aqui colocado, já com a correção, inclusive
1025 ali...

1026 **O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – SUPLENTE (Diretor Substituto do**
1027 **Departamento de Políticas de E&P de Petróleo e Gás Natural da Secretaria de**
1028 **Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – MME)** - Essa correção eu gostei,
1029 Capobianco, essa correção eu gostei.

1030 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Você gostou?

1031 **O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – SUPLENTE (Diretor Substituto do**
1032 **Departamento de Políticas de E&P de Petróleo e Gás Natural da Secretaria de**
1033 **Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – MME) -** Gostei.

1034 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Então, fico feliz que você
1035 tenha gostado.

1036 **O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – SUPLENTE (Diretor Substituto do**
1037 **Departamento de Políticas de E&P de Petróleo e Gás Natural da Secretaria de**
1038 **Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – MME) -** Da outra, não gostei, não.

1039 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Da outra, qual?

1040 **O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – SUPLENTE (Diretor Substituto do**
1041 **Departamento de Políticas de E&P de Petróleo e Gás Natural da Secretaria de**
1042 **Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – MME) -** A proposta anterior.

1043 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Ah, bom, então, mas
1044 agora, graças à boa vontade dos nossos proponentes, desta forma, o senhor gostou?

1045 **O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – SUPLENTE (Diretor Substituto do**
1046 **Departamento de Políticas de E&P de Petróleo e Gás Natural da Secretaria de**
1047 **Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – MME) -** Gostei.

1048 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Isso é um bom sinal.

1049 **O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – SUPLENTE (Diretor Substituto do**
1050 **Departamento de Políticas de E&P de Petróleo e Gás Natural da Secretaria de**
1051 **Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – MME) -** Só, de repente, eu colocaria para
1052 a integração da agenda climática, para a integração do Plano Clima em suas atividades,
1053 só uma sugestão, conselheiro.

1054 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – A integração do Plano
1055 Clima em suas atividades?

1056 **O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – SUPLENTE (Diretor Substituto do**
1057 **Departamento de Políticas de E&P de Petróleo e Gás Natural da Secretaria de**
1058 **Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – MME)** - Isso.

1059 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Pode ser, conselheiro?
1060 Então, por favor, corrija, atendendo o conselheiro do Ministério de Minas e Energia, a
1061 integração do Plano Clima, ao invés da agenda climática, do Plano Clima em suas
1062 atividades.

1063 **O SR. CARLOS AGENOR ONOFRE CABRAL – SUPLENTE (Diretor Substituto do**
1064 **Departamento de Políticas de E&P de Petróleo e Gás Natural da Secretaria de**
1065 **Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – MME)** - Ok. Estamos juntos.

1066 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Muito bom. Então, e
1067 suposto, eu pergunto se nós podemos atender à vontade do proponente que manifestou
1068 aqui, se nós podemos aprovar por aclamação. Caso a gente não possa aprovar por
1069 aclamação, nós faremos também, por solicitação, conforme prevê o regimento no seu
1070 artigo 21, que prevê que, caso haja no mínimo oito conselheiros que apresentem pedido
1071 de votação nominal da matéria, nós temos dez conselheiros que subscrevem o pedido
1072 de votação nominal. Então, caso a gente possa aprovar por aclamação, nós não faremos
1073 a votação nominal, está certo? Concordo. Caso não seja por aclamação, nós faremos a
1074 votação nominal. Portanto, eu gostaria de perguntar se há algum conselheiro contrário à
1075 aprovação dessa recomendação. E, não havendo nenhum conselheiro contrário, entendo
1076 que nós podemos aprovar por aclamação, correto? Muito bem, então, aprovado. Muito
1077 bom. Superado esse item, eu queria informar também que há um pedido previsto no
1078 nosso regimento interno que trata da, só para a gente, seria no parágrafo 3º do artigo 15
1079 do regimento interno e o parágrafo único do artigo 17, primeiro e terceiro, ah, está,
1080 parágrafo 3º do artigo 13. Prevê a possibilidade de submissão ao plenário de moção em
1081 regime de urgência, correto? E há uma proposta da aplicação de uma moção com objeto
1082 que trata da lei geral do licenciamento ambiental, lei 15150/2025, unha provisória de

1083 licença ambiental especial, a LAE, e o PL 3834/2025, e há uma moção que trata desse
1084 tema, que há um pedido de urgência para que ela seja apreciada. Eu confesso, nós temos
1085 12 conselheiros que subscrevem, é um direito regimental, de colocar isso em discussão,
1086 então, eu pergunto qual é o procedimento ideal nesse caso aqui, nesse procedimento
1087 aqui.

1088 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1089 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** É, então, só vou ler o artigo 13, parágrafo 3º,
1090 excepcionalmente, a proposta de moção poderá ser apresentada e apreciada durante a
1091 reunião do plenário, desde que sua urgência seja reconhecida pela maioria simples dos
1092 conselheiros. Então, tem que submeter a urgência à votação, se for aprovada, pode
1093 entrar na pauta de hoje.

1094 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Isso sim, mas a pergunta
1095 é se é necessário apresentar o conteúdo da moção para que há de apreciação da votação
1096 em regime de urgência. Creio que sim, não é isso? Então, nesse caso, eu vou pedir para
1097 o proponente bancar do Estado Civil do Conama, não sei quem é o representante, que
1098 faça a apresentação da moção, peço que seja breve, para, porque nós não estamos
1099 discutindo o conteúdo, já bem claro, nós não vamos discutir o conteúdo da moção agora.
1100 Se o plenário aprovar o regime de urgência, ela entra como último item de pauta e aí nós
1101 iremos analisar o conteúdo da moção. Está certo? Aprovar ou rejeitar a moção. O que
1102 nós vamos discutir agora é exclusivamente se cabe regime de urgência. Então, eu pediria
1103 ao conselheiro que for aqui apresentar que não trate do conteúdo, que explique por que
1104 há uma urgência em tratar essa moção hoje, no dia 3 de setembro e não na próxima
1105 reunião em dezembro. Então, por favor, não é o conteúdo, mas a justificativa da
1106 oportunidade. Fala, conselheiro.

1107 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - SUPLENTE (Região Sudeste**
1108 **- Instituto ANGÁ) -** Bom dia, Ministro, secretário, demais e menos da mesa, bom dia a
1109 todos e a todas os conselheiros.

1110 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Se apresenta.

1111 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - TITULAR (Região Sudeste –**
1112 **Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro -ANGÁ) -** Gustavo
1113 Malacco, Associação ANGÁ, representando a bancada da Sociedade Civil do Conama.
1114 Já foi feito o fundamento de onde a gente está chegando no regimento em termos, do
1115 artigo 10º, em relação ao parágrafo 3º, do artigo 15º, do parágrafo 1º e do artigo 17º, e
1116 eu vou entrar nesses detalhes. Por que a urgência se justifica? Nós tivemos aí essa
1117 discussão do projeto de lei, já agora sancionado pelo Presidente da República, com 63
1118 vetos. Então a moçada tem como objeto matérias que estão em tramitação sobre regime
1119 de urgência e que nos próximos dias, como já foi vinculado à imprensa etc., a partir da
1120 semana que vem, já tem uma apreciação desses vetos nas Casas do Congresso
1121 Nacional e todos os outros temas, e vetos sobre temas que afetam diretamente o
1122 funcionamento e atribuições essenciais ao sistema, inclusive ao Conselho, que impactam
1123 o Conselho se esse veto, por exemplo, for derrubado dentro da Casa do Congresso
1124 Nacional. Então a análise dessa proposta de moção vai perder sua efetividade caso ela
1125 não seja submetida agora, porque nós já temos uma data, já dentro do Congresso
1126 Nacional, para apreciação dessa matéria dos vetos e estão tramitando nas Casas
1127 Legislativas. Então a referida moção apresenta algumas manifestações e pedidos em
1128 relação ao programa a serem encaminhadas com total urgência nesse direcionamento
1129 da Conselho para as principais lideranças dos Executivos do Legislativo Federal. É
1130 importante levar ao conhecimento exato do funcionamento deste Conselho, acho que é
1131 importante se posicionar à frente a essa questão, que institucionalmente ainda não
1132 realizamos isso, apenas um debate que nós tivemos na reunião anterior, com a presença
1133 inclusive do Ex-Deputado, Fábio Fernando, em torno dos vetos sobre a Lei Geral do
1134 Licenciamento Ambiental, Lei 15725/2025, da medida provisória que foi emitida pelo
1135 Governo sobre a Licença Ambiental Especial e do Presidente de Lei, do PL 3864 de 2025,
1136 assim como expor a necessidade urgente levar em consideração a posição deste
1137 Conselho e fomentar a participação social na deliberação em torno do tema. Então desse
1138 modo pedimos esse pedido, a adoção do regime de urgência para a deliberação dessa
1139 moção e oportunamente defender essa proposta. Obrigado, viu, secretário.

1140 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Obrigado. De fato, essa é
1141 uma moção que não teria sentido de ser discutida na próxima reunião do Conama, é um

1142 assunto que é acusado urgente pelos conselheiros que subscrevem, portanto ela
1143 preenche os requisitos para a urgência, vamos pôr em votação, por favor, quem for
1144 contrário à inclusão desta moção em regime de urgência, portanto aprovar que ela entre
1145 hoje como nosso último item de pauta de deliberação, que se manifeste, por favor, quem
1146 for contrário, vamos contar, por favor, 19 votos contra a aprovação da análise desta
1147 moção no dia de hoje,. Favoráveis, por favor.

1148 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
1149 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Gente, faz falta para quem vai contar, vontade de
1150 levantar crachá.

1151 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** 46 a favor, alguma
1152 abstenção? Duas abstenções, três abstenções, quatro abstenções, quem dá mais?
1153 Quatro abstenções. Aprovada a inclusão da moção para a deliberação na data de hoje.
1154 Muito bem, então finalmente agora entraremos na análise da resolução Conama, que
1155 dispõe sobre critérios técnicos, condições de validade, transparência, integração e
1156 publicidade de informações relacionadas à emissão de autorizações para supressão,
1157 degradação nativa em imóveis rurais. Processo 02000013396/2024-66. Essa proposta
1158 de resolução será apresentada pelo secretário-geral de Controle do Desmatamento e
1159 Ordenamento Ambiental e Territorial, secretário André Lima. E, portanto, com a palavra
1160 o secretário, lembrando aqui que nós vamos proceder daquela maneira como nós temos
1161 feito, caso haja propostas de ajustes e emendas, faremos índice separado, discutiremos
1162 primeiro o texto básico. Por favor.

1163 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1164 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Secretário,
1165 primeiro apenas uma questão aqui para compreender o encaminhamento, eu tenho um
1166 relatório sobre as emendas, mas acho que antes a gente precisa aprovar o texto que foi
1167 aprovado na Câmara Técnica e depois na CTAJ, em seguida a gente aprecia o conjunto
1168 das emendas, correto?

1169 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Correto, porque houve
1170 pedidos de vista, acho que foram três pedidos de vista, não é isso? Quatro.

1171 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1172 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Cinco pedidos
1173 de vista.

1174 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Cinco pedidos de vista. A
1175 informação que essa presidência recebeu é de que todos os proponentes pedidos de
1176 vista se reuniram e elaboraram uma proposta conjunta para tratamento de alguns pontos
1177 específicos. Então a proposta que nós gostaríamos de encaminhar aqui seria, como nós
1178 temos feito nas últimas resoluções, nós aprovamos o texto base, preservando todos
1179 aqueles que foram objeto de emenda e na sequência, após isso, vamos apreciar as
1180 emendas, correto?

1181 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1182 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Correto.

1183 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Então, o que está em
1184 discussão aqui agora, nesse momento, é o texto aprovado pela Câmara Técnica e
1185 Comissão de Condições de Justiça, não é isso?

1186 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1187 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Isso.

1188 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** E...

1189 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1190 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** CTAJ.

1191 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** CTAJ. Comissão Técnica
1192 e Avaliação dos Jurídicos. CTAJ. E, na sequência, nós faremos essa votação, são
1193 impunidas as emendas, depois faremos a avaliação das emendas e, eventualmente,
1194 outros destaques que algum conselheiro possa apresentar aqui no plenário. Está certo?

1195 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1196 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Está certo.
1197 Então, vou fazer um breve relato de como foi esse processo todo. Bom, primeiro, mais

1198 uma vez aí, bom dia a todos e todas. Saudando todos aqui na mesa, em nome do
1199 secretário Capobianco, já foram saudados todos os biólogos e biólogas. Quero dizer que,
1200 se ontem foi um dia bastante importante para a democracia brasileira, hoje é um dia muito
1201 importante para a sustentabilidade, a política ambiental no Brasil. Eu me lembro de
1202 algumas votações em plenário do Conama. E, certamente, essa é uma de altíssima
1203 relevância, porque nós estamos falando de um tema que é, hoje, um dos principais
1204 fatores de emissão de gás de efeito estufa no Brasil, é um dos temas que tem maior
1205 visibilidade do ponto de vista da implementação das políticas ambientais no Brasil. A
1206 Ministra costuma dizer, que se a gente fizer tudo direitinho, mas o desmatamento
1207 aumentar, a notícia é que nós não fizemos nada, ou fizemos muito pouco. Então,
1208 realmente, é um tema da mais alta relevância, porque para poder dizer que, de fato, e de
1209 direito, temos o efetivo controle da dinâmica de desmatamento no Brasil, é preciso que a
1210 gente possa dizer com tranquilidade, assertividade, que a gente tem condições de afirmar
1211 o que desse desmatamento no Brasil, ou na Amazônia, ou nos demais biomas, o que é
1212 legal, o que é ilegal, o que tem autorização, o que não tem autorização. E isso,
1213 infelizmente, apesar de todo o avanço na gestão ambiental feita pelos Estados, ao longo
1214 das últimas décadas, e pelo próprio Governo Federal, a gente ainda não tem condição
1215 de dizer isso com algum nível de assertividade. Então, essa resolução, eu brinquei em
1216 algumas reuniões, eu disse, é a ACDC, antes do Conama, depois do Conama. Na agenda
1217 do combate ao desmatamento, tem a era antes dessa resolução e a era após essa
1218 resolução, que será apreciada por esse colegiado hoje. Por quê? A partir de então,
1219 apesar de não ser a resolução dos sonhos de ninguém, tivemos que fazer muitos ajustes
1220 e composições com todos os segmentos, o que é natural, em um processo democrático,
1221 de diálogo respeitoso, propositivo, ela certamente enfrenta os principais desafios
1222 relacionados à necessidade de transparência máxima possível, transparência ativa na
1223 emissão desses atos autorizativos, e integração necessária, que permita, obviamente, o
1224 controle ambiental, a gestão ambiental, o controle social, inclusive, hoje vivemos sob o
1225 controle do próprio judiciário, com ações perante o Supremo Tribunal Federal,
1226 determinando decisões e a obrigatoriedade de adesão de medidas que, inclusive, essa
1227 resolução de hoje, ela adota. Então, só para destacar que, para nós, essa resolução é de
1228 altíssima relevância, não poupamos esforços desde a plenária, eu não pude estar aqui,

1229 infelizmente, na plenária de junho, onde essa matéria foi apresentada, mas, desde então,
1230 nós realizamos algumas dezenas de reuniões, quero parabenizar a Casa Civil por ter
1231 liderado o processo de diálogo interno do Governo Federal, houve emendas do MDA, do
1232 Ministério do Desenvolvimento Agrário, houve emendas do MGI, Ministério de Gestão,
1233 trouxe também emendas importantes, houve emendas do IBAMA, e fizemos um processo
1234 bem interessante, em que eu posso garantir que o que está saindo hoje é muito melhor
1235 do que o que chegou aqui no mês de julho. Deu um pouco mais de trabalho, poderíamos
1236 ter resolvido isso na Câmara Técnica, mas o resultado está sendo mais efetivo, de maior
1237 qualidade. Além das emendas apresentadas pelo MGI e pelo MDA, o MDA voltado para
1238 a preocupação em relação aos impactos da resolução na agricultura familiar, o MGI
1239 preocupado na correlação e na integração desses atos autorizativos com o sistema do
1240 Cadastro Ambiental Rural, que está sendo desenvolvido e aprimorado no âmbito do MGI.
1241 Tivemos emendas do IBAMA também, bastante preocupados com a viabilidade da
1242 integração dos dados de emissão de ASV com o Sinaflor, que é inclusive uma
1243 determinação judicial do Supremo Tribunal Federal, e tivemos também manifestações
1244 por meio de relatórios de outros dois setores e membros do Conama, que é a ANEMA,
1245 que apresentou um relatório reforçando a importância da aprovação da matéria tal qual
1246 foi apresentada originalmente, também das organizações da Sociedade Civil. Mas além
1247 dessas reuniões de acerto e de concertação interna no governo, imediatamente em
1248 seguida passamos a dialogar com cada um dos setores diretamente envolvidos,
1249 interessados, que fizeram pedidos de vista ou afetados. Então conversamos também com
1250 a ABEMA, que apresentou também emendas e que também aprimorou e aprimoraram,
1251 na verdade, o texto. Agradecer aqui a Maura, o Taveira pelo esforço de mobilização dos
1252 órgãos estaduais. Também tivemos sugestões em reuniões consecutivas com a
1253 Sociedade Civil. Até hoje de manhã ainda estávamos fazendo alguns ajustes ainda, que
1254 certamente vão ser apresentados aqui. Mas também dialogamos muito com a CNA, na
1255 medida em que, obviamente, os produtores rurais brasileiros, sejam eles pequenos,
1256 médio, grande, familiares, são os principais destinatários dessa norma que trata da
1257 autorização de supressão de vegetação nativa para uso agropecuário, silvicultural em
1258 imóveis rurais. Então também tivemos com a CNA, e eu agradeço aqui ao Nelson, o
1259 Rodrigo Justus, o Decarle. Está aí o Decarle também? Participaram ativamente nesse

1260 processo, contribuindo, ajudando no entendimento. E eu quero registrar o empenho em
1261 acolher e buscar chegar ao entendimento. Em nenhum momento nós sentimos qualquer
1262 tipo de resistência de qualquer setor em relação às propostas. Obviamente houve
1263 divergências que foram mediadas e o resultado, eu quero dizer que é um resultado
1264 bastante satisfatório e posso dizer melhor do que o texto que chegou originalmente. Esse
1265 foi um processo. Ontem tivemos também mais algumas reuniões, inclusive com
1266 organizações da Sociedade Civil, que levantaram alguns pontos na resolução. E de
1267 ontem para hoje a gente achou melhor não fazer uma terceira versão, então certamente
1268 haverá pelo menos dois pontos que eu sei que a Sociedade Civil quer fazer ajustes, com
1269 os quais inclusive a gente já examinou e de fato são ajustes que aprimoram a proposta.
1270 Então, secretário, foi um processo muito participativo. Participei de vários processos aqui
1271 no Conama, inclusive muitos deles associados a essa agenda da gestão florestal e do
1272 código florestal. E essa eu posso dizer que é um processo que foi bastante denso e muito
1273 colaborativo em que todos os setores que manifestaram interesse em aprimorar a
1274 proposta, desde a última reunião plenária foram consultados, participaram de diálogos e
1275 tiveram a oportunidade de construir um texto que nós estamos chamando de uma
1276 emenda coletiva. Nem sei se isso já aconteceu anteriormente no Conama, mas todos os
1277 membros que pediram entrevistas consentiram em ser signatários de uma emenda
1278 coletiva que são 20 ajustes do texto da resolução e a nossa ideia é que a gente possa
1279 apresentar os 20 ajustes e aqueles que tiverem algum destaque, secretário, poderem
1280 fazer o seu destaque e depois a gente foca nos destaques após a aprovação do conjunto
1281 das emendas. Se você...

1282 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Secretário, muito bem.
1283 Então, veja bem, todos receberam com antecedência o texto da resolução. O que eu
1284 gostaria de propor, peço ajuda dos conselheiros e conselheiras sobre se esse
1285 encaminhamento que eu vou propor é razoável na opinião de todos. Eu ia propor que
1286 fosse apresentado aqui, não o texto ainda, mas apenas os itens, os artigos e incisos que
1287 serão objeto de emenda. A minha proposta seria que mostrasse esses destaques, nós
1288 faríamos a aprovação do texto base que foi enviado a todos, todos receberam, e após a
1289 aprovação desse texto base, nós viríamos então para analisar todos esses itens que o
1290 André Lima vai só enumerar, não vai apresentar o conteúdo, vai dizer quais são, ou seja,

1291 para ficar claro que nós não estamos aprovando a resolução tal como os senhores
1292 receberam, nós estamos apenas aprovando o texto base e voltaremos a discutir todas as
1293 mudanças e aí sim será apresentado aos conselheiros em detalhe todas as mudanças
1294 que foram feitas. Vocês acham que podemos proceder dessa maneira? Alguém que
1295 discorda nesse encaminhamento? Bom, então não havendo nenhuma manifestação
1296 contrária ao meu encaminhamento, eu vou colocar em votação agora o texto base
1297 ressaltadas as emendas que o André vai mostrar. Quais são os dispositivos, André, que
1298 nós temos emendas? São 20 dispositivos.

1299 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1300 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Pode colocar,
1301 eu não vou aprofundar cada lâmina, mas a gente tem uma apresentação com todos os
1302 pontos. Eu vou passar rapidamente cada um para vocês terem aí o conhecimento. Vamos
1303 lá. Então, o primeiro slide, por gentileza. O primeiro slide trata da própria emenda, uma
1304 sugestão de complemento dentro da emenda. Próximo. Como eu disse, não vou
1305 aprofundar na área de...

1306 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Não, não, nós vamos
1307 analisar depois. Só quero que os conselheiros entendam qual é a amplitude dos ajustes.
1308 Então, o primeiro na emenda. Próximo.

1309 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1310 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - O próximo é
1311 no artigo 2º. Uma disposição que trata da questão da possibilidade de ter, eventualmente,
1312 nomenclaturas diferentes em alguns Estados. Então, a aplicação dessa norma,
1313 independentemente da nomenclatura, ela trata da supressão de vegetação nativa em
1314 todas as hipóteses. O item 3 é no artigo 3º. No capítulo do artigo 3º, a questão da limpeza
1315 de pasto. Estamos fazendo uma proposta para dispensar a autorização de limpeza de
1316 pasto.

1317 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Próximo.

1318 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1319 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - O item 4,
1320 ainda também na questão das áreas de pousio, é apenas um ajuste de forma. Tinha sido
1321 feita uma emenda para ressaltar um dispositivo que a gente julgou desnecessário.

1322 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Perfeito. Próximo.

1323 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1324 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - O item 5, o
1325 MDA, sugerindo que a declaração da limpeza de pasto não seja obrigatória para a
1326 agricultura familiar. O item 6, uma troca de uma expressão que tem uma efetividade, que
1327 é trocar a expressão ASV somente será válida por ASV somente será emitida, depois a
1328 gente explica melhor.

1329 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Próximo.

1330 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1331 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - O item 7,
1332 alteração do inciso II e a inclusão do inciso III e IV no artigo 4º, que fala das condições
1333 para a emissão da ASV relacionadas a pendências no CAR e a necessidade de indicação
1334 de aprovação da reserva legal.

1335 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Próximo.

1336 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1337 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Item 8,
1338 alteração de dois parágrafos no artigo 4º, que falam da possibilidade, a excepcionalidade
1339 de emissão de autorização nos casos de cadastro ambiental rural não analisados, não
1340 validados.

1341 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Próximo.

1342 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1343 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Item 9, a
1344 gente está propondo, foi proposto pela MGI, a retirada dos dispositivos que repetiam uma

1345 instrução normativa que trata das hipóteses de pendência do CAR, porque a gente está
1346 colocando, limitando a uma única pendência e a IN depois vai ser atualizada, então é
1347 melhor não a incorporar aqui.

1348 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) – Próximo.**

1349 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1350 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) - Próximo,**
1351 proposta da ABEMA, da questão do prazo de validade das autorizações de supressão
1352 em caso de ASVs vinculadas a processo de licenciamento ambiental. Uma coisa é uma
1353 ASV para supressão de vegetação no imóvel rural, tem um prazo de validade, outra coisa
1354 é dentro de um processo de licenciamento, essa validade pode ser estendida.

1355 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) – Próximo.**

1356 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1357 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) - MDA**
1358 propondo tratamento diferenciado para agricultura familiar, a questão da dispensa de
1359 autorização para atividades consideradas eventuais e de baixo impacto, que na verdade
1360 é uma reprodução do que está no próprio Código Florestal. Emenda 12, alteração do
1361 parágrafo 7º, que se tornou o artigo VIII, estabelecendo algumas hipóteses de vedação
1362 de emissão de ASV, depois a gente aprofunda aí, hipóteses de vedação de ASV. Emenda
1363 13, inclusão do inciso 3º, colocando a informação do SNCR como uma informação
1364 relevante a constar na ASV. O MGI propôs uma alteração também, emenda 14,
1365 relacionadas à necessidade das manifestações técnicas sobre a ASV estarem também
1366 integradas no Sinaflor e não no SICAR.

1367 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) – Próximo.**

1368 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1369 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) - Emenda 15,**
1370 inclusão de dois incisos nas informações que devem ser disponibilizadas pelos órgãos
1371 que emitem ASV, relacionadas ao SNCR e ao SIGEF. Informações de caráter fundiário
1372 devem constar na ASV. Emenda 16, do IBAMA, a necessidade de integração no Sinaflor

1373 das autorizações de supressão e os atos correlatos a essas autorizações, isso aqui
1374 inclusive é um dispositivo que vem implementar uma deliberação na decisão do Supremo
1375 Tribunal Federal de obrigatoriedade e integração dessas normas. Emenda ainda 17, do
1376 IBAMA, vamos lá, são muito parecidas aqui, relacionadas também à validade da
1377 autorização após a integração entre o número do CAR e o número do Sinaflor na ASV,
1378 ou seja, a partir daqui a gente vai ter a integração entre o número do SICAR, o número
1379 do Sinaflor e a autorização.

1380 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Não precisa explicar,
1381 André, só para eu entender qual é o ponto ali.

1382 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1383 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Emenda 18,
1384 a questão da padronização do sistema do IBAMA para intercâmbio das informações,
1385 emenda da ABEMA, emenda 19, emenda do IBAMA afirmando que os OEMAS têm que
1386 também fazer a integração das suas APIs ao sistema do Sinaflor e uma emenda final que
1387 consta como da ABEMA, mas foi construída por nós também, em parceria com a ABEMA,
1388 para que haja uma instância de diálogo permanente entre IBAMA e OEMAS para resolver
1389 problemas de TI que impedem a sincronização desses dados. São essas as 20 emendas.

1390 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Está certo. Quantos
1391 artigos nós temos na resolução total?

1392 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1393 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - De cabeça eu
1394 não sei, 13, 12?

1395 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Vai lá no final. 13. Então,
1396 senhoras e senhores, como vocês puderam ver, depois vamos entrar em detalhe, mas
1397 nós temos, as propostas são, nós temos 13 artigos, são propostas de mudança. No artigo
1398 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º. 7º e 8º. Então, nós vamos submeter a votação do texto base,
1399 considerando que teremos, vou apreciar ainda na sequência, ajustes, repito, no artigo 2º,

1400 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º. O restante seria, então, portanto, aprovado no texto base. Alguma
1401 questão? É de encaminhamento? Não, não, destaque? Em relação ao texto base?

1402 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1403 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** As emendas.

1404 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** As emendas? Não, não,
1405 as emendas vão ser discutidas todas, na sequência. A única questão é se alguma
1406 questão em relação ao texto base, excluindo essas emendas que foram apresentadas,
1407 que serão apreciadas, ajustadas, tal. Espera um pouco. Alguma, alguma... Então, não
1408 havendo nenhuma manifestação aqui, podemos seguir dessa forma. Vamos pôr em
1409 votação o texto base. E excluído todos os itens que serão objeto de discussão e ajustes
1410 na sequência. Quem for contrário à aprovação do texto base, excluídos os pontos que
1411 serão deliberados na sequência, que se manifeste, por favor. Não há nenhuma opção
1412 contrária. Há alguma abstenção? Então, aprovado por unanimidade o texto base da
1413 resolução. Passamos agora à discussão das moções. Nesse sentido...

1414 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1415 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Moções?

1416 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Das emendas. Eu fiquei
1417 muito impactado com o Rubinho, aí eu acabei me confundindo.

1418 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1419 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Nem moções,
1420 nem mocinhas. Emendas.

1421 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Ele perde a amigo, mas
1422 não perde a piada. Mas... Vamos lá, então. Nós temos... Vamos, então, tratar das
1423 moções? Ô meu Deus, das emendas. Que loucura! Das emendas? E nós temos aqui a
1424 seguinte questão. A informação que eu tenho é de que essas moções foram...

1425 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1426 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Emendas?

1427 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Puta, que loucura isso! O
1428 que está acontecendo, gente? Espera aí, eu vou dar uma saída e já volto. Vou fazer uma
1429 que chama um rebufo.

1430 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1431 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Vamos
1432 repetir. Emendas.

1433 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Emendas. Vamos tratar
1434 dessas emendas. A informação que eu tenho é que houve um consenso entre todos que
1435 pediram vista. Mas vamos fazer, então, a apresentação delas uma a uma. E aí, nesse
1436 momento, cada conselheiro aí pode fazer o destaque. Está certo? Sinaliza. Destaque.
1437 Nós não vamos colher o destaque nesse momento. Vamos fazer no final a análise dos
1438 destaques. Está certo? Então vamos prosseguir. Tem que pôr de volta ali aquele
1439 PowerPoint. Primeira emenda, por favor. Que trata do artigo 2º respeito à nomenclatura.

1440 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1441 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - É, na
1442 verdade, a primeira emenda é um ajuste na emenda. É verdade. Certo? Porque essa
1443 matéria, essa resolução dispõe sobre os critérios técnicos, condições de validade,
1444 transparência, integração e publicidade das informações relacionadas à emissão de
1445 autorizações de supressão de vegetação nativa. Em imóveis rurais. Havia uma emenda
1446 para tirar o em imóveis rurais. Mas a gente chegou ao entendimento que ela tem o foco
1447 em imóveis rurais. Esse é o foco dessa resolução. Mas ela também trata de algumas
1448 outras coisas como, por exemplo, consolidar as hipóteses de viabilidade de autorização
1449 de supressão pelos Municípios, por exemplo. Dentre outras providências que não são as
1450 centrais. Então a sugestão foi de manter imóveis rurais e agregar o e trata de outras
1451 providências. Algum destaque em relação a este texto?

1452 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Alguma questão em
1453 relação a este texto? Então vamos para a próxima.

1454 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1455 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - A emenda 2
1456 tem a ver com a questão de nomenclaturas. É a inserção sugerida pelo MGI de um
1457 parágrafo único dizendo que os efeitos dessa resolução se aplicam às autorizações de
1458 supressão de vegetação independentemente das tipologias e variações de nomenclatura
1459 adotadas pelos órgãos competentes. Porque há situações em que órgãos estaduais ou
1460 eventualmente municipais não necessariamente denominam a autorização de supressão
1461 de vegetação nativa ou usam a sigla ASV. Independentemente da nomenclatura, o que
1462 importa é o ato autorizativo de supressão de vegetação nativa, seja ele exarado pelo
1463 IBAMA, pelos órgãos estaduais ou pelos órgãos municipais, tem que atender ao que está
1464 disposto nessa resolução. E aí nesse caso, não sei se tinha...

1465 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Então o destaque estava
1466 feito na sequência? Então registrado aqui o destaque da Conselheira Carolina na emenda
1467 2, por favor.

1468 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1469 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Emenda 3 um
1470 tema bastante debatido relacionado à questão da limpeza de pasto em áreas rurais esse
1471 é o texto original, a limpeza de pasto em áreas rurais para fins agropecuários, cujo uso
1472 tenha sido interrompido por até 5 anos independente de emissão de ASV, desde que tem
1473 lá uma série de condições que não foram objeto de alteração. A proposta de emenda ela
1474 foi no sentido de colocar essa expressão a supressão de vegetação para limpeza de
1475 áreas naturais em pousio, ou seja, já trouxe o conceito de pousio para dentro da ideia de
1476 limpeza de pasto, o pousio é um pouco mais amplo embora tenha limites definidos, área
1477 que deixa de ser usada por até 5 anos. Então essa foi a proposta de emenda, mas no
1478 debate houve um entendimento que inclusive poderia trazer algum conflito de
1479 interpretação jurídica e legal colocar supressão de vegetação e depois dispensar
1480 autorização para esses casos. Então a gente achou que resolve, foi um consenso no
1481 grupo inclusive com a própria CNA que é o principal defensor desse artigo em que a
1482 limpeza de áreas rurais em pousio destinadas ao uso alternativo do solo para atividades
1483 ou uso agrícolas pecuários ou silviculturais cujo uso tenha sido interrompido por até 5

1484 anos independe de emissão de ASV desde que as hipóteses são desde que não seja em
1485 APP, reserva legal ou área com restrição de uso ou seja em áreas que já houve
1486 autorização de supressão ou áreas consideradas consolidadas e desde que haja uma
1487 declaração do proprietário de que está fazendo essa, é uma mera declaração não precisa
1488 ter nenhum ato administrativo de aprovação.

1489 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Mas a emenda...desculpa.
1490 A emenda excluir a supressão de vegetação pôr a limpeza de área rural, é isso?

1491 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1492 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - É isso,
1493 exatamente.

1494 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Essa mudança. Tem
1495 algum destaque em relação a esse ponto? Também não há nenhum destaque.

1496 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1497 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Emenda 4,
1498 ainda na limpeza de área em pousio, que fala daquelas condições desde que, dois
1499 pontos, não ocorrem em área de preservação permanente, área de reserva legal ou área
1500 protegida por legislação específica e aí havia uma proposta de complementar esse
1501 comando com ressalvas as condições previstas no inciso 2º que é o inciso abaixo do
1502 1º e aí por lógica jurídica, se o 2º está contido no caput, você não precisa fazer ressalvo
1503 daquilo que faz parte do dispositivo, então a gente achou que é desnecessária essa
1504 emenda para ressaltar as condições do inciso II.

1505 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Então, o texto ficaria, não
1506 ocorre em área de reserva permanente área de reserva legal ou área protegida por
1507 legislação específica. Algum destaque em relação a esse ponto? Próxima emenda.
1508 Realmente foi consenso mesmo, impressionante. Parabéns a todos.

1509 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1510 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - A emenda 5
1511 proposta pelo MDA tem a ver com a questão das informações, de lançamento das

1512 informações no Sinaflor e a declaração de limpeza de área de pousio que tem que ser
1513 feita pelo proprietário rural. A emenda do MDA sugere a não aplicação dessa declaração
1514 aos agricultores familiares, nem todo mundo pode ter internet ali no seu sítio ou chácara
1515 ou fazenda nos rincões do Brasil então a dispensa dos agricultores familiares dessa
1516 declaração. Proposta pelo MDA.

1517 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Desculpa, algum
1518 destaque? Não? Próxima emenda.

1519 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1520 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Emenda
1521 número 6, trocar a palavra válida por emitida, porque se ficar como está originalmente a
1522 ASV poderá ser emitida mesmo quando as condições não estiverem sendo aferidas e ela
1523 só será válida depois da... Então a ideia é que ela só seja emitida quando as condições
1524 objetivas estiverem cumpridas e com isso obviamente ela será válida então o resultado
1525 é o mesmo, mas é muito melhor que a ASV não seja emitida antes das condições serem
1526 confirmadas. Então realmente é um aprimoramento e sugestão do MDI.

1527 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Perfeito. Sem destaque?
1528 Próxima.

1529 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1530 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Emenda
1531 número 7, também do MGI. Uma das condições para a emissão da autorização é de que
1532 o cara esteja ativo, mas aí na emenda é que ele não possua pendências. Aí houve um
1533 debate importante de que pode ser que haja pendências que não são impeditivas da
1534 emissão da autorização de supressão. E que a pendência que é de fato impeditiva é
1535 aquela em que o proprietário foi notificado para fazer alguma retificação do cara e ele não
1536 respondeu a essa notificação. Nesse caso a autorização só será emitida quando ele
1537 responder e retificar e atender a notificação. Então a pendência que pode obstruir ou
1538 limitar a emissão da autorização é uma pendência relacionada a resposta às notificações
1539 do órgão ambiental competente.

1540 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Muito bem. Próxima.

1541 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1542 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Pergunta se
1543 tem destaque?

1544 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Não. Já perguntei, já vi
1545 que não.

1546 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1547 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Emenda 8,
1548 também do MGI. Aqui nós estamos tratando de uma exceção. Qual é a regra? O cara
1549 tem que estar ativo, não pode ter pendência, tem que informar e confirmar a localização
1550 da reserva legal, confirmar os limites da reserva legal, inclusive nas hipóteses em que ela
1551 pode ser eventualmente menor, por uma questão da temporalidade do código florestal,
1552 mas há uma exceção para a emissão da autorização quando o cara ainda não está
1553 analisado. Que exceção é essa? É quando, decorrido o prazo de 90 dias, sem a
1554 conclusão da análise, o órgão ambiental deve fundamentar a impossibilidade de
1555 conclusão da análise e pode emitir, excepcionalmente a ASV, atendidas as condições do
1556 inciso III, IV, parágrafo 3º desse artigo e o artigo 6º. Essas condições são, não estão aí.
1557 Me lembra aí, Diego, quais são as 3, 4, parágrafo 3º e artigo 6º. Isso. Os incisos III e IV,
1558 volta no artigo anterior. Eu que posso voltar aqui, desculpa. Está aqui, 3 e 4. Indicar a
1559 aprovação da localização da reserva legal, porque tem que estar aprovada, não pode ser
1560 a chamada reserva legal delivery. E tem essa confirmação do enquadramento das áreas
1561 rurais consolidadas, que significa dizer qual é o limite da reserva legal e qual é o limite
1562 da área consolidada. Então, essas são condições. Além do parágrafo 3º desse artigo,
1563 que é o parágrafo abaixo, ou seja, excepcionalmente, mediante justificativa técnica
1564 fundamentada do órgão ambiental, a ASV poderá ser emitida sem a conclusão da análise
1565 do CAR, desde que haja uma manifestação técnica assinada para o profissional
1566 habilitada, atestando o respeito às APPs, o cumprimento dos percentuais mínimos de
1567 reserva legal, exigidos em lei, bem como demais requisitos de dominialidade de posse.
1568 Então, tem que ter um ato confirmando esses requisitos, porque pode ser que o órgão
1569 não consiga finalizar a análise do CAR por alguma questão, às vezes, burocrática,

1570 documental, que não afeta a possibilidade da emissão de autorização. Então, esse é um
1571 dispositivo, e o artigo 6º, que eu não me lembro de memória, Diego, qual é o 6º? Pronto,
1572 o artigo 6º trata do envio da ASV ao Sinaflor, e o número do CAR no Sinaflor, ou seja,
1573 que haja essa integração e, conseqüentemente, a possibilidade de os órgãos exercerem
1574 um controle sobre a efetividade, a validade da licença.

1575 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Algo de destaque? Muito
1576 bem, próximo, então, emenda 9.

1577 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1578 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Aqui é a
1579 supressão desse parágrafo 4º, como a gente falou antes, a gente estava colocando todas
1580 as hipóteses de dependências no CAR, e a gente focou naquela hipótese de dependência
1581 quando o proprietário não atende a notificação. Então, é a supressão desse parágrafo 4º,
1582 até porque essa matéria é regulada por uma instrução normativa que, inclusive, deve ser
1583 ajustada, que deve ser aprimorada na medida em que o CAR está sendo, o sistema do
1584 CAR está sendo sofisticado, então é melhor não tratar isso na resolução, não definir o
1585 que quer dizer pendência nessa resolução.

1586 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Ou seja, todo o parágrafo
1587 4º do art. 4º seria retirado, é isso?

1588 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1589 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Isso.

1590 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Ele já está garantido no...

1591 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1592 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Nas
1593 condições de localização da reserva legal, de não sobreposição com áreas protegidas,
1594 isso tudo está...

1595 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Seria redundante, então?

1596 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1597 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Exatamente.

1598 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Algum destaque? Então,
1599 seguimos para a próxima emenda.

1600 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1601 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** O prazo de
1602 validade da licença, aliás, que é um grande avanço, a gente unificar o prazo de validade
1603 das autorizações de supressão de vegetação nativa para 12 meses, prorrogáveis por
1604 mais 12. A gente sabe que tem Estados que emitem com 24 meses prorrogáveis por mais
1605 24, o que dificulta muito o controle entre a emissão e a execução da autorização. Então,
1606 esse foi o prazo, 12 meses prorrogáveis por mais 12. Ocorre que há autorizações de
1607 supressão de vegetação nativa que são emitidas no âmbito de processo de licenciamento
1608 ambiental e arrimas, e às vezes a supressão vai ser executada em mais de 12 meses,
1609 ela não é toda feita de uma vez, ou seja, os prazos de validade das ASVs, eles ficam
1610 vinculados ao prazo de validade da licença ambiental, não podendo, inclusive, ser
1611 prorrogado. A execução tem que ser dentro do prazo da licença ambiental.

1612 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Ok. Alguma observação?
1613 Não? Então, próxima emenda, por favor.

1614 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1615 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Mais uma
1616 emenda do MDA tratando da questão da agricultura familiar e o MDA sugeriu trocar esse
1617 dispositivo do parágrafo 6º, que trata da questão da viabilização da inscrição no CAR, por
1618 reproduzir uma expressão do Código Florestal dispensando as autorizações de
1619 supressão de vegetação nativa nos casos de atividades eventuais de baixo impacto, o
1620 que não é nenhuma inovação da resolução, na verdade a gente praticamente está
1621 trazendo na íntegra, se não me engano, do artigo 52 do próprio Código Florestal, para
1622 deixar claro que nesses casos a ASV está dispensada.

1623 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Alguma observação,
1624 algum destaque? Próxima emenda.

1625 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1626 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Emenda
1627 também do MGI, colocando algumas vedações para a emissão de autorização de
1628 supressão, inserindo um parágrafo 8º, na verdade, que é a vedação da emissão de ASV
1629 para áreas vinculadas à cota de reserva ambiental, se foi emitida uma cota de reserva
1630 ambiental porque aquela área está protegida ou sob a forma de reserva legal ou sob
1631 servidão ambiental, então não pode de fato haver autorização nessas áreas, e também
1632 nas hipóteses em que o CAR se encontre suspenso ou cancelado, aqui estão aquelas
1633 hipóteses de sobreposição com áreas protegidas, terras indígenas, e também no caso
1634 do SNCR, do Sistema Nacional de Cadastro Rural, não esteja ativo também uma
1635 proposta do MGI.

1636 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Algum destaque? Não,
1637 próximo.

1638 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1639 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Uma inclusão
1640 do MDA, emenda 13, inciso III, no artigo 5º, colocando o código do imóvel no SNCR,
1641 como também uma informação que deve constar expressamente na ASV. A gente está
1642 buscando ao máximo fazer aquela conexão entre os diferentes sistemas de cadastros
1643 rurais, agrários, ambientais, e a ASV constar todos esses números.

1644 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Destaques? Próximo.

1645 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1646 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Emenda 14
1647 do MGI, relacionada à o envio das ASVs e manifestações ao Sinaflor. É aquela emenda
1648 que trata da integração das ASVs com o Sinaflor. Houve uma inversão aí. Na verdade, o
1649 artigo 6º original falava da integração no SICAR, mas o ambiente de integração das
1650 autorizações de supressão de vegetação nativa, e que está, inclusive, vamos dizer assim,

1651 já no modo operacional, é o Sinaflor. E na ASV vai ter o número do SICAR, o número do
1652 CAR, o número da autorização e o número do Sinaflor. Então o sistema é o Sinaflor, não
1653 o SICAR, e isso foi uma sugestão do MGI. O IBAMA concordou, todos os órgãos estão
1654 de acordo com essa emenda.

1655 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Destaques? Próximo.

1656 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1657 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Emenda 15
1658 também do MDA, em relação a que informações das ASVs devem estar de forma
1659 transparente, publicadas nos portais dos órgãos emissores das ASVs. Então eles
1660 incluíram dois incisos, um é o código do SNCR, do Sistema Nacional de Cadastro Rural,
1661 e também o código de certificação do imóvel, relacionado ao SIGEV. Também é um
1662 código, um sistema importante que faz a gestão de áreas, de territórios, inclusive, não só
1663 federais, a gestão fundiária.

1664 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Temos mais um destaque
1665 aqui, se anota por favor, mais um destaque. Na emenda 15. Então nós já temos, na
1666 emenda 12 e na emenda 15, destaque. Próxima emenda.

1667 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1668 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Emenda 16
1669 do IBAMA, que diz que as autorizações de supressão de vegetação nativa e atos
1670 correlatos, emitidos anteriormente à entrada em vigor dessa resolução, deverão ser
1671 devidamente informados no Sinaflor. Então a proposta aqui é de exclusão desse
1672 parágrafo 1º, porque não vai haver a integração dos atos emitidos anteriormente a esta
1673 resolução. Isso do ponto de vista técnico, tecnológico, é inviável. As autorizações
1674 emitidas anteriormente, elas têm lógicas diferentes, dados, informações diferentes, não
1675 tem como integrá-las. Mas mais à frente a gente vai ver um outro dispositivo que trata
1676 dessa, de como é que essa integração vai ser feita.

1677 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Destaques? Próxima.

1678 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1679 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - A emenda 17,
1680 é essa que coloca então que aquele parágrafo 1º, ele foi suprimido, o segundo vira
1681 primeiro e aqui a gente troca por esse de baixo, que é o seguinte. A autorização de
1682 supressão de vegetação nativa só será considerada válida quando o número do registro
1683 no CAR e o número de autorização gerado pelo Sinaflor estiverem devidamente
1684 informados no documento autorizativo, ou seja, na ASV. Então aqui vai ter a possibilidade
1685 de verificação de coerência, de convergência e, portanto, a integração desses números
1686 e desses registros, tanto do CAR quanto do Sinaflor na ASV.

1687 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Algum destaque?
1688 Próximo.

1689 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1690 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - A emenda 18,
1691 é uma emenda proposta pela ABEMA para reforçar que o IBAMA deve disponibilizar o
1692 sistema padronizado, que já está disponibilizado, que é o Sinaflor, informatizado, seguro,
1693 que atenda ao disposto nesse parágrafo 1º que a gente falou na emenda anterior e que
1694 esse sistema permita o intercâmbio das informações entre as instituições que emitem
1695 autorização de supressão.

1696 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Perfeito. Algum destaque?
1697 Próximo.

1698 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1699 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - O outro lado
1700 dessa mesma moeda é a emenda apresentada pelo IBAMA inserindo em parágrafo
1701 quarto, para afirmar que os órgãos estaduais eles devem promover a adequação dos
1702 seus sistemas aos requisitos da API do Sinaflor. Essa é aquela história dos tecnólogos
1703 da informação em que o meu sistema não dialoga com o seu e a gente não dialoga mais
1704 e fica essa... Então aqui está colocado que os Estados vão promover a adequação dos
1705 seus sistemas aos requisitos da API do Sinaflor para atender às regras do parágrafo 1º.

1706 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Ok, algum destaque?
1707 Vamos para a última.

1708 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1709 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Mas ainda
1710 assim a gente sabe que pode haver problemas ou de sincronização ou de integração
1711 causado por um raio, perda de energia, queda do sistema, N possibilidades, então a
1712 ABEMA sugeriu construindo juntos essa emenda em que serão consideradas válidas as
1713 autorizações perdão, aqui é o parágrafo 5º, rejeita o parágrafo 6º que fala de falha de
1714 sincronização entre o Sinaflor e os órgãos estaduais e inclui esse parágrafo 5º que diz
1715 que os órgãos estaduais e o IBAMA deverão manter instância permanente de diálogo
1716 destinada a sanar eventuais falhas de sincronização entre os sistemas assegurando no
1717 prazo máximo de 60 dias da identificação da falha a adoção de medidas corretivas de
1718 integração ou alternativamente a definição de solução para o lançamento manual, porque
1719 o problema é o seguinte se há algum problema de integração e às vezes não se identifica
1720 se o problema está no IBAMA ou no órgão estadual ou no meio do caminho, quem fica
1721 prejudicado é o proprietário rural que pediu a emissão de autorização e não tem nada a
1722 ver com isso então a ideia é que em 60 dias identificada essa falha, se encontre a solução
1723 apropriada tecnológica ou se resolva do ponto de vista manual como é que vai ser feita
1724 essa integração essa é a última emenda, secretário.

1725 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Algum destaque?
1726 parabéns André, nós tivemos dois destaques na emenda 2 e na emenda 15 sim,
1727 exatamente então, por favor Ana Carolina se podia apresentar seu destaque por favor,
1728 André se podia permanecer aí para verificação do destaque.

1729 **A SRª. ANA CAROLINA CRISOSTOMO DA SILVA – TITULAR (WWF Brasil)** - Bom dia
1730 a todos e todas. Sou Ana Carolina Crisostomo, da WWF Brasil. O primeiro destaque em
1731 relação ao artigo 2º. Tem a inclusão de um parágrafo único, e a gente faz a sugestão de
1732 inclusão do termo para corte raso. Justifico, hoje o parágrafo único ele fala sobre os
1733 efeitos da resolução que se aplica às autorizações de supressão independente das
1734 tipologias e variações da nomenclatura adotada. A justificativa para a adoção de um
1735 detalhamento técnico, vem porque a adição do termo corte raso traria maior clareza para

1736 a identificação dos documentos autorizativos dos Estados. que utilizam diversas
1737 terminologias particulares, além das ASVs, para a autorização de corte raso. O corte raso
1738 é uma terminologia utilizada como referência, na definição do INPE, PRODES, na
1739 mensuração do desmatamento. E a gente acredita que essa definição pode ajudar na
1740 compatibilização entre os instrumentos estaduais, e o que o Governo Federal considera
1741 como autorização de supressão de vegetação nativa. Isso também, foi um ponto discutido
1742 na reunião de ontem, onde o próprio IBAMA declara essa dificuldade de compatibilização
1743 desses instrumentos autorizativos. Então, seria uma forma de fazer mais clareza e
1744 objetividade para esse processo de compatibilização dos atos entre os entes federativos.

1745 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Em discussão? André,
1746 você tem alguma observação a fazer? Alguma posição contrária em relação a... Talvez
1747 eu deva fazer consultando aqui o melhor caminhamento. Talvez, o melhor seria a gente
1748 aprovar aquelas para as quais não houve destaque? E separar essas duas para uma
1749 discussão que talvez tenha um debate maior. Podemos fazer assim? Ou seja, eu pôr em
1750 votação, nesse momento, todas as emendas que não foram objeto de destaque. Então,
1751 nós já temos o texto base, e teríamos as emendas que não foram para destaque. Aí na
1752 sequência, tratamos os dois destaques, pode ser assim? Então, por favor. Quem for
1753 contrário à aprovação das 20 emendas excluindo a emenda... sim, são 18 emendas,
1754 mas... tudo bem. As 18 emendas que não foram objeto de destaque, por favor quem for
1755 contrário que se manifeste. Não há ninguém contrário. Há alguma abstenção? Não
1756 havendo voto contra nem abstenção, aprovado por unanimidade as 18 emendas que não
1757 foram objeto de destaque. Agora vamos tratar então das duas emendas... o primeiro
1758 destaque já foi apresentado. E aí nós temos, parece que uma manifestação contrária à
1759 proposta de corte raso, é isso? Se eu entendi. O senhor levantou a mão? Por favor, queira
1760 se aproximar.

1761 **O SR. RAUL ZOCHÉ – SUPLENTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores na**
1762 **Agricultura - CONTAG)** – Com licença. Raul da CONTAG, não é necessariamente uma
1763 posição contrária, mas lembrando um pouco da discussão que foi feita no grupo com
1764 todos os atores, que a nossa... que a terminologia foi escolhida do ponto de vista, de
1765 biomas e condições não florestais. Então, essa preocupação. A questão do corte raso,

1766 não sei se ela entrega esse direcionamento para esse tipo de vegetação. Então, é uma
1767 reflexão. Não sei se eu consigo propor algo agora de imediato, mas lembrando o André
1768 deve lembrar, a equipe que estava lá. A gente levantou essa questão das áreas não
1769 florestais como o Bioma Pampa, e outras áreas, até na Amazônia, que não são de
1770 florestas.

1771 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Bom ponto esse você
1772 podia...

1773 **A SR^a. ANA CAROLINA CRISOSTOMO DA SILVA – TITULAR (WWF Brasil)** - Em
1774 relação a esse ponto, a gente também tem essa preocupação em relação aos biomas
1775 que tem fitofisionomias não florestais. Essa foi uma sugestão que veio da reunião de
1776 ontem para hoje, eu procurei dentro da metodologia do INPE, qual que seria a
1777 denominação dada, para a verificação de desmatamento para cerrado, por exemplo. Que
1778 é um exemplo, e na metodologia consta corte raso. Então, por isso que eu trouxe essa
1779 sugestão. Agora, não sei se tem algum outro especialista que tenha alguma informação
1780 adicional, que fosse importante a gente considerar.

1781 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – De fato, na metodologia
1782 do INPE, consta corte raso. Para qualquer... para qualquer bioma. Se pusesse, não sei,
1783 incluindo o corte raso. Não sei, talvez. Inclusive corte raso, para preservar as duas
1784 questões talvez. André, por favor. Você tem uma proposta de encaminhamento aqui?

1785 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1786 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Então, nós
1787 recebemos também agora de manhã, essa sugestão. Eu quero dizer que a princípio não
1788 tinha nada contra. Eu acho que poderia esclarecer. Mas se a gente examinar com mais
1789 cuidado, isso significa que qualquer outro tipo de supressão que não corte raso, não se
1790 aplica a essa resolução. É isso? É isso? Inclui todos os biomas. Então, isso não sendo
1791 um problema. Ninguém vê um problema nisso? Pessoal do IBAMA principalmente, que
1792 trata disso o tempo todo. Pode ser em todos os biomas. Supressão de vegetação para
1793 corte raso, em todos os biomas. Aí ficaria resolvido.

1794 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Então, seria a proposta
1795 supressão de vegetação para corte raso em todos os biomas. É isso? Conselheira, por
1796 favor. Já está. A tipologia, já está.

1797 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULRA (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
1798 **Ambientais)** – Lisiane, MIRA-SERRA. foi trazida pelo conselheiro.

1799 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Fala um pouquinho mais
1800 perto do microfone. Um pouquinho mais perto do microfone. Obrigado.

1801 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULRA (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
1802 **Ambientais)** – Lisiane, MIRA-SERRA. Foi trazida pelo conselheiro uma questão
1803 interessante, importante não só para o Pampa, mas para os campos de altitude. Então,
1804 realmente me preocupa bastante. Esse corte raso. Porque isso vai depender também da
1805 parte regional, como é que se expressa por esse corte raso. Eu na minha experiência
1806 municipal, ter corte raso é de árvore. E supressão é para qualquer tipo de corte, e
1807 realmente tu tira, tu desmata, deixa o solo sem aquela vegetação. Então, eu acharia
1808 melhor, não colocar esse corte raso, porque ele vai deixar uma parcela descoberto. Então
1809 seria minha sugestão, fiquei preocupada com a questão do Pampa, dos campos de
1810 altitude. é complicado.

1811 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Vamos ouvir a Mauren
1812 agora, por favor.

1813 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI – TITULAR (Governo Do Estado - Mato Grosso) –**
1814 Bom dia. Mauren, Mato Grosso. Eu acho que a preocupação ela se explica, mas não
1815 existe do ponto de vista técnico. Mato Grosso, assim como o Rio Grande do Sul e os
1816 campos de altitude que estão distribuídos pelo Brasil. Quando eu tenho vegetação nativa
1817 seja um campo, seja pastagem se ela for nativa. A substituição, ou seja, retirada dessa
1818 vegetação com o solo exposto, é o que caracteriza o corte, a corte raso. Independente,
1819 de ser uma vegetação, uma formação florestal ou não. E nós discutimos isso
1820 amplamente, na própria lei do Pantanal. Então, a substituição dessa pastagem, o que vai
1821 caracterizar a autorização de supressão é efetivamente deixar o solo exposto. De

1822 qualquer forma, com qualquer metodologia. Isso é o que a gente aplica nos órgãos
1823 estaduais, e é o que o IBAMA aplica também certo, Livia? Só para colaborar, para que
1824 não há receio de que isso, de certa forma, vai deixar de fora da resolução, as modalidades
1825 de supressão dos campos de altitude, do Pampa e do Pantanal. Das pastagens nativas
1826 do Pantanal, que são os comentários aqui.

1827 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Não. Mas a única questão.
1828 Perfeito. Mais alguém queria colocar? Mais basicamente, o que eu estou vendo é o
1829 seguinte. Supressão de vegetação, do ponto de vista de conceito, é mais ampla do que
1830 o corte raso. Embora, a aplicação na prática seja a mesma, mas do ponto de vista de
1831 português. Do ponto de vista, de escrita. Supressão de vegetação é mais ampla. E o
1832 INPE, considera que supressão de vegetação é corte raso. Então, eu não sei. A minha
1833 impressão, é que é um preciosismo isso, e que talvez esteja gerando mais
1834 desentendimento do que entendimento. Porque supressão de vegetação, é o que todos
1835 nós tratamos. Incluindo o nome, porque nós deveríamos então mudar o nome da
1836 resolução. Deveria ser resolução para autorização de corte raso, não de supressão de
1837 vegetação. Eu acho que isso cria, me parece um preciosismo.

1838 **A SR^a. ANA CAROLINA CRISOSTOMO DA SILVA – TITULAR (WWF Brasil)** - Eu posso
1839 explicar. Porque o termo supressão de vegetação, ele é um termo utilizado, em âmbito
1840 federal, principalmente pelo IBAMA. Para essa situação de supressão de vegetação
1841 nativa, quando a gente olha o regramento dos Estados, a gente vai ter a mesma figura
1842 de um documento autorizativo com outros nomes. Inclusive de exploração florestal, e
1843 nomes que trazem confusão, quando você tem que subir essa informação para o sistema
1844 do Sinaflor, que está tentando padronizar o que tudo que corresponde a autorização de
1845 supressão nativa. Então inclusive, os Estados muitas vezes sobem, plano de manejo
1846 florestal, sobem uma série de outras informações que não são compatíveis com o
1847 conceito de supressão de vegetação nativa, utilizado pelo IBAMA. Então o objetivo aqui,
1848 foi trazer um pouco mais de precisão, para que essa compatibilização acontecesse. No
1849 sentido do preciosismo e no sentido de poder facilitar a compatibilização entre os
1850 instrumentos dos Estados e o Governo Federal.

1851 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**
1852 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
1853 **IBAMA)** - Vou fazer uma sugestão aqui, secretário, veja, porque a gente pode, opções.
1854 Manter como está a supressão de vegetação. Tem essa ressalva, esse alerta da Ana da
1855 WWF, que isso pode gerar algum tipo de... pode manter algum tipo de confusão. Ou a
1856 gente ser mais específico, apesar de haver opiniões de que isso seria desnecessário.
1857 Mas vamos lá. Supressão de vegetação para corte raso, aí isso gera uma outra dúvida.
1858 Ah, mas no Pampa é corte raso, no Pantanal então... o Raul trouxe uma sugestão, acho
1859 que faz sentido corte raso, a gente falou aqui em todos os biomas e qualquer
1860 fitofisionomia, porque aí é qualquer fitofisionomia dentro do bioma havendo o corte raso
1861 ela se aplica.

1862 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Bom, talvez seja a forma
1863 de achar um equilíbrio. Então, o Rodrigo Agostinho... vamos. Fechar isso aqui. Eu não
1864 acredito que nós vamos ficar agora sofrendo, aprovamos todo o resto, e vamos ficar
1865 sofrendo aqui.

1866 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1867 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Não, eu
1868 queria só fazer um esclarecimento, porque, de fato, tem uma questão ainda mal resolvida,
1869 mas que eu acho que não está tão difícil. Eu acho que até deixou a sugestão para
1870 ABEMA, para a gente tentar, na medida do possível, harmonizar os nomes que os
1871 Estados dão. Porque esse é um tema que afeta os Estados. De fato, Capobianco, tem
1872 Estado que trata não como ASV, mas trata, por exemplo, como UASV, uso alternativo do
1873 solo. Então, assim, de fato, a hora que vai fazer uma análise, a hora que você pega a
1874 planilha do Sinaflor, a gente, no próprio mês passado, quando saíram os dados de
1875 desmatamento, a gente foi fazer uma análise e você não tem uma... É difícil você fazer a
1876 análise, você tem que abrir um a um, porque tem muito plano de manejo florestal, que
1877 não é corte raso, você tem os cortes rasos, só que cada Estado, de fato, trata com um
1878 nome diferente. Então, a proposta, na verdade, eu acho que é nesse sentido. Mas, de
1879 fato, a gente vai precisar de um exercício, na verdade, nas regulamentações estaduais,
1880 isso é inerente a viver em uma federação, onde cada Estado tem a sua regulamentação.

1881 Então, eu acho que a gente tem esse desafio. E, também, para dar uma notícia para
1882 vocês, que a nossa API, o SERPRO, entregou essa semana. Hoje, então, a API de
1883 integração foi entregue, e hoje, pela manhã, a gente já fez o primeiro teste junto com os
1884 Estados. Está bom?

1885 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Excelente. Bom, então
1886 ficamos para corte e raso em todos os biomas. Pode ser? Corte e raso em todos os
1887 biomas. Nosso César, de Espírito Santo, que agora mora em Brasília. Apesar de ser de
1888 Espírito Santo.

1889 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
1890 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Boa tarde. Estamos de tarde já. César
1891 Vítor, da Fundação Pró Natureza, região Centro-Oeste. É que, no artigo 2º, isso daí é a
1892 inclusão de um parágrafo único. Porque o artigo 2º, o caput dele, diz assim, para fins do
1893 disposto nessa resolução, considera-se autorização para a supressão da vegetação
1894 nativa, ASV, o ato administrativo emitido pelo órgão ambiental competente, que
1895 estabelece critérios e condicionantes técnicos e metodológicos obrigatórios para a
1896 supressão legal da vegetação nativa e formações sucessoras, podendo contemplar
1897 etapas de aproveitamento, vinculação de volume e comercialização de produtos
1898 florestais. Aí vem a inclusão desse parágrafo. A minha ideia, a minha sugestão, seria
1899 que, após a frase, podendo contemplar etapas de aproveitamento, vinculação, eu acho
1900 que aqui, em vez de botar um parágrafo único, poderíamos acrescentar essa questão do
1901 corte raso neste momento. Poder contemplar corte raso.

1902 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Não, isso aí, nós não
1903 podemos fazer isso. Nós já aprovamos o texto básico, já aprovamos todo, nós não
1904 podemos voltar para outro item. A discussão é exclusiva nesta emenda. Então, se você
1905 tem sugestão...

1906 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
1907 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – A emenda corresponde ao artigo.

1908 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Não, não, o artigo já foi
1909 aprovado, o caput já foi aprovado. O que nós estamos discutindo é o parágrafo único. Se
1910 há alguma sugestão para o parágrafo único, aqui nós podemos acolher. Mas, fora disso,
1911 nós não podemos acolher.

1912 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
1913 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – A minha sugestão é, em vez de incluir o
1914 parágrafo único, incluir apenas as palavras.

1915 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Nós não podemos fazer
1916 isso. Isso nós não podemos fazer.

1917 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
1918 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Pensei que poderia, porque...

1919 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Não, isso já foi votado.

1920 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
1921 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Uma coisa está interligada à outra. Então,
1922 só agora que a gente está votando algo que pode ser resolvido, caso, mas se, acredito
1923 eu, esse entendimento que eu estou tendo por um consenso, a plenária é soberana, a
1924 gente pode votar o assunto. Obrigado.

1925 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Mas nós estamos aqui,
1926 todo o processo de votação teve encaminhamento, a plenária é soberana para tudo,
1927 inclusive para destruir o presidente, mas ela teve um encaminhamento que foi
1928 reprovado...

1929 **O SR. ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1930 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Eu quero
1931 fazer uma sugestão em cima do que foi proposto, no próprio parágrafo único. Para corte
1932 raso em todos os biomas e fitofisionomias. Aí esclarece, porque mesmo dentro de bioma,
1933 tem várias fitofisionomias, todas as fitofisionomias.

1934 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Perfeito. Vamos nessa?
1935 Vamos, gente, nós temos que... Pois não, temos mais um inscrito, em todos os biomas e
1936 respectivas fitofisionomias.

1937 **O SR. ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
1938 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Secretário,
1939 você vai colocar em votação isso?

1940 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Ele está escrevendo para
1941 ser analisado. Pode ser assim? Senhoras e senhores. Pois não, fizemos uma
1942 manifestação contrária. Abra o microfone, por favor. Não, é manifestação ainda. Não,
1943 você quer que eu já peça em votação? Não, espera um pouco, vamos dar essa
1944 oportunidade para...

1945 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**
1946 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** - Leonardo
1947 Quintanilha, representante do Rio de Janeiro. Eu acho assim, quanto mais elementos se
1948 colocam em um conceito, mais específico ele fica. E quanto mais específico, isso abre
1949 margem para interpretações que nos direitos de falar contrário ao senso. Então, vai abrir
1950 margem para a interpretação, se você botar para corte raso, que o pessoal vai começar
1951 a interpretação. Está, mas isso não é corte raso. O que não é corte raso? Sendo que
1952 essa minuta não prevê um conceito de corte raso. Então, acho que colocando muito
1953 específico, para mim, vai abrir margem para a interpretação de coisas que não são corte
1954 raso. E eu acho que isso não vai trazer clareza para a abrangência do ato normativo.
1955 Então, na minha opinião, deveria ser autorização e supressão de vegetação, ponto.

1956 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Perfeito. Então, nós
1957 vamos pôr em votação. Mais alguém quer fazer algum comentário? Vamos pôr em
1958 votação as duas opções. Nós temos duas opções na mesa. Uma é manter o texto original,
1959 que é autorização e supressão de vegetação, seguindo independente de tipologia etc.
1960 Outra opção seria incluir esse texto para corte raso em todos os biomas, respeitando as
1961 fitofisionomias. Quem for favorável à aprovação do texto como está, sem essa inclusão,
1962 que se manifeste, por favor. Vamos à contagem, por favor. Sem. Texto original. Texto

1963 original. Sem essa emenda em amarelo e vermelho. Como vota o IBAMA? Como vota o
1964 MMA? Pois não? 40 pelo texto original. Quem é a favor do texto modificado com a
1965 emenda aí inscrita? Não precisa nem contar, mas só para registro para a ata. Aqui na
1966 mesa. 15 votos. Então, permanece o item tal como proposto originalmente, sem a
1967 inclusão. Ah, desculpa. Quem tem abstenção? temos uma abstenção. Perfeito, desculpe.
1968 Então, ficamos com o texto tal como estava, supressão e negação, sem esses adendos.
1969 O segundo destaque é na emenda 15, por favor. Ana Carolina. Emenda 15.

1970 **A SR^a. ANA CAROLINA CRISOSTOMO DA SILVA – TITULAR (WWF Brasil)** - Em
1971 relação a esse destaque, acho que a gente tem uma questão, porque a emenda fala
1972 sobre dois dispositivos, e aqui estou trazendo uma sugestão que acho que eles não
1973 entram como dispositivos, mas seria uma alteração do texto. Por quê? A gente está
1974 falando de uma resolução que busca centralizar no IBAMA, no Sinaflor, as informações
1975 sobre as autorizações de vegetação nativa, para que seja feita essa gestão integrada.
1976 Então, as sugestões que foram trazidas foram no sentido de que os órgãos competentes
1977 que emitem as ASVs, que não estarão atualizadas no Sinaflor, que eles disponham dessa
1978 informação no site do Órgão Federal, além dos seus órgãos estaduais, de forma que seja
1979 possível verificar essa conformidade das boas práticas de transparência, e a gente inclui
1980 também um período de até cinco anos antes da publicação dessa resolução. Então,
1981 novamente, sendo o IBAMA o órgão que centraliza as informações sobre supressão de
1982 vegetação nativa, conforme disposto nessa resolução, faz a gestão do Sinaflor, e é o
1983 órgão que tem essas informações a nível nacional, seria impertinente, recomendável, que
1984 todas as informações relativas a esse tema estejam no site do órgão, seja no Sinaflor ou
1985 em site, página da internet do IBAMA.

1986 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Deixa-me só entender
1987 uma questão. Todas as ASVs terão que obrigatoriamente estar no Sinaflor. Isso é o que
1988 determina, inclusive, a decisão do Supremo. Você está se referindo a aquelas antes, as
1989 anteriores?

1990 **A SR^a. ANA CAROLINA CRISOSTOMO DA SILVA – TITULAR (WWF Brasil)** - Isso.

1991 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Ou seja, aquelas que, por
1992 problema que o Rodrigo aqui disse, que não tem como ser inseridas no Sinaflor por
1993 questões de diferença de dados etc. Ou seja, você está se referindo somente a aquelas
1994 que não poderão ir para o Sinaflor.

1995 **A SR^a. ANA CAROLINA CRISOSTOMO DA SILVA – TITULAR (WWF Brasil)** - Exato.
1996 As que poderão estar lá. As que não poderão constam nos sites dos órgãos estaduais.
1997 E tem uma transparência. Então, que essa transparência seja dada no mesmo espaço
1998 onde estão todas as informações sobre as ASVs. E a gente traz um item aqui sobre a
1999 questão do prazo. Porque é importante ter um marco temporal. Idealmente, gostaria que
2000 fossem todas já emitidas, mas a gente entende que existe uma limitação em relação a
2001 isso. Então, a gente inclui o prazo de cinco anos, que se refere ao período de proscrição
2002 da apuração de responsabilidade por infração ambiental. Cinco anos anteriores à data
2003 da implementação dessa resolução.

2004 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Não, mas só que, não sei,
2005 para mim, talvez eu esteja com um problema de leitura. Os órgãos ambientais
2006 competentes disponibilizavam na internet do Órgão Federal de forma acessível, em
2007 conformidade com as boas práticas de transparência ativa, todas as informações sobre
2008 documentos autorizativos de responsabilização que emitiram, inclusive, aquelas emitidas
2009 cinco anos... Eu não estou entendendo, porque as que foram emitidas a partir da
2010 resolução estão no Sinaflor. Incluindo aquelas... Eu estou entendendo que isso aqui é
2011 exclusivamente para as que foram emitidas antes. Eu não sei.

2012 **A SR^a. ANA CAROLINA CRISOSTOMO DA SILVA – TITULAR (WWF Brasil)** - Acho
2013 que a redação não ficou clara, não é?

2014 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Não, não ficou nem um
2015 pouco clara. Mesmo porque... Vão estar no Órgão Federal ou no órgão estadual? Eu não
2016 entendi isso. Você tinha dito que teria que estar disponível. Não vai estar no Órgão
2017 Federal ou no órgão estadual? Eu não entendi também.

2018 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2019 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Procurando a
2020 mensagem do legislador, como diz a interpretação, o espírito do legislador é o seguinte.
2021 Vamos tirar... Para poder compreender a origem da história. Se a gente tirar do Órgão
2022 Federal, faz sentido. Tudo terá que estar no Sinaflor. Além disso, todas as autorizações
2023 terão que estar disponíveis no site dos órgãos ambientais que emitiram. Esse é o espírito
2024 original desse dispositivo. Aí fica a questão para trás. O para trás ficou incluindo aquelas
2025 emitidas cinco anos antes da publicação dessa resolução. Ou seja, os órgãos ambientais
2026 que emitem autorizações terão, além de integrar no Sinaflor, disponibilizar nos seus
2027 portais as autorizações, incluindo aquelas emitidas cinco anos antes da resolução. Esse
2028 é o espírito da lei, vamos dizer assim, que eu acho que a gente deveria manter. Porque,
2029 se a gente coloca tudo no Órgão Federal, aí cria essa confusão. Mas, se está no Sinaflor,
2030 por que vai estar no... Entende? Eu acho que o Sinaflor está resolvido. Está tudo lá no
2031 Sinaflor. Tudo que é possível estar a partir daqui para a frente, está. Outra coisa é, todas
2032 as autorizações estarão também disponíveis nos portais dos órgãos que emitem as
2033 autorizações, vírgula, incluindo aquelas emitidas até cinco anos atrás. Aí faz todo sentido.
2034 Ou seja, acolher parcialmente a emenda para manter, incluindo aquelas emitidas até
2035 cinco anos antes, e no mais manter a redação original.

2036 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Temos alguma questão
2037 em relação a esse ajuste, excluindo aí o Órgão Federal? Pois não, Rodrigo Justus?
2038 Tirando o órgão do Órgão Federal.

2039 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2040 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - O outro
2041 Rodrigo também estava se inscrevendo.

2042 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Não, mas primeiro o
2043 Rodrigo Justus, pela precedência. Ele está louco para falar, faz tempo, não falou ainda.
2044 Por favor. É justo o que o Rodrigo Justus fale.

2045 **O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO DA**
2046 **AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA)** – Senhor presidente, eu só queria

2047 que colocasse o texto do artigo 7º, por quê? Porque existe um conjunto de parágrafos
2048 abaixo que fala quais são essas informações, e são muitas, e há informações de
2049 autorizações emitidas no passado, que simplesmente não existem. Então, quando nós
2050 colocamos que tudo o que aconteceu cinco anos para trás, André, temos que comprar o
2051 parágrafo 1º. A planilha digital com arquivo vetorial poligonal e tal. Essas autorizações do
2052 passado, elas tinham isso? Seria bom que tivessem, porque estaria perfeitamente
2053 localizado, certo? Mas elas têm, veja o parágrafo 2º, a quantidade de informações que
2054 no passado, por conta dessa transparência que nós defendemos na aprovação dessa
2055 resolução aqui, e que tem que ter, mas nós não garantimos que coisas de cinco anos
2056 atrás, não sei se vocês estão entendendo onde eu quero chegar.

2057 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Entendi perfeitamente.
2058 Talvez pudesse incluir, então, independentemente, as para trás, do atendimento do artigo
2059 7º. Aí poderia, pôr, explicar isso aí. É, explicar isso. Mesmo que não esteja, o que tiver
2060 de informação deveria estar acessível.

2061 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2062 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Bom, acho
2063 que, vamos tentar então ver se a gente consegue compor aqui. Primeiro, que se a gente
2064 resolver a questão do órgão manter o espírito original, é que todos os órgãos que
2065 emitem as autorizações têm que disponibilizar no seu site, independentemente do IBAMA
2066 poder ir lá e pegar cada um dos links dos sites e pôr no seu portal o link de cada Estado.
2067 Se o IBAMA pode fazer, independentemente da resolução. Então, acho que é
2068 desnecessário isso na resolução. A questão que o Rodrigo coloca, talvez faça sentido
2069 parar no que emitiram, e aí põe um parágrafo dizendo sobre as informações emitidas até
2070 cinco anos antes dessa publicação, deverão estar incluídas, sempre que possível
2071 atendendo todo o disposto no parágrafo primeiro, segundo e terceiro. Sempre que
2072 possível, nem sempre será possível. Isso responde, atual?

2073 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Não, o que eu estou
2074 entendendo então, só para a gente possa ser claro, a recomendação o que está escrito
2075 aqui na resolução é o seguinte, independente da obrigatoriedade de incluir no Sinaflor o
2076 órgão deve ter essas licenças publicadas no seu respectivo site, certo? Incluindo aquelas

2077 dos últimos cinco anos, independentemente da possibilidade de atender todos os
2078 requisitos ou mesmo que não atendam todos os requisitos, será como a palavra certa?
2079 Se a gente tiver, se a gente tirar o incluindo as emitidas cinco anos e colocar isso num
2080 parágrafo.

2081 **O SR. ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2082 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Isso, está
2083 bom. Deverão também ser informadas as emitidas.

2084 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Então, o senhor poderia
2085 redigir isso para que o plenário possa apreciar com precisão. Por favor, Mauren.
2086 Enquanto isso, o André vai redigir para apreciação do nosso plenário. Mauren, você quer
2087 falar? Ah, você quer pedir para ele redigir, é isso.

2088 **O SR. ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2089 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Vou fazer
2090 para todo mundo assistir o que eu estou escrevendo.

2091 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – É, não, e só, André...
2092 Enquanto isso, o outro Rodrigo vai falar.

2093 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente do**
2094 **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
2095 **IBAMA)** - Não, Rodrigo Agostinho do IBAMA. Não, apenas para dizer que, para nós,
2096 interessa pelo menos o link. Acho que não precisam estar as autorizações ali, as
2097 autorizações, obviamente, vão estar nos sistemas de cada órgão estadual. Para nós,
2098 interessa o link e, para nós, a gente, inclusive, disponibilizaria a página do IBAMA se os
2099 estados quisessem colocar os seus links ali para que as pessoas possam fazer a
2100 consulta. Então, isso para nós não é muito fácil de resolver. A maior parte dos estados já
2101 faz. É importante a gente deixar claro isso, mas, obviamente, tem as exceções, o que
2102 acaba dificultando demais a apuração e, muitas vezes, tem gente sendo autuado
2103 injustamente porque a autorização não foi dada a publicidade a ela.

2104 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Bom, Ana Carolina, já
2105 mexeram tanto na sua proposta que eu não sei se está de acordo com a primeira questão.
2106 Então, o nosso juísta está ali preparando o texto para podermos olhar com cuidado o que
2107 requer esse tópico. Temos texto? Vamos lá, pessoal, vamos ver. A proposta. Não é aí?
2108 Ah, sim. Artigo 7º. Onde é que está? Ah, está ali. Subi um pouco mais. Ah, isso. Então,
2109 os órgãos ambientais competentes disponibilizarão na internet, de forma acessível, em
2110 conformidade com as boas práticas de transparência ativa, todas as informações sobre
2111 a ASVs que emitiram. Para o primeiro. Não, não, espera aí, espera aí, espera aí. Para o
2112 primeiro. As informações deverão ser disponibilizadas em formato de panela digital em
2113 um arquivo espacial tipo vet... Uai, cadê o texto?

2114 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2115 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - O texto é o
2116 terceiro. É o terceiro.

2117 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Ah, virou para o terceiro,
2118 está certo, desculpa. As ASVs emitidas até 5 anos antes... Antes da entrada em vigor
2119 dessa resolução. Ah, então, por favor, antes da entrada em vigor da presente resolução,
2120 desta resolução. É desta, não é? É. Desta resolução vírgula, deverão ser
2121 disponibilizadas...

2122 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2123 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Não tem
2124 vírgula depois da resolução.

2125 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Você não separa o verbo
2126 do sujeito. É, depois da disponibilizada, vírgula. Sempre que possível, vírgula tendendo
2127 aos possíveis... Nem precisa da vírgula, não é?

2128 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2129 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Disposto nos
2130 parágrafos 1º e 2º. Não é só o primeiro. Não é só o segundo. É nos parágrafos 1º e 2º.

2131 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Desse artigo, não é?
2132 Desse artigo, acima.

2133 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2134 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - O conselheiro
2135 do Rio de Janeiro está dizendo que no caput não é que emitiram, porque não é só para
2136 o passado. Porque senão, daqui para a frente, não precisa. Só as que já emitiram.

2137 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Como é que é? Qual é o
2138 ajuste?

2139 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2140 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - No caput, o
2141 último verbo que emitiram é que emitirem.

2142 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Então, no caput, por favor.

2143 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2144 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Aqui fechou.
2145 Parágrafo 3º. No caput, tem um ajuste no que emitiram, porque não é só para trás. Pode
2146 ser. Fica melhor.

2147 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Ao invés de antes, é em
2148 data anterior que antes está esquisito na resolução.

2149 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2150 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Eu também
2151 acho. ASVs emitidas para trás ou para a frente. Porque elas também serão emitidas. Tem
2152 que tirar o que emitiram. Tira o que emitiram. As ASVs emitidas. Pronto.

2153 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – E ali poderia pôr antes ou
2154 em data anterior.

2155 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2156 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - É porque tem

2157 cinco anos. Cinco anos em data anterior fica estranho. As ASVs emitidas até cinco anos
2158 antes da entrada em vigor nessa resolução deverão ser disponibilizadas sempre que
2159 possível.

2160 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Se para os juristas. Isso
2161 não desagrada? Tudo bem. Pode ser assim? Alguma última questão? Perguntando quem
2162 propôs a emenda, está de acordo? De acordo. Muito bem.

2163 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2164 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Muito bem
2165 colocado. A ordem dos tratores altera a supressão da vegetação antiga.

2166 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Nada como uma pessoa
2167 do campo jurídico para nos assessorar. Muito obrigado.

2168 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2169 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Tem que
2170 deixar um trabalho para o nosso jurídico também. Fazer os ajustes formais.

2171 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Depois passa na CONJUR
2172 e muda tudo a resolução. Estamos de acordo finalmente? Está errado? Mas aí contraria
2173 o nosso... O que eu concluo?

2174 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2175 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - No final pode
2176 ser que tudo para trás é sempre que possível, não só o... Entendeu?

2177 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Estava certo antes.

2178 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2179 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Pode pôr um
2180 E. Sempre que possível. Atendendo ao disposto.

2181 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Volta. Dá um control... Dá
2182 um control volta aí. Isso.

2183 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2184 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Não, não tem
2185 E aí não. Não põe E não.

2186 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Acho que está certo assim
2187 agora. Não está? Alguma questão? Quem é contra esse aprimoramento na emenda
2188 originalmente apresentada pelo secretário extraordinário se manifeste. Quem for contra
2189 que se manifeste.

2190 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2191 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** A emenda foi
2192 do WWF.

2193 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Não, não, não. A original.
2194 Já foi uma emenda original que foi emendada pelo WWF.

2195 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2196 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) -** Ah, está bom.

2197 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo) –** Por favor, quem é
2198 contrário a essa modificação que se manifeste, por favor. A hora do almoço começa a
2199 apertar o negócio. Não tem ninguém contrário? Alguma abstenção? César, você vai se
2200 abster? Não. Não tem nenhuma abstenção. Aprovado por unanimidade. Parabéns a
2201 todos. Realmente parece um sonho que nós chegamos ao resultado de aprovar uma
2202 resolução dessa importância de forma tão participativa tão colaborativa. Eu queria
2203 realmente dizer que é um orgulho ter a oportunidade de presidir uma sessão como essa
2204 que mostra como há de fato um entendimento, um esforço de todo mundo para negociar,
2205 ajustar e chegar a uma resolução que fará uma diferença brutal daqui para frente. Se eu
2206 fico imaginando daqui a algum tempo, a gente poder separar o que é legal do que é ilegal,
2207 começar a tratar isso com seriedade, sabe, isso vai ser um ganho de qualidade. Queria
2208 parabenizar muito o André pela sua liderança nesse processo, mas, na realidade, todos
2209 que trabalham com isso, ABEMA, a ANAMMA, o setor produtivo, o Governo Federal,

2210 todos trabalham nisso, que realmente eu acho que esse é um, marcamos um tento e vai
2211 ser um legado muito importante do Conama. Parabéns a todos.

2212 **O SR ANDRÉ RODOLFO DE LIMA – SECRETÁRIO (secretário extraordinário**
2213 **de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial)** - Senhor
2214 secretário, me permite só fazer um agradecimento especial aqui. Primeiro o desses
2215 ANAMMA aqui, a Marcela, que colaborou muito para essa composição. O nosso
2216 presidente da Câmara Técnica, Rodrigo Agostinho, que em alguns momentos, mesmo
2217 não sendo favorável a algumas posições, foi, vamos dizer assim, generoso em ver fluir o
2218 acordo e depois a gente ir ajustando ao longo da caminhada. Acho que foi importante,
2219 aprimorou a resolução. Agradecer aqui ao Diego, nosso coordenador do Departamento
2220 de Controle do Desmatamento, que liderou comigo esse processo o tempo todo e me
2221 ajudou muito aqui, porque a memória às vezes falha, e ele está comigo ao longo desse
2222 processo todo. Agradecer também a todos os que colaboraram ativamente,
2223 proativamente, com destaque para ABEMA, para a ANAMMA, para as organizações da
2224 Sociedade Civil, para a CNA, para a CONTAG, todos os que apresentaram as suas
2225 considerações, MGI, MDA e a Casa Civil, que ajudou também na concertação. Parabéns
2226 a todos. É uma conquista da sociedade brasileira. Com certeza teremos aí, poderemos
2227 dizer, em pouco tempo, que temos o efetivo controle da dinâmica de desmatamento no
2228 Brasil.

2229 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANO (Secretário Executivo)** – Muito bem. Então agora,
2230 para celebrar esse ato, nós vamos almoçar com uma questão. Quem vai voltar depois do
2231 almoço tomará falta, certo? Então, pessoal, até depois do almoço, não bebam muito na
2232 comemoração, porque vocês vão ter que voltar na volta. Até já, pessoal. Obrigado. Ah,
2233 sim, voltamos às duas, não é isso? Duas horas estamos de volta. O André disse que vai
2234 pagar o almoço de todo mundo. Ele e o Pedro Ivo.

2235 **Tarde:**

2236 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Senhoras e senhores,
2237 vamos dar início, então, à reunião, por favor. É questão de ordem, pois não, senhora?
2238 Ah, sim. Mantido os 63 sujeitos. Perfeito. Correção, bem-vinda, senhor conselheiro. É o

2239 Truda, o Truda não vai escapar nada na malha fina dele. Então, o nosso próximo tema,
2240 já que vencemos o A e o B, é uma proposta de moção pelo fim da exportação de
2241 barbatanas pelo Brasil e captura insustentável de tubarões em águas brasileiras e pela
2242 saúde dos oceanos. Nós temos um pedido de vistas. A conselheira do MAPA deve
2243 apresentar primeiro o pedido de vistas, como funciona? O primeiro apresenta a moção,
2244 depois o relatório. Então, primeiro a moção, com a palavra o nosso conselheiro José
2245 Truda Palazzo Júnior, conselheiro representante do Instituto Baleia Jubarte, para
2246 apresentar a moção em tela. E, na sequência, ouviremos o relatório, teremos
2247 conhecimento sobre o relatório do parecer de vistas do conselheiro ou conselheira
2248 representante do Ministério da Pesca.

2249 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR – TITULAR (Instituto Baleia Jubarte) –** Boa
2250 tarde, senhor, presidente, senhoras e senhores do conselho. Eu entendo que nós
2251 devemos, nesse momento, fazer a leitura da proposta, ouvir o parecer vindo do pedido
2252 de vistas e, então, fazer a defesa da moção, se eu estou correto. Perfeito. Nós
2253 propusemos esta moção, pelo fim da exportação de barbatanas pelo Brasil, captura
2254 insustentável de tubarões em águas brasileiras e pela saúde dos oceanos. Considerando,
2255 inicialmente, os termos do regimento interno e das atribuições do Conama, considerando
2256 que a caça de tubarões é uma ameaça significativa à biodiversidade marinha e ao
2257 equilíbrio dos ecossistemas, dada a importância cientificamente comprovada desses
2258 predadores de topo de cadeia para a saúde dos ambientes marinhos. Considerando que
2259 muitas espécies de tubarões estão em risco de extinção, devido, principalmente, à
2260 sobrepesca, além da destruição de hábitat, sendo que nada menos de 28 delas constam
2261 da lista oficial brasileira de espécies ameaçadas, que está na portaria do Ministério do
2262 Meio Ambiente, 148, de 7 de junho de 2022. Considerando que o desaparecimento de
2263 muitas espécies de tubarões das águas brasileiras prejudica diretamente a geração de
2264 emprego e renda através do seu uso não extrativo pelo mergulho de observação, que
2265 cria riqueza estimada em dezenas de milhões de dólares ao redor do mundo, onde esses
2266 animais são adequadamente protegidos. Considerando que uma regulamentação mais
2267 rigorosa e políticas públicas e medidas voltadas à conservação podem ajudar a proteger
2268 e reduzir o declínio dessas espécies e a preservar a saúde dos oceanos sem representar
2269 risco econômico à atividade pesqueira no Brasil. Considerando que o Brasil é signatário

2270 de tratados e acordos internacionais que exigem dos países membros medidas
2271 específicas para a conservação e proteção dos tubarões, tais como as dispostas pela
2272 Convenção para a Regulamentação do Comércio de Fauna e Flora Silvestre ameaçadas
2273 à extinção, selvagens ameaçadas à extinção, a CITES e a Convenção de Espécies
2274 Migratórias. Considerando que o IBAMA e outras autoridades federais regularmente
2275 realizam vultosas apreensões de barbatanas de tubarão de procedência ilegal, sendo a
2276 maior delas de 28,7 toneladas, realizada em 2023, que correspondia a pelo menos 10 mil
2277 animais abatidos, incluindo de espécies protegidas por lei. E considerando, ademais, que
2278 a existência de uma exploração legal facilita, pela dificuldade de fiscalização permanente
2279 de tais operações e das espécies envolvidas, a continuidade do tráfico, sendo um
2280 exemplo claro da gravidade dessa situação, aqui já alertada pelos conselheiros, e da
2281 necessidade de medidas de extrema urgência e concretas por parte dos órgãos
2282 competentes. Considerando que a exportação legal de barbatanas de tubarão pelo Brasil
2283 representa uma ínfima porcentagem do valor dos produtos pesqueiros do país, gerando,
2284 entretanto, enorme prejuízo ambiental e impactando a imagem internacional do Brasil
2285 como o país promotor desse tráfico para fins fúteis e desnecessários à segurança
2286 alimentar, pela falta absoluta de valor nutricional. Considerando que a Constituição
2287 Federal, no seu artigo 225, estabelece a obrigação do poder público em garantir os
2288 processos ecológicos, a diversidade biológica, vedando o que pode provocar a extinção
2289 de espécies. Os conselheiros e conselheiras do Conama, reunidos na 147º, agora a
2290 reunião plenária e ordinária, no dia 03 de setembro de 2025, assim como na auditória do
2291 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais, IBAMA, em Brasília, reiteram
2292 e expressam, mais uma vez, profunda preocupação com o crescente declínio das
2293 espécies de tubarões e gravidade das ameaças à biodiversidade marinha e ao equilíbrio
2294 dos ecossistemas. Solicitam providências do Governo Federal para proibição imediata
2295 da exportação de barbatanas pelo Brasil e implementação efetiva das determinações da
2296 Convenção, CITES, para a conservação dos tubarões e do Memorando de Entendimento
2297 da Convenção de Espécies Migratórias para os Tubarões. Solicitam ao Ministério do Meio
2298 Ambiente e ao Ministério da Pesca providências para proibição do uso do estropo de aço
2299 na pesca de espinhal realizada no interior das Unidades de Conservação Federais
2300 Marinhas, visando a redução significativa das capturas ditas incidentais de tubarões

2301 protegidos por lei e de outras espécies ameaçadas que morrem pelo uso desse petrecho.
2302 Por fim, solicitam também que as autoridades competentes adotem medidas urgentes
2303 para proteger essas espécies dos ecossistemas marinhos, buscando efetivamente mudar
2304 a visão exclusivamente extrativista sobre a biodiversidade marinha, considerando novas
2305 maneiras regenerativas, socialmente benéficas e não prejudiciais de aproveitar e se
2306 beneficiar desse patrimônio vivo de inestimável valor. Obrigado.

2307 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Muito obrigado,
2308 conselheiro. Passamos, então, a palavra à representante do Ministério da Pesca para
2309 apresentar o relatório referente ao pedido de vistas do processo.

2310 **A SR^a. SANDRA SILVESTRE DE SOUZA – SUPLENTE (Diretora do Departamento**
2311 **de Pesca e Aquicultura – MPA)** - Olá, boa tarde a todos. Sandra Souza. Sou como
2312 diretora da Pesca Industrial, Amadora Esportiva do Ministério da Pesca e Aquicultura. A
2313 gente sintetizou o nosso parecer em uma apresentação. O nosso objetivo é mostrar quais
2314 são as ações de ordenamento para a pesca de tubarão no Brasil. Mas, antes, falar que
2315 só existe uma espécie de tubarão que está regulamentada a captura, que é o tubarão
2316 azul. O Brasil faz parte da Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns e Afins,
2317 a ICCAT. Então, como signatário da ICCAT, o Brasil precisa internalizar as
2318 recomendações vindas da ICCAT. Nós fazemos parte de três painéis no âmbito da ICCAT
2319 e temos a recomendação 2311, que ela apresenta um limite de captura para o tubarão
2320 azul no Brasil. Essa recomendação foi internalizada por meio de dois atos normativos.
2321 Um ato normativo publicado, tanto pelo MPA quanto pelo MMA, no início do ano, que ele
2322 traz o limite de captura de outras espécies de atuns e do tubarão azul. Depois, ali, em
2323 abril, a gente publicou também, junto ao Ministério do Meio Ambiente, as normas sobre
2324 ordenamento, monitoramento e fiscalização desse limite de captura do tubarão azul.
2325 Pode passar, por favor. Além de trazermos essa internalização das recomendações da
2326 ICCAT, existe um fórum específico, no âmbito do Governo Federal, para tratar sobre a
2327 pesca dos atuns e afins, que é o Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso
2328 Sustentável dos Atuns e Afins. Então, em relação a essa recomendação da ICCAT, nós
2329 tivemos duas reuniões ordinárias e duas reuniões extraordinárias desse comitê,
2330 chamamos de CPG Atuns e Afins. São 15 entidades da Sociedade Civil que fazem parte

2331 desse comitê, 12 órgãos federais e estaduais, incluindo MMA, IBAMA e ICMBio. Todos
2332 esses comitês, nós temos 10, e todos os comitês têm um grupo técnico-científico
2333 específico. Então, o CPG Atuns e Afins têm um grupo técnico-científico com 25 membros,
2334 que se debruçou na recomendação da ICCAT, e as discussões no âmbito do CPG, elas
2335 são realizadas principalmente com os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina,
2336 São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Ceará. Pode passar,
2337 por favor. Então, foi publicada a portaria interministerial MPA/MMA número 30, de 2025,
2338 que estabelece as medidas de ordenamento, monitoramento e fiscalização para o
2339 tubarão azul. Antes da publicação da portaria número 30, a instrução normativa
2340 interministerial número 10 do MPA/MMA, ela dispunha que o tubarão azul poderia ser
2341 capturado por 19 modalidades de pesca como fauna acompanhante. Após a publicação
2342 da portaria número 30, o que aconteceu? Dessas 19 modalidades de pesca, foi reduzido
2343 apenas para duas modalidades de pesca que hoje estão autorizadas a capturar o tubarão
2344 azul. Então, tivemos uma redução de 19 para duas modalidades de pesca. O que são
2345 essas modalidades de pesca? As embarcações brasileiras, elas são registradas em
2346 alguma modalidade, o arrasto, o espinhel, o emale. Então, eram 19 modalidades, nós
2347 restringimos só duas modalidades que hoje podem capturar o tubarão azul no Brasil.
2348 Estabelecido o limite de captura. Antes da portaria número 30, não existia esse limite de
2349 captura, e hoje, para o ano de 2025, são um pouco mais de 3.400 toneladas de tubarão
2350 azul que podem capturar. Os desembarques, eles só podem ser realizados em porto que
2351 tenha o sistema de inspeção federal. Então, não é em qualquer porto que pode se
2352 descarregar o tubarão azul. O sistema de monitoramento dessa cota, ele é realizado por
2353 meio do MAPA de bordo, que é um documento que toda embarcação pesqueira tem que
2354 entregar, falando onde ela pescou, como ela pescou, o que ela pescou, a quantidade de
2355 pescado que ela capturou, e também fazemos o rebatimento com a declaração de
2356 entrada de tubarão azul e empresa pesqueira. Existe um formulário específico que as
2357 empresas pesqueiras têm que nos fornecer, falando qual foi a embarcação que forneceu
2358 aquele pescado, a quantidade, onde a embarcação pescou. Então, temos esses dois
2359 instrumentos de controle da cota. Esse MAPA de bordo, para o caso do tubarão azul, ele
2360 tem um tempo reduzido após o cruzeiro de pesca para ser encaminhado ao Ministério da
2361 Pesca. O estopo de aço, ele já está proibido em parte do ano, quando nós, mais ou

2362 menos em outubro, é mais ou menos a expectativa que se chegue a 80% da cota. Então,
2363 não pode mais, a partir de outubro, até o próximo ano, utilizar o estropo de aço. Nós
2364 entendemos que essa portaria trouxe o fortalecimento das normas de controle e
2365 fiscalização que já existiam, e mais normas para a captura do tubarão. Pode passar, por
2366 favor. E qual é a relação do tubarão azul com a norma de ordenamento? O tubarão azul
2367 está no anexo 2 da CITES, então, para ele ser exportado, existe a necessidade de ter um
2368 documento chamado NDF, que hoje o Brasil ainda não tem, está em elaboração pelo
2369 IBAMA, então, hoje não é possível exportar barbatanas, mesmo que seja vinda de pesca
2370 legal, mesmo que esteja dentro dos parâmetros da portaria número 30, que é a portaria
2371 focada no tubarão azul. Pode passar, por favor. Aqui nós trazemos a portaria MMA 445,
2372 que é aquela que apresenta a lista de espécies ameaçadas. Então, deixando claro que o
2373 tubarão azul não está nessa lista, mas todas as outras espécies de tubarão que estão na
2374 lista da 445, hoje elas não podem ser capturadas. Se, porventura, elas forem capturadas,
2375 mesmo vivas ou mortas, elas têm que ser devolvidas ao mar. Então, o tubarão azul não
2376 faz parte dessa lista de espécies ameaçadas, e as outras que estão no anexo da
2377 atualização da 445, elas não podem ser capturadas, e, se forem capturadas, elas têm
2378 que ser descartadas. E aqui nós trazemos um pouco mais sobre os instrumentos de
2379 monitoramento dessa cota. Todas as embarcações têm obrigatoriedade a utilizar o
2380 PREPS, que é o nosso sistema de rastreamento da embarcação. Então, o PREPS mostra
2381 onde a embarcação está atuando, onde ela está pescando. Nós temos o Programa de
2382 Monitoramento da Pesca de Atuns e Afins no Brasil, a entrada do tubarão azul em
2383 empresa pesqueira, que eu já falei, que é o formulário que as empresas fornecem, e o
2384 reporte no PesqBrasil, que é o Sistema Eletrônico de Mapa de Bordo, sabe que as
2385 embarcações têm que fazer esse reporte até sete dias após voltar do cruzeiro de pesca.
2386 E ali nós trazemos alguns dados do que nós recebemos de reporte no ano de 2024. Nós
2387 recebemos mais de mil mapas de bordo, referentes a mais de 10 mil lances de pesca, e
2388 agora, em 2025, até ontem, nós já recebemos 677 mapas de bordo, referentes a mais de
2389 7 mil lances de pesca. Então, esses documentos nos trazem onde o tubarão foi
2390 capturado, como foi capturado, por qual embarcação e a quantidade que foi capturada.
2391 A manipulação ou corte das barbatanas, ela só pode ser feita em estabelecimento cifrado.
2392 O animal não pode chegar de forma alguma no porto sem estar com suas barbatanas

2393 aderidas ao corpo. Acho que na próxima eu vou falar. Pode passar, por favor. Isso, o
2394 Brasil foi um dos primeiros países a proibir a prática do fine, que é quando você corta as
2395 barbatanas do tubarão e joga o corpo dele fora, e isso é proibido. Então, todos os
2396 tubarões que chegam ao porto, eles são obrigatoriamente... têm que estar com todas as
2397 barbatanas aderidas, e só pode ser descarregado em porto cifrado para nós termos um
2398 maior controle. Pode passar, eu acho que... Isso é um resumo do que apresentamos na
2399 nossa nota técnica e vemos ao Conama. Eu acredito que tenha sido distribuído aos
2400 conselheiros. Obrigada.

2401 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Obrigado, conselheira,
2402 mas eu não entendi a posição do Ministério da Pesca em relação à moção.

2403 **A SR^a. SANDRA SILVESTRE DE SOUZA – SUPLENTE (Diretora do Departamento**
2404 **de Pesca e Aquicultura – MPA)** - Nós somos contra justamente porque já existe um ato
2405 normativo que regulamenta a captura do único tubarão que hoje é permitido ser
2406 capturado.

2407 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Ok, obrigado. Temos o
2408 conselheiro Truda, mas antes disso, é necessário fazer um informe, que o conselheiro é
2409 muito relevante aqui ao Conama. De fato, como bem apresentou a nossa conselheira,
2410 representando o Ministério da Pesca, foi assinada uma portaria conjunta, o Ministério do
2411 Ambiente e o Ministério da Pesca, regulamentando a atividade de pesca do tubarão azul.
2412 Entretanto, o que ocorreu foi que, eu estou com o relatório da Secretaria de Bioeconomia,
2413 que cuida desses recursos pesqueiros, ocorre que, e preciso ler isso aqui, após a
2414 publicação da portaria interministerial MPA/MMA, número 30, 2025, que foi aqui citada,
2415 foram recebidas notas técnicas do IBAMA e da Secretaria de Biodiversidade, Florestas e
2416 Direitos Animais, SBIO/MMA, que trouxeram novas evidências e considerações
2417 relevantes com potencial impacto regulatório sobre a viabilidade, os limites dos
2418 instrumentos de ordenamento pesqueiro adotados e a coerência institucional da norma
2419 com os compromissos de conservação da espécie. As manifestações destacam os
2420 seguintes pontos críticos aos procedimentos indicados na portaria. A, ausência de
2421 parecer distração não prejudicial, MDF, que foi aqui referido, no momento da publicação
2422 da portaria. B, risco de aumento da pressão sobre outras espécies de elasmobrânquios

2423 ameaçados devido à baixa seletividade dos petrechos. C, inadequação da estrutura de
2424 monitoramento e controle baseado em autodeclaração e com baixa cobertura de
2425 observadores. D, falta de diferenciação por sexo ou classe de tamanho no ordenamento,
2426 desprotegendo indivíduos em estágios críticos. E, ausência de integração com o
2427 processo nacional de avaliação de risco de extinção. F, ruptura com o princípio da
2428 precaução previsto na Convenção sobre Diversidade Biológica e Realização Ambiental
2429 Nacional. Esses e outros elementos, que eu não vou ler toda a nota aqui, desejaram uma
2430 recomendação à Ministra do Ambiente, Marina Silva, a revogar a portaria 30/2025. A
2431 Ministra, após análise reunida com as equipes técnicas de IBAMA e ICMBio, Secretarias
2432 do Ministério do Ambiente, enviou ofício ao Ministro do Estado da Pesca, que diz o
2433 seguinte. Senhor Ministro, ao cumprimentá-lo cordialmente, faço referência à eminente
2434 revogação da portaria interministerial nº 30, 17 de abril de 2025, que estabelece as
2435 medidas de ordenamento, monitoramento, controle e fiscalização para a pesca da
2436 espécie do tubarão azul no mar territorial e na zona econômica exclusiva e águas
2437 internacionais. Sobre o assunto, encaminho o minuto de portaria, que pretende estes
2438 grupos de trabalho interministerial, com a finalidade de formular e propor medidas de
2439 ordenamento, monitoramento, controle e fiscalização para a pesca do tubarão azul no
2440 mar territorial e na zona econômica exclusiva e águas internacionais, para análise e
2441 anuência dessa pasta, para posterior encaminhamento a Casa Civil dependente da
2442 República, conforme determina o capítulo art. 32 do Decreto 12002/24. Portanto, já foi
2443 solicitada formalmente a revogação, essa portaria será revogada, já está em fase final
2444 para a revogação. O Ministro da Pesca já está de acordo que a portaria foi editada sem
2445 os devidos cuidados necessários a garantir a proteção da espécie. Portanto, o argumento
2446 de que há uma regulamentação em curso que garantiria essas questões não procede
2447 mais, porque, na realidade, a portaria já devia ter sido revogada. Ontem mesmo,
2448 conversei com o secretário-executivo da Pesca e ele me disse que estava só finalizando
2449 o procedimento na Constituição Jurídica do Ministério para imediata publicação. Portanto,
2450 já há entendimento do Ministro da Pesca, com quem eu conversei pessoalmente, e já há
2451 determinação do Ministério Nacional pela revogação imediata dessa portaria. Truda, por
2452 favor.

2453 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR – TITULAR (Instituto Baleia Jubarte) –**
2454 Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de agradecer, em nome da nossa bancada da
2455 Sociedade Civil, a oportunidade de trazer esse tema ao Conama, tema que vem
2456 colocando o Brasil no centro de uma atenção internacional nada elogiosa nos últimos
2457 tempos. Alguns dos presentes aqui sabem que eu dediquei quase 50 anos da minha vida
2458 à defesa das baleias. Eu acredito que muitos se surpreenderão quando eu afirmo aqui,
2459 categoricamente, que um grande número de espécies de tubarões está hoje em situação
2460 muito pior do que elas. E é essa a razão pela qual nós buscamos, com essa iniciativa, a
2461 atenção do Conama. Essa afirmação está amparada em uns 100 números de trabalhos
2462 científicos que vêm comprovando o declínio desses animais ao redor do mundo, e que
2463 apontam inequivocamente que a sobrepesca é a razão principal desse declínio. Quando
2464 nós apresentamos a moção na nossa plenária anterior, nós recebemos com muita alegria
2465 a declaração pública das dignas representantes do Ministério da Pesca e Agricultura ao
2466 pedir vistas da proposta, de que o MPA buscaria o diálogo com os proponentes para
2467 explorar possíveis convergências. Infelizmente, em nenhum momento, a bancada da
2468 Sociedade Civil foi procurada, efetivamente, para esse diálogo. Nem mesmo quando o
2469 MPA apresentou, aí a um décimo a hora, uma extensa nota técnica sobre a moção. E
2470 nós lamentamos ainda mais isso, porque no momento em que outras instituições no
2471 Brasil, de forma legítima, é verdade, buscam a via judicial para sanar essa grave questão,
2472 as que subscreveram a moção vieram aqui buscando esse diálogo. Preferiu, no entanto,
2473 o Ministério da Pesca e Agricultura oferecer esse extenso parecer que pretende
2474 contraditar a moção. Ao realizar uma detalhada leitura dele, entretanto, nós estranhamos,
2475 de início, uma longa peroração sobre a competência do MPA, que em nenhum momento
2476 foi objeto de questionamento. O parecer lista, à guisa de contra-argumento, oferece
2477 diversos diplomas legais e planos referentes à pesca e a espécies ameaçadas, os quais,
2478 sabidamente, não estão sendo suficientes para parar esse declínio em águas brasileiras.
2479 E, na sequência, o parecer dedica uma enorme parte da análise à defesa do Ministério,
2480 em um tema que sequer foi aventado na moção, mas que está candente na imprensa
2481 nacional e internacional, e agora também levantado pelo nosso presidente, que era a dita
2482 normatização da pesca do tubarão azul, uma espécie considerada vulnerável à extinção,
2483 quase ameaçada pela União Mundial de Conservação, a UICN. E essa sessão da nota

2484 do MPA traz, inclusive, uma crítica muito pouco elegante ao IBAMA, que, a nosso ver,
2485 vem fazendo o que pode dentro das possibilidades para atuar no tema. Para constar, o
2486 tubarão azul é a última espécie de tubarão com populações de grande interesse
2487 comercial, mas que está sendo literalmente minerada como foram todas as outras demais
2488 espécies de tubarão. Meus colegas do Conama, nós elencamos na moção uma
2489 solicitação às autoridades competentes, não que proíbam a pesca de tubarões no Brasil,
2490 mas que se debrucem sobre dois temas que precisam ser tratados para reduzir a pressão
2491 indevida sobre esses animais e facilitar o manejo e a recuperação das populações, que
2492 é o fim da exportação de barbatanas, um item sem qualquer expressão na balança
2493 comercial brasileira, mesmo se considerado apenas o segmento da pesca e agricultura
2494 e que serve de fachada legal para um imenso contrabando, dada a ausência quase
2495 completa de fiscalização e a falta absoluta de determinação adequada das espécies
2496 comercializadas, resultando na inclusão de animais ameaçados e criticamente
2497 ameaçados nos carregamentos destinados a essa tristemente famosa sopa de barbatana
2498 dos países asiáticos. E o fim do uso do estropo de aço apenas no interior das unidades
2499 de conservação marinhas, reduzindo com isso, conforme provam diversos estudos já
2500 realizados ao redor do mundo, a captura incidental não apenas dos tubarões, mas
2501 também de outras espécies ameaçadas em até 40%. Eu repito, isso proposto para
2502 implementação no interior de unidades de conservação marinhas. Sr. Presidente, o Brasil
2503 vem sendo, nos últimos meses, exposto internacionalmente em uma série de
2504 reportagens, incluindo no maior portal de notícias ambientais do planeta, o Long Bay,
2505 repercutidas aqui no Brasil pela Folha de São Paulo, o Eco e vários outros veículos, que
2506 mostram cabalmente o estado de descabimento total em que se encontra a exploração
2507 comercial dos tubarões no Brasil. Isso impacta diretamente os nossos compromissos
2508 internacionais que nós vimos assumindo no âmbito da biodiversidade marinha e mesmo
2509 do clima, dada a comprovada importância dos valores de topo de cadeia na manutenção
2510 do ciclo de carbono do oceano. O que nós trouxemos diante desse Conselho é uma
2511 moção sem poder regulatório em que apenas nós solicitamos que sejam tomadas
2512 providências para frear dois dos mais gritantes equívocos na gestão do tema pelas
2513 nossas autoridades. Se o Conama, no exercício das suas atribuições legais, não pudesse
2514 sequer se unir para que se recomendem medidas que minimizem esse problema, qual é

2515 o recado que nós estaremos dando à cidadania e ao mundo sobre a responsabilidade do
2516 Brasil enquanto guardiões desse patrimônio inestimável que habita a nossa Amazônia
2517 Azul, mas que é também compartilhado com outros países na nossa região? Nós
2518 pedimos, por fim, a consideração de todos para aprovação dessa moção, que aí sim, ao
2519 enviar uma mensagem clara sobre a necessidade de ações concretas, abrirá
2520 efetivamente oportunidade de diálogo. Para a solução do problema terrível que é a
2521 conservação dos tubarões no Brasil. Sr. Presidente, dado o enorme interesse público e
2522 o acompanhamento do tema que está sendo feito nesse momento pela transmissão ao
2523 vivo, 12 conselheiros firmaram um pedido de que, havendo a necessidade de votar, essa
2524 votação seja feita em caráter nominal. Muito obrigado.

2525 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo) –** Obrigado, conselheiro.
2526 Passo a palavra à representante do IBAMA.

2527 **A SR^a. ROSÂNGELA MARIA RIBEIRO MUNIZ – SUPLENTE (Instituto Brasileiro do**
2528 **Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA) -** Boa tarde a todos e
2529 todas. Eu sou Rosângela Muniz, conselheira suplente pelo IBAMA, na ausência do nosso
2530 presidente Rodrigo. A gente queria, presidente, manifestar a posição do IBAMA em
2531 relação à moção e dar alguns informes. Vou passar a palavra para a diretora de
2532 biodiversidade e florestas, Livia Martins.

2533 **A SR^a. LIVIA KARINA MARTINS (Diretora do Uso Sustentável de Biodiversidade e**
2534 **Florestas - IBAMA) -** Oi, boa tarde, a todos. A diretoria de biodiversidade e floresta, como
2535 representação do IBAMA, é responsável pela elaboração do parecer de força executória.
2536 Esse parecer está sendo finalizado. O parecer de força executória, desculpe, estou aqui
2537 olhando para o Barroso. O parecer...

2538 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo) –** Eu fiquei pensando
2539 mesmo.

2540 **A SR^a. LIVIA KARINA MARTINS (Diretora do Uso Sustentável de Biodiversidade e**
2541 **Florestas - IBAMA) -** É porque eu falei, eu ia para ele.

2542 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Eu ia mandar aprender
2543 quem?

2544 **A SR^a. LIVIA KARINA MARTINS (Diretora do Uso Sustentável de Biodiversidade e**
2545 **Florestas - IBAMA)** - Com as decisões judiciais. E o parecer não prejudicial é um trabalho
2546 extremamente exaustivo, com uma exploração extremamente complexa. Não é uma
2547 análise de especialistas de forma simplificada. No ano passado, o Ministério do Meio
2548 Ambiente contratou, a partir de consultas, por meio de carta aberta, alguns
2549 representantes, e foi selecionado um grupo de especialistas em tubarões. Esses
2550 especialistas estão debruçados sobre esse assunto. Não é só o uso, mas também,
2551 principalmente, a conservação, ou seja, a exploração da espécie sem que haja risco do
2552 decréscimo da população. Esse parecer está sendo finalizado agora. Da semana que
2553 vem, ele é finalizado. A partir desse momento, ele é colocado, ele é incluído em um
2554 procedimento próprio que é exigido pelo secretariado da CITES. Esses dados saem como
2555 resultado e, aí, sim, apresentam. O que nós vamos apresentar, a partir daqui a uns 10
2556 dias, é apresentar os resultados que os especialistas obtiveram. Vamos apresentar,
2557 queremos apresentar ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Pesca, assim
2558 como à Sociedade Civil e todos os especialistas do assunto, para que haja uma discussão
2559 ampla. De fato, nos últimos tempos, durante este ano, houve um decréscimo de
2560 produção. Realmente, eu concordo com os comentários do Truda, em relação ao déficit
2561 de quantidade que está sendo exportada. Para a imagem do país, tem sido muito ruim
2562 isso, porque a quantidade de produtos exportados ainda é irrisória comparada com a
2563 imagem. Uma das recomendações que foram citadas é que haja, a partir dessa
2564 elaboração do NDF, é que haja uma formação de um grupo especializado, comandado,
2565 possivelmente, pelo Ministério do Meio Ambiente, para a conservação e
2566 acompanhamento dos tubarões. Ou seja, eles não estariam incluídos mais no grupo de
2567 atuns e afins, mas sim criar um grupo especializado, apartado, só sobre tubarões e com
2568 esses especialistas. Essa é a nossa recomendação. E, por fim, sugerir que o IBAMA
2569 realmente aprove essa moção, apoie, e nós estamos abertos para que haja uma
2570 discussão ampla e uma troca de experiência após a apresentação desses dados
2571 científicos. Muito obrigada.

2572 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Muito obrigado ao
2573 IBAMA. Mais alguém que queria fazer uso da palavra? Claro. Adalberto, Ministério do
2574 Meio Ambiente.

2575 **O SR. ADALBERTO FELICIO MALUF FILHO – TITULAR (Ministério Meio Ambiente**
2576 **e Mudança do Clima – MMA)** - Eu só queria, presidente, corroborar, em nome do
2577 Ministério do Meio Ambiente, que já após uma nota técnica e um trabalho muito forte de
2578 várias organizações da Sociedade Civil junto ao Ministério, que já resultou, inclusive, no
2579 pedido de revogação dessa portaria. O Ministério também acha importante que a gente
2580 possa trazer a votação a essa moção, que ela é bastante relevante e importante no
2581 contexto que a gente vive. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente apoia a moção para
2582 que seja colocada para votação hoje.

2583 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Bem, temos mais
2584 alguém inscrito? Bom, e não havendo mais nenhuma inscrição, colocamos em votação a
2585 moção, cujo número de processo é o 02000003864/2025-75, proposta pelo Instituto
2586 Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e do Instituto Baleia-jubarte, que
2587 propõe a aprovação da moção pelo fim da exploração de barbatanas pelo Brasil e captura
2588 de sustentáveis tubarões em águas brasileiras pela Saúde dos Oceanos, nos termos do
2589 texto lido pelo proponente conselheiro Truda. Quem for contrário, por favor, que se
2590 manifeste. Não, não, não é necessário antes. Quem for contrário, por favor, se manifeste.
2591 E não havendo nenhum voto contrário, quem se abstém? Uma, duas abstenções.
2592 Portanto, está aprovada a moção com duas abstenções. Próximo item, processo
2593 200000614/2025-55, de proposição da Associação Civil Alternativa à Terra Azul,
2594 proposta de moção de apoio ao prédio de lei 90093/2021, de autoria da Comissão de
2595 Direitos Humanos e Legislação Participativa, que propõe a proibição da exportação de
2596 animais vivos para abate no exterior. Convido Guilherme Zambara Leonardes e Pedro
2597 Ivo, conselheiro representante da Associação Civil Terra Azul, para apresentar a
2598 proposta. Com a palavra...

2599 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**
2600 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Só uma retificação, é 30093/2021.

2601 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Ah, tem um erro na
2602 notificação? Aonde? Ah, 3093, desculpa. Ah, sim, 3093, a lei, o prédio de lei. PL-
2603 3093/2021, para fim de correção na ata. Muito bem. Conselheiro Pedro Ivo, com a
2604 palavra.

2605 **O SR. PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA – SUPLENTE (Instituto Internacional**
2606 **Arayara de Educação e Cultura)** - Boa tarde, colegas, conselheiros e conselheiras. Boa
2607 tarde, mesa. Capô, a gente não quer que você saia não, está naquela hora de manhã.
2608 Você disse que podia apresentar a moção para retirar você da mesa, mas você está ótimo
2609 na mesa.

2610 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Ah, não, pode...

2611 **O SR. PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA – SUPLENTE (Instituto Internacional**
2612 **Arayara de Educação e Cultura)** - Fica tranquilo. Pessoal... é brincadeira. O Guilherme
2613 teve um problema pessoal, não pôde ficar. Então, a gente vai chamar o colega que vai
2614 falar também, que é do Mercy For Animals. Bom, eu só queria introduzir que nós aqui,
2615 como a bancada da Sociedade Civil, não só o Terra Azul e a Arayara, nós achamos esse
2616 tema muito importante, muito relevante. Não há, em forma nenhuma, nenhum interesse
2617 nosso em relação à barra-produção de animais, não se trata disso. Mas, hoje, toda essa
2618 discussão de direito dos animais, a proteção dos animais, animais que não podem sofrer
2619 formas violentas de seus abates ou de seus transportes, é uma discussão civilizatória,
2620 que, inclusive, protege não só os animais, como também protege a indústria nacional e a
2621 indústria brasileira, porque nós temos que cada vez mais agregar valor nisso. E esses
2622 animais que são transportados vivos, vamos pensar sobre isso, realmente ele é uma
2623 coisa que não tem mais nada a ver com o mundo moderno, com o mundo que nós
2624 vivemos. Primeiro, não agrega valor. Segundo, não fortalece o processo manufaturado
2625 na indústria nacional, na indústria brasileira. Segundo, expõe problemas de saúde, não
2626 só para os animais, para todo o processo da embarcação e, depois, na comercialização.
2627 E hoje, cada vez mais, nós avançamos na ideia de que os animais são seres sencientes
2628 e que devem ter os seus direitos protegidos e que o uso por nossa espécie, a espécie
2629 humana, não pode ser a partir do sofrimento terrível dessas comunidades de vida, como
2630 diz a Carta da Terra. Aliás, 25 anos da Carta da Terra, esse ano, lá já dizia que nós

2631 somos uma comunidade de vida em que todos os seres do planeta têm um papel
2632 importante nesse processo. Então, eu queria introduzir isso, dizer da nossa preocupação.
2633 É apenas uma moção de apoio a um debate que está sendo feito no Congresso Nacional,
2634 não é uma resolução. E eu queria convidar o colega do Mercy for Animals para poder
2635 dividir o tempo aqui e fazer o restante da fundamentação. George? George.

2636 **O SR. GEORGE STURARO (Diretor de Relações Governamentais e Políticas**
2637 **Públicas da Mercy For Animals - MFA)** - Boa tarde. Primeiramente, gostaria de
2638 agradecer ao Conama por essa oportunidade. Na minha fala, eu vou, basicamente,
2639 apresentar aqui as considerações que fundamentam essa moção, porque elas são
2640 autoexplicativas, bastante pedagógicas. Mas antes eu gostaria de lembrar que essa
2641 moção, ela é uma moção de apoio a um projeto de lei que tramita no Senado, desde
2642 2021, Projeto de Lei 3093. E esse projeto de lei, ele nasceu de uma sugestão legislativa
2643 feita à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Portanto, é
2644 um projeto de lei que carrega o DNA da participação social. Bom, nós consideramos,
2645 então, primeiramente, considerando os graves impactos ambientais associados à
2646 exportação de animais vivos para abate, incluindo a pegada de carbono das operações
2647 logísticas, a poluição marinha e o uso excessivo de água e energia. Considerando os
2648 riscos sanitários e o potencial de disseminação de zoonoses durante o transporte de
2649 animais vivos para abate em navios, especialmente em contextos de superlotação,
2650 estresse e contato com diferentes patógenos, representando ameaça à saúde pública e
2651 risco de novas pandemias. Considerando os inúmeros relatos e registros documentais
2652 que atestam o sofrimento extremo de animais durante o transporte marítimo para abate,
2653 configurando violação de princípios básicos de bem-estar animal. Considerando que a
2654 exportação de animais vivos contribui para a perda de empregos qualificados no Brasil,
2655 especialmente os ligados ao setor de abate e inspeção sanitária, incluindo o abate com
2656 certificação HALAL, cuja realização poderia ser mantida em território nacional.
2657 Considerando a perda de arrecadação tributária, já que produtos de origem animal
2658 processados internamente geram maior valor agregado e são mais tributados do que
2659 produtos in natura exportados. Considerando os acidentes registrados em alto mar, com
2660 milhares de animais mortos por naufrágios, incêndios ou falhas operacionais,
2661 demonstrando a fragilidade e crueldade desse modelo logístico. Considerando que o fim

2662 da exportação de gado vivo para abate é uma das demandas prementes da sociedade
2663 brasileira, tendo sido a proposta mais votada no Plano Plurianual Participativo, o PPA
2664 Participativo, do Ministério dos Portos e Aeroportos. Considerando, por fim, que o bem-
2665 estar animal é reconhecido como condição de sustentabilidade, conforme a Resolução
2666 Nexus, entre bem-estar animal, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, aprovada
2667 pela Organização das Nações Unidas, ONU. Essas são as considerações que
2668 fundamentam o projeto. Eu gostaria também de aproveitar a oportunidade para ressaltar
2669 que o fim da exportação de animais vivos goza de apoio expressivo na sociedade
2670 brasileira. Há uma pesquisa de 2019, feita pelo Instituto Ipsos, que revela que 84% das
2671 pessoas entrevistadas são a favor do fim dessa atividade. Muito obrigado.

2672 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Muito obrigado,
2673 conselheiro. Alguma manifestação em relação a isso? Por favor, Rodrigo Justus.

2674 **O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO DA**
2675 **AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA)** – Senhor presidente, senhores
2676 conselheiros. Primeiramente, Capobianco, eu queria pedir desculpas. Aqui, na reunião
2677 passada, eu pedi vistas desse processo. E acabou que eu lancei no meu sistema lá os
2678 45 dias, e hoje, sabe que na Justiça, 45 dias são dias úteis. E o tempo foi passando, mas
2679 mesmo assim, há quase um mês atrás, eu apresentei o parecer, infelizmente não foi
2680 disponibilizado, mas eu queria tecer algumas considerações, até se o representante do
2681 MAPA aqui estiver, pelo seguinte. Como foi colocado aqui pelos proponentes, nós não
2682 estamos tratando de uma resolução, certo? Aquilo que eventualmente seja decidido aqui
2683 sobre a moção é um encaminhamento que se faz ao Congresso. Agora, o Conama, pela
2684 sua importância, pela sua relevância, pela sua envergadura. Eu fui atrás de todas as
2685 normas que regulam a exportação de animais vivos feitas aqui pelo Brasil, e elas estão
2686 todas de acordo com a Organização Mundial de Saúde Animal. Para uma empresa
2687 exportar rebanho, esses animais são vistoriados e quarentenados em centrais de
2688 estações de prévio embarque, e nenhum país aceita receber carga de animais doentes,
2689 machucados, que tenha ocorrido mortes no meio desse caminho e tenha havido contágio
2690 de animais. Quem está recebendo rebanho lá, do outro lado do mar, está esperando
2691 receber um animal com a mesma saúde com a qual ele daqui saiu. Existe, sim, transporte

2692 clandestino e criminoso de animais levados em porões de navio, porões até de navio que
2693 carregam óleos e outros dejetos, resíduos, e os animais são misturados. E temos vídeos
2694 e filmes na internet para todos os gostos dessas barbaridades que nós temos
2695 conhecimento que existem. Então, a nossa posição como CNA, que deveria ao menos
2696 ser ouvido o MAPA, espero que aqui esteja para trazer uma posição, porque essa
2697 questão de transmissão de doenças, de zoonoses etc., ela não é um fato constatado em
2698 um país que exporta quase 700 mil cabeças de gado por ano. Vejam vocês que o Brasil
2699 tem um rebanho de 230 milhões de animais, então, na verdade, a exportação de animais
2700 vivos é um nicho, certo? Ela não é a principal alça do agronegócio na parte de carnes.
2701 Então, mas, todas as regras da Organização Mundial de Saúde Animal são respeitadas.
2702 Para embarcar um animal no Brasil, tem que passar por uma estação de prévio embarque
2703 e ser vistoriado todos esses animais pelos médicos veterinários do MAPA. Então, se o
2704 contexto pela aprovação é de que há mortandade, maus tratos, morte de animais etc.,
2705 nós não constatamos, inclusive essa questão das mortandades já aconteceu de alguns
2706 navios afundarem, da mesma forma como se fossem passageiros, os animais também
2707 podem acabar morrendo, isso aconteceu no passado e tal, mas isso não é uma
2708 frequência. Todos os navios têm parte de alimentação veterinária, ventilação,
2709 escoamento, tratamento de resíduos e assistência médica veterinária. Os que fazem
2710 legalmente, assim são. Então, a minha sugestão seria que fosse ouvido, o Ministério da
2711 Agricultura, se quiser manifestar-se, antes de qualquer deliberação, e, posteriormente,
2712 esse assunto está acontecendo lá no Congresso e ele seguirá a sua discussão normal.
2713 Eu apenas acho que não seria o caso de o Conama pelas motivações aqui trazidas, sem
2714 que elas fossem, vamos dizer assim, devidamente atestadas, comprovadas, de que
2715 houvesse uma manifestação nesse sentido, até porque o Conama e o Congresso, cada
2716 um tem as suas funções institucionais. São essas as minhas colocações e agradeço a
2717 atenção. Muito obrigado.

2718 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Obrigado, conselheiro.
2719 Com a palavra, o conselheiro Adalberto Maluf.

2720 **O SR. ADALBERTO FELICIO MALUF FILHO – TITULAR (Ministério Meio Ambiente**
2721 **e Mudança do Clima – MMA)** - Obrigado, presidente Capobianco. Em nome do
2722 Ministério do Meio Ambiente...

2723 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Apresente-se para a fim
2724 de gravação.

2725 **O SR. ADALBERTO FELICIO MALUF FILHO – TITULAR (Ministério Meio Ambiente**
2726 **e Mudança do Clima – MMA)** - Adalberto Maluf, secretário nacional do Meio Ambiente,
2727 conselheiro aqui pelo MMA. Em nome do Ministério do Meio Ambiente, a gente queria
2728 ressaltar que a importância, do nosso ponto de vista, dessa moção de apoio ao PL 3093,
2729 entendemos, conforme comentado aqui pela CNA, o nosso conselheiro Rodrigo Justus,
2730 e que realmente o tema de registro, de riscos sanitários e outros, não é que um caso ou
2731 outro seja mais relevante ou menos, mas tem outros temas relacionados à exportação
2732 de animais vivos que lidam com a questão do sofrimento, inclusive perda de arrecadação
2733 e outros que foram trazidos. Por isso a gente pediu para a nossa diretora do
2734 Departamento de Proteção, Bem-Estar Animal, para que pudesse falar um pouco sobre
2735 o tema. Por favor. Vanessa Negrini.

2736 **A SR^a VANESSA NEGRINI (Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos**
2737 **Animais – MMA)** - Muito obrigada, secretário Adalberto. Presidente Capobianco,
2738 conselheiros e conselheiras, meu nome é Vanessa Negrini, eu sou diretora de Proteção,
2739 Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Na nossa
2740 área técnica, a gente teve a oportunidade de se manifestar sobre esse projeto de lei. E
2741 nós estamos diante de um tema que reúne três dimensões indissociáveis, a ambiental, a
2742 econômica e a ética, pela qual a gente não pode escapar de analisar esse tema aqui no
2743 Conama, embora tenha essa discussão no Congresso Nacional. Do ponto de vista
2744 ambiental, os impactos da exportação de gado vivo são graves e persistentes. Vocês
2745 receberam aí uma publicação que lembra o naufrágio do navio Haidar, em Barcarena, no
2746 Pará, há dez anos, que deixou marcas tão profundas no ecossistema aquático e nas
2747 comunidades locais, quando toneladas de carcaças e óleos lançados no rio provocaram
2748 a mortandade de peixes, a contaminação de água e prejuízos das comunidades
2749 ribeirinhas. Persistem até hoje esses impactos ambientais dez anos depois desse

2750 acidente. Mais recentemente, em fevereiro de 2024, um navio que saiu do Brasil, com
2751 aproximadamente 19 mil animais, causou uma crise sanitária internacional, ao ser
2752 noticiado em todo o mundo, que infestou a cidade do Cabo, na África do Sul, com um
2753 odor insuportável de dejetos acumulados a bordo. A cidade do Cabo inteira ficou
2754 infestada com essa embarcação que saiu do Brasil com os animais brasileiros. Esse
2755 episódio ganhou ainda mais gravidade após a inspeção realizada pelo Conselho Nacional
2756 da Sociedade para a Prevenção da Crueldade contra os Animais, e essas imagens que
2757 eu vou pedir para passar agora, por gentileza, são imagens reais de fevereiro de 2024,
2758 de uma embarcação que saiu do Brasil levando o navio The Quiet, que é considerado um
2759 dos mais modernos, e que chegou na cidade do Cabo com 19 mil animais, e foram essas
2760 a realidade encontrada. Animais moribundos, submersos em fezes, urinas, animais ficam
2761 presos entre as grades, atolados em dejetos, superlotação, sem espaço para exercer o
2762 seu comportamento natural, imagens que não precisa ser qualquer especialista, animais
2763 mortos convivendo com outros. Pode dar pausa, por gentileza. Bom, essas imagens e o
2764 relatório desse Conselho Nacional chegou ao conhecimento aqui do Brasil. Em nota
2765 oficial, esse conselho da cidade do Cabo, ela afirmou que o cheiro é indicativo das
2766 terríveis condições que os animais enfrentam, já tendo passado duas semanas e meia a
2767 bordo, com acumulação de fezes e amoníaco. O fedor a bordo é inimaginável, mas os
2768 animais enfrentam isso todos os dias. E esses episódios não são isolados, fazem parte
2769 de um sistema que é estruturalmente poluente, inerentemente violador do bem-estar
2770 animal, não tem como você prever um plano de contingência. Um navio despegar fogo
2771 em alto mar, como é que vai ter um plano de contingência para evacuar e salvar esses
2772 animais? Não tem essa possibilidade. E tem os impactos ambientais. Estamos no
2773 Conama, é importante destacar bastante os impactos ambientais. Em uma viagem de
2774 apenas 20 dias, um navio, esse saiu com 19 mil animais, mas, em média, pode levar de
2775 20, 30 mil animais. 27 mil animais produzindo. Cada boi expele dejetos, fezes e urina
2776 entre 40 e 50 quilos por dia. Então, daria 27 mil toleradas de fezes e urinas durante essa
2777 viagem de 20 dias. Lançados sem qualquer tratamento, já no nosso frágil ecossistema
2778 marinho. Isso significa uma poluição crônica, ultra fixação dos corais, mortandade de
2779 peixes e riscos sanitários para a população humana. Além disso, essas embarcações,
2780 elas evidenciam um alto risco desse modelo, à medida em que a frota está envelhecida.

2781 À média das frotas, 80% desses navios são considerados navios sucatas, com mais de
2782 30 anos de uso. 85% dessas embarcações são convertidas, originalmente projetadas
2783 para outras finalidades. E dá para ver claramente o que resulta de uma embarcação que
2784 não é projetada para o transporte desses animais vivos. Estamos, portanto, diante dessa
2785 frota envelhecida, adaptada e estruturalmente vulnerável, o que amplia ainda mais esses
2786 riscos ambientais e sanitários. Do ponto de vista econômico, exportar animais vivos, ele
2787 também significa abrir mão da riqueza e oportunidade para o Brasil. De acordo com um
2788 estudo recente, publicado pela economista Mayra Luiza Spagnoli, em que ela faz a
2789 análise dos impactos socioeconômicos da proibição da exportação de bovinos vivos no
2790 Brasil, ela mostra que, ela comprova que, ao substituir a exportação de bovinos vivos
2791 pelo processamento interno da carne e dos seus subprodutos, o Brasil poderia ter um
2792 valor agregado adicional de quase R\$2 bilhões, R\$1,9 bilhões. Além de 7.239 mil
2793 empregos formais adicionais, empregos qualificados, uma vez que estamos falando do
2794 abate halal, que paga melhor do que o abate convencional. E, além disso, nós teríamos
2795 mais R\$610 milhões a mais de arrecadação tributária. Isso significa, senhoras e senhores
2796 conselheiros, que exportar animal em pé é também exportar empregos, exportar valor
2797 agregado, arrecadação tributária, que poderiam estar aqui, no Brasil, fortalecendo o
2798 comércio local, os frigoríficos, os subprodutos, curtume, a cadeia produtiva nacional,
2799 bolsas, sapatos, o biodiesel feito do sebo, essencial para a nossa transição energética.
2800 Do ponto de vista do bem-estar animal, é impressionável, longas viagens, navios
2801 precários, calor extremo, doenças, mortes. E a aprovação desta moção, para finalizar,
2802 significa alinhar o Brasil às melhores práticas internacionais, atender o clamor da
2803 sociedade brasileira, que já indicou no plano plurianual participativo, que não é uma peça
2804 figurativa, mas é uma peça que tem um forço, que precisamos avançar rumo a esse
2805 entendimento. E é também um passo coerente com a missão desse Conselho.
2806 Lembrando que estamos discutindo apenas uma moção, não é o fim da atividade, mas é
2807 uma moção de apoio a um projeto que tramita no Congresso Nacional. Então, a
2808 aprovação dessa moção seria coerente com a missão desse Conselho, indicar caminhos
2809 para o desenvolvimento, para a justiça social e a sustentabilidade, caminhando juntos.
2810 Muito obrigada.

2811 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Obrigada, conselheira.
2812 A palavra é da Gabriel. Gabriel da ANAMMA, famosa ANAMMA. ANAMMA ou ABEMA,
2813 um dos dois.

2814 **O SR. GABRIEL OLIVEIRA COUTINHO SANTOS SOARES – TITULAR (Governos**
2815 **Municipais – ANAMMA Região Sudeste)** - Boa tarde a todos e todas presentes. Boa
2816 tarde, aos membros da mesa. Meu nome é Gabriel Coutinho, estou como secretário
2817 municipal de meio ambiente de Nova Lima, membro da ANAMMA, conselheiro. E venho
2818 aqui colaborar minhas palavras de apoio à Vanessa, que é antiético, desumano, uma
2819 verdadeira crueldade em que, no momento que nós vivemos de sociedade, da
2820 ressignificação do papel dos animais para o seio familiar, há gente continuando com a
2821 mesma prática de exportar animais vivos da forma que está sendo, além dos elementos
2822 econômicos, sociais, ambientais. Então, nós, da ANAMMA, corroboramos com a moção,
2823 Vanessa, contam plenamente com o nosso apoio, como secretário municipal de meio
2824 ambiente de Nova Lima, no qual você conhece a nossa política pública de bem-estar
2825 animal, que nós estamos construindo de forma referenciada em trazer os animais como
2826 seres importantes nas discussões das políticas públicas. Então, nós apoiamos,
2827 defendemos e compreendemos a importância dessa moção para a gente poder avançar.
2828 Sabemos a importância da cadeia pecuária, sabemos a importância da bovinocultura na
2829 economia do Brasil, inclusive em Minas Gerais, mas nós estamos perdendo tecnologia,
2830 nós estamos perdendo recursos, e, além disso, demonstrando um retrocesso da
2831 sociedade humana contemporânea, a gente levando esses animais a esse grau de
2832 crueldade, desumanidade e de falta de respeito com os seres vivos. Então, nós, da
2833 ANAMMA Nacional, da ANAMMA-Minas, secretário municipal de meio ambiente de Nova
2834 Lima, estamos radicalmente contra esse modelo de exportação do agronegócio
2835 brasileiro, do agronegócio pecuário do Brasil. Então, contam inteiramente com o nosso
2836 apoio, contam inteiramente com a bancada da ANAMMA Minas, ANAMMA Nacional, no
2837 Conama, nessa discussão, nessa moção, e que, se for preciso, para aprofundar o debate,
2838 discutir, é fundamental. E, para poder encerrar com a Capobianco e demais, um abraço
2839 aos nossos colegas biólogos, porque hoje é um dia muito especial para todos eles,
2840 porque eles têm uma profissão que discute o meio ambiente e tem um compromisso com

2841 a ciência e com o futuro do planeta. Então, boa tarde a todos e muito obrigado,
2842 conselheiros. Muito obrigado, conselheiro.

2843 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo) –** Obrigado. Eduardo
2844 Taveira, ABEMA.

2845 **O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Secretário de Estado do Meio**
2846 **Ambiente e Presidente da ABEMA) -** Bom, boa tarde a todas e todos, novamente. É
2847 uma questão de dúvidas sinceras, senhoras e senhores, em relação à moção. Ouvindo
2848 atentamente os setores, de fato, há um impacto pequeno do ponto de vista econômico,
2849 dado que a maioria das exportações brasileiras do setor já se dão por beneficiamento. É
2850 inegável as imagens que foram colocadas aqui, a apreensão que se coloca em relação
2851 ao bem-estar animal, mas tem algumas outras questões que ficaram em dúvida e eu
2852 gostaria de saber que quem está propondo a moção também pode trazer alguma ajuda
2853 nesse sentido. O primeiro ponto é que a gente já tem uma legislação que garante que
2854 haja bem-estar suficiente para a exportação. E eu sei que tem nichos econômicos que
2855 transportam animais vivos por exigências de mercado, como o Oriente Médio, como
2856 alguns países da África. Então, ainda que você não tenha um impacto econômico no
2857 setor como um todo, você vai ter um impacto econômico no nicho, especificamente.
2858 Então, avaliar como o setor também se coloca a respeito disso, haja vista que também
2859 poderia ser, do outro lado, uma moção para que houvesse atendimento irrestrito do que
2860 já preconiza a lei com relação ao bem-estar dos animais que estão sendo exportados. E
2861 o outro ponto é que tem uma outra categoria de animais que são transportados vivos,
2862 obviamente em bem menos quantidade e por causa dos valores agregados,
2863 provavelmente em uma condição muito diferente, que são os animais relacionados a
2864 melhoramentos genéticos ou animais que são feitos, destinados para cruzamentos etc.
2865 A moção também proibiria a exportação desse tipo de... Sim ou não? Pois é. Não,
2866 desculpa, não é a proibição, a recomendação de que se proíba a exportação de animais.
2867 Então, a moção está fazendo a recomendação. Então, são essas duas dúvidas efetivas
2868 que eu tenho para colocar, para poder ampliar esse debate em relação a isso, do ponto
2869 de vista da ABEMA e, provavelmente, os estados, cada um Capo, vão se manifestar de
2870 acordo com a sua própria definição, prioridade e consciência.

2871 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Proponente da moção,
2872 por favor. Então, você vai lá e dá a palavra, seu proponente, por favor. Formalmente, se
2873 apresente e conceda a palavra. Parece que não conhece, o cara foi assessor do
2874 Parlamento anos e não sabe como funciona, é inacreditável. Vamos fazer uma moção
2875 para ele aprender como funciona.

2876 **O SR. PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA – SUPLENTE (Instituto Internacional**
2877 **Arayara de Educação e Cultura)** - Bem, pessoal, antes de passar a palavra para a
2878 Vanessa, eu estou aqui me reportando, me lembrando de uma coisa que parece isso
2879 aqui, os navios negreiros. Vocês imaginam os abolicionistas humanos discutindo? Não,
2880 mas tem uma lei, a lei pode, permite que essas pessoas, que não são pessoas, sejam
2881 feitas assim, que os navios sejam assim, que elas sofram. Ela é muito pouco, são só
2882 pretos. Já existe nada, a lei corresponde à lei mundial. Eu entendo a preocupação,
2883 Roberto, colega nosso aqui de tantos anos. Rodrigo. Mas o que nós estamos discutindo
2884 aqui nos torna mais humanos. Eu fico até emocionado de falar nisso, porque eu estou
2885 olhando aqui para minha cachorra, lembrando dela, que é um animal doméstico, certo?
2886 Que eu a amo e ela tem por mim, quem tem animal doméstico sabe disso, um amor
2887 incondicional. O boi, ele sabe quem ele é, que ele é único. Isso a ciência já comprova.
2888 São animais sencientes. Não são apenas mercadoria, embora sejam também. E nós não
2889 estamos propondo aqui que não termine o processo de exploração comercial dos bois. A
2890 gente não pode ser tão frio em uma coisa dessa. Quando o Truda falou dos tubarões, eu
2891 fiquei com a imagem, vocês já viram, não é? A matança indiscriminada de tubarões. E
2892 agora, quando aparecem essas imagens, a gente vê, olha nos olhos desses bois, não é
2893 possível que em pleno século XXI, uma coisa que é nicho, portanto, não vai interferir no
2894 peso da economia, uma coisa que é absolutamente de sofrimento para esses animais,
2895 um negócio que tem comprovadamente possibilidade de criar milhões de doenças, afetar
2896 a saúde, e que não gera emprego, renda, mercado interno, ainda tem mais isso. É o
2897 Brasil Colônia, novamente. Pega os animais vivos e exporta. Quando nós já temos
2898 tecnologias, nós já temos todo um processo desses animais poderem ser exportados de
2899 outra forma, sem esse sofrimento mental. Então, tem esse sofrimento total aí que está.
2900 Então, eu faço um apelo à CNA, tantas batalhas que a gente já teve de divergência e
2901 outras de convergência, porque tem um peso importante, essa cadeia econômica no país,

2902 mas está na hora da gente melhorar as nossas condições, o Brasil ser respeitado
2903 também, porque trabalha a questão da sustentabilidade, inclusive dos animais. E não nos
2904 esqueçamos, nós somos animais também. A nossa diferença é que nós temos teleologia.
2905 Essa história que os outros animais não são irracionais, isso é coisa que a ciência já
2906 provou que não é assim. Os golfinhos até cooperam trabalhando, as baleias têm
2907 cemitério, os tubarões têm senciência, os bois também. Nós não podemos viver
2908 eternamente em um antropocentrismo cego. E o que nós estamos propondo é um apoio
2909 de uma moção, nada mais. E a nossa agricultura, a nossa pecuária, os nossos sistemas
2910 de economia animal, têm todas as condições de se modernizar e já estão se
2911 modernizando. Então, o apelo é esse.

2912 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Um minutinho, senhor
2913 conselheiro. Veja bem, o conselheiro da ABEMA fez duas perguntas, uma é a questão
2914 do nicho, mas ele perguntou se isso afetaria o trânsito de exportação de animais para
2915 melhoramento de genética etc., mas a moção é clara, exportação de animais vivos para
2916 abate no exterior. Então, a moção é absolutamente clara. Segundo ponto, eu entendo
2917 que já foram apresentados todos os argumentos, acho que estamos todos esclarecidos
2918 da posição, não há nenhum fato relevante novo que foi levantado, do ponto de vista que
2919 exige um esclarecimento adicional, a não ser a defesa, em fato, em que foi muito bem-
2920 feita, parabéns, Pedro Ivo, que eu subscrevo.

2921 **O SR. PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA – SUPLENTE (Instituto Internacional**
2922 **Arayara de Educação e Cultura)** - Lembrando que todos os animais vão para o céu.

2923 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Como ambientalista, eu
2924 subscrevo. Então, não vamos seguir nessa questão. As informações foram dadas e é
2925 importante esclarecer que é uma moção para reforçar a necessidade de que um projeto
2926 de lei tramite. No fundo, o que o Conama está dizendo é o seguinte, este prédio de lei é
2927 importantíssimo, o Conama considera importante esse tema e faz um apelo, faz uma
2928 moção, uma indicação, no sentido de que esse prédio tramite, obedecendo todos os
2929 parâmetros do legislativo, que certamente irá incorporar todos os elementos que julgar
2930 adequados de ressalvas e de exceções, caso isso possa ocorrer. Lá estarão, todos aqui
2931 poderão estar lá no Congresso para participar desse debate no Congresso. Mas, repito,

2932 não é uma resolução que proíbe abate, desculpe, exportação de animais vivos, é
2933 exclusiva para abate no exterior, e eu considero que todos os crescimentos já foram
2934 prestados, a não ser que alguém aqui gostaria de algum esclarecimento adicional que
2935 queira solicitar. Bom, e não havendo mais nenhum pedido de esclarecimento adicional,
2936 vamos colocar em votação a moção de apoio ao prédio de lei 3093/2021, de autoria da
2937 Comissão de Direitos Humanos e Civilização Participativa, que proíbe a exportação de
2938 animais vivos e abate no exterior, nos termos aqui apresentados. Quem for contra que
2939 se manifeste, por favor. Três votos contrários. Quem for a favor, que se manifeste, por
2940 favor. Não é necessário contar. Por favor, abstenções? Abstenções? Uma, duas, três,
2941 quatro, cinco, seis abstenções. Sete. Oito abstenções. Então, aprovado. Finalmente,
2942 entramos na última moção, cuja debate aqui, a avaliação aqui pelo plenário, se deve ao
2943 fato de que aprovou o requerimento de urgência e, portanto, chamo aqui o proponente
2944 para apresentar a moção referente aos vetos, à Lei Geral de Desenvolvimento Ambiental,
2945 os vetos da Lei Geral de Desenvolvimento Ambiental, também da Provisória da Licença
2946 Ambiental Especial, número 11308, e o Prédio de Lei nº 3834, de 2025. Por favor, seu
2947 conselheiro Gustavo Malacco, se apresente, por favor. Eu já te apresentei, mas você
2948 precisa repetir.

2949 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - TITULAR (Região Sudeste –**
2950 **Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro -ANGÁ) -** Boa tarde,
2951 Gustavo Malacco, Associação ANGÁ, representando a bancada Sociedade Civil aqui no
2952 Conama. Boa tarde, aí, Ministro em exercício, secretário, demais da mesa, conselheiros
2953 e conselheiras. Bom, primeiro agradecer ao plenário pela aprovação do regime de
2954 urgência, que realmente a necessidade da provável vinculação nas próximas semanas,
2955 apreciação dos vetos pelo Congresso Nacional, e até o momento a gente não teve
2956 nenhum debate a respeito, a gente teve debates, mas não teve o plenário decidindo a
2957 respeito desse projeto de lei, que é bastante danoso no nosso entendimento da forma
2958 que foi aprovada a lei no Congresso. Então propomos a moção que eu vou ler agora,
2959 para que a gente possa contar com o apoio do plenário. Ao considerar que, em 8 de
2960 agosto de 2025, o presidente da República sancionou a Lei Geral do Licenciamento
2961 Ambiental, Lei nº 15.190, de 2025, resultante do PL 2159, de 2021, vetou 63 positivos do
2962 texto aprovado pelo Congresso Nacional. No mesmo dia, foi enviado, publicou-se a

2963 medida provisória nº 1.308, de 2025, Disciplina Licença Ambiental Especial, ALAI, com
2964 eficácia imediata, procedimento prioritário para empreendimentos estratégicos, que foi
2965 até hoje, pela manhã, a Ministra reforçou, e também o nosso secretário executivo.
2966 Também foi enviado ao Congresso um novo projeto de lei com urgência constitucional,
2967 PL 3834, de 2025, com o objetivo de recompor e reverter alguns dos pontos vetados. Os
2968 vetos, a priori, suprimam importantes salvaguardas essenciais para a manutenção do
2969 Estatuto do Licenciamento Ambiental, como a exigência do EIA/RIMA, a definição
2970 nacional de padrões de licenciamento, a proteção dos povos indígenas, quilombolas e
2971 outras comunidades tradicionais, a conservação da Lei da Mata Atlântica e todos os
2972 demais biomas e mecanismos de responsabilização das instituições financeiras,
2973 enquanto outros dispositivos permanecem ou foram flexibilizados. Organizações como o
2974 Observatório do Clima e várias organizações aqui presentes fazem parte, apontam que,
2975 embora os vetos tenham reduzido os danos e riscos ao texto original, ainda restam
2976 lacunas e riscos de retrocesso, especialmente com a possibilidade de derrubada dos
2977 vetos ou a inclusão de versões mais flexíveis no novo projeto de lei, o PL 3834, de 2025.
2978 O Congresso Nacional deve apreciar os vetos em sessão conjunta, já foi noticiado isso
2979 na imprensa, a tramitação que já ocorre em prazo automático a partir de 30 dias da
2980 sanção vai ser realizada a partir de 7 de dezembro de 2025 e requer maior urgência.
2981 Considera também que esse Conselho, por suas atribuições legais de natureza
2982 consultiva e deliberativa, deve gerar pela integridade dos processos de licenciamento
2983 ambiental, como as Resoluções nº 237, de 1997, e nº 01, de 1986, para que a nova
2984 legislação preserve os princípios da política nacional de meio ambiente e a integridade
2985 do nosso SISNAMA. A confluência de normas em mudança e os riscos concretos de
2986 afrouxamento das exigências ambientais e de exclusão de participação social nos
2987 processos de licenciamento ambiental, como também o próprio impacto nas ações desse
2988 Conselho, ferindo os princípios básicos da nossa Constituição. Dessa forma, o plenário,
2989 nessa reunião, 147, reunião originária em regime de urgência, aprova, é o que nós
2990 solicitamos, que essa moção de manifesto de urgência que sejam mantidos os 63
2991 dispositivos que foram inventados pela Presidência da República, ao texto aprovado pelo
2992 Congresso Nacional, manifesta a preocupação com a possibilidade de derrubada dos
2993 vetos em face aos impactos ambientais, institucionais e sociais resultantes daqueles

dispositivos, em especial na preservação de padrões nacionais de licenciamento, proteção de comunidades tradicionais, garantia de participação e realização de estudos de impacto, dentre outros. Solicita com a máxima urgência que o Ministério do Meio Ambiente e demais entidades integradas do SISNAMA promovam e divulguem avaliações técnicas em relação aos impactos dos vetos, bem como de eventuais autorizações que venham a ser incorporadas por meio do PL 3834, de 2025. Demanda que, durante o processo de apreciação dos vetos e do novo PL pelo Congresso, seja assegurado o devido processo legislativo de ampla participação da Sociedade Civil, dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, o observável dever do Poder Público de zelar pelo Meio Ambiente, conforme determina o artigo 225, parágrafo 1º da Constituição Federal. Demanda que a moção seja encaminhada com máxima prioridade à Presidência da República, ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara dos Deputados e aos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais, e que seja divulgada amplamente em formato acessível à Sociedade Civil e aos veículos de imprensa especializadas. Então, vai ser um marco desse Conselho finalmente ter uma opinião direta, política em relação ao que está acontecendo, que afronta essa primeira versão dessa lei que foi aprovada, a própria Constituição, o resguardo, a participação social, e é muito importante que esse Conselho direcionasse esse debate e a solicitação da manutenção da versão do Congresso Nacional. Então, agradeço o apoio dos senhores e das senhoras, e é dessa forma que essa bancada se posiciona, e também junto ao Governo Federal, que teve esse trabalho árduo e parabenizar. Obrigado. Obrigado, presidente.

O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo) – Obrigado, conselheiro. Em discussão. Alguém gostaria de fazer um contraponto em relação a isso? Contraponto ou a favor? Esclarecimento? É um pedido de esclarecimento ou fazer um esclarecimento? Por favor. Não, não, fala no microfone, por favor, se apresente. Se apresente, fala no microfone, para que todos possam ouvi-lo.

O SR. JOSÉ EDUARDO GONÇALVES – TITULAR (Coordenador-Geral de Acompanhamento dos Programas Transversais da Área de Infraestrutura – MPO) - Boa tarde, pessoal. Sou José Eduardo, representante do Ministério do Planejamento. É

3024 que a gente já tinha combinado, eu acho que sejam mantidos os vetos, e não os 63
3025 dispositivos vetados, é só isso.

3026 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Ah, uma correção do
3027 texto. Como é que está lá? Ah, sim. Não, vetos, como é que fala? Não é aprovado,
3028 colocados. Como é que se escreve? Apresentados. Não, não apresentados, definidos.
3029 Espera aí, calma, gente. Realmente, deixa eu desligar os outros ouvidos. A proposta é
3030 que sejam mantidos os 63 vetos apresentados pelo presidente da República. Não é
3031 presidente, pelo presidente da República. Ah, o texto é aprovado no Congresso Nacional,
3032 é isso? Então sejam mantidos, apresentados pelo presidente da República, lembrando
3033 que o veto é um poder exclusivíssimo do presidente da República, personalíssimo,
3034 inclusive. Perfeito. Era esse o ponto? Estou esclarecido, senhor, tudo bem. Muito bem,
3035 algum ponto, alguém gostaria de fazer uso da palavra? Em não havendo nenhum escrito,
3036 em não havendo nenhum escrito, gostaria de, vamos colocar em votação, vocês fazem
3037 questão da votação nominal? Isso? Senhor conselheiro, ou é votação nominal, ou não é
3038 votação nominal? Solicita a votação nominal. Deixe-me consultar o regimento interno, só
3039 um minutinho. Deixe-me consultar a regimento interno. Nós temos requerimento por
3040 escrito da votação nominal? A mesa não dispõe de referir o documento exigido pela
3041 regimenta interna. Nós não temos o documento. Não tendo o documento que solicita...
3042 Não, não, não, não. Espera aí, não. Ou tem ou não tem. Não, não, não tem, a mesa não
3043 recebeu, desculpa. Já iniciei o processo de votação e não há solicitação por escrito.
3044 Portanto, vamos entrar em votação sem ser nominal. Aqueles que forem contrários à
3045 aprovação da moção, que se manifestem, por favor. Contagem. 13 votos contrários, é
3046 isso? Muito bem. A favor, por favor. Abstenção, por favor. Abstenção? Então, aprovado
3047 por maioria. Queria manifestar... Queria, como presidente desse Conselho e membro do
3048 Governo Federal, manifestar estranheza que representantes do Governo Federal tenham
3049 votado contrário à moção de defesa dos vetos do Presidente da República, que fique
3050 consignado em ata que fique consignado em ata que integrantes do Governo Federal se
3051 manifestaram contra, contra a posição do Presidente da República. E não havendo mais
3052 pontos para deliberação, passamos ao ponto... Eu quero, inclusive, o registro desses
3053 votos para levar à Casa Civil, por favor. Vamos, então, aqui, agora, passar para
3054 discussões de temas relevantes da agenda ambiental e informes. Primeiro, a

3055 apresentação dos trabalhos respectivos resultados realizados pela coalizão para a
3056 descarbonização dos transportes. Já foi feito, correto? Se eu estou... Teriam
3057 apresentado... Cadê? A Patrícia não está aqui? Patrícia, vocês vão apresentar ainda?
3058 Qual é o interesse de vocês nesse caso? Já entregaram para a Ministra, agora não
3059 querem apresentar para nós. Está vendo, pessoal? Esse é o problema. Não devia ter
3060 topado dar para a Ministra. Olha aí. Eu ouvi dizer que é uma apresentação de dois slides.
3061 Confere, conselheira Patrícia. Ah, não, são três. Ah, está bom. Quanto tempo a senhora
3062 precisa?

3063 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – TITULAR (Confederação Nacional**
3064 **do Transporte)** - Bom, boa tarde a todos. Agradeço àqueles que ficarem. De todo modo,
3065 isso vai ser disponibilizado para todos os conselheiros via o site de Conama, não é,
3066 Marcela?

3067 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Conselheira, eu só
3068 precisaria... Eu fiz uma pergunta, só para descrever. Quanto tempo a senhora precisa?

3069 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – TITULAR (Confederação Nacional**
3070 **do Transporte)** - E quem vai fazer a apresentação é o gerente executivo de governança
3071 da CNT, e a Thais, que é a consultora da BCG, que trabalhou tecnicamente nos apoiando
3072 nesse rico trabalho. Então, com a palavra...

3073 **O SR. JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO (Gerente Executivo de Governança**
3074 **e Gestão Estratégica da CNT)** – Obrigado, Patrícia, presidente. Boa tarde aos membros
3075 ainda presentes. Muito obrigado pela oportunidade. Eu vou falar rapidamente, só um
3076 contexto, à Thais, que vai apresentar durante os dez minutos, a gente vai ser breve.

3077 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Desculpe só um
3078 minutinho. Eu pediria, por favor, senhores conselheiros, assim como todos... Senhores
3079 conselheiros, assim como todos, ouvimos com atenção propostas de moção, todos
3080 acompanhamos. Eu gostaria de solicitar a atenção... Senhores conselheiros, por favor.
3081 O senhor aí, conselheiro. Eu pediria a elegância de aguardar o final da sessão, porque
3082 todos aqui aguardaram para garantir o quórum, e agora nós estamos assistindo a uma

3083 debandada que não faz sentido, principalmente dos conselheiros ambientalistas que
3084 fizeram tanto esforço para conseguir manter o quórum. Então, eu pediria a elegância e a
3085 educação de que permaneçam aqui e que façam silêncio para que o conselheiro possa
3086 seguir. Por favor.

3087 **O SR. JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO (Gerente Executivo de Governança**
3088 **e Gestão Estratégica da CNT)** – Obrigado, presidente. Esse documento resulta de um
3089 esforço de 60 entidades representativas das empresas transportadoras brasileiras sobre
3090 a liderança do Centro Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável,
3091 Confederação Nacional do Transporte, Motiva, que é o antigo grupo do CCR, e o
3092 Observatório Nacional de Mobilidade do INSPER. Por que essas quatro entidades se
3093 reuniram para elaborar um documento de posicionamento desta natureza? O embaixador
3094 André Corrêa do Lago, ainda negociador do Brasil, representante do MRE no processo
3095 da COP, desafiou alguns segmentos econômicos a terem um documento que
3096 apresentasse as convergências do setor empresarial para a questão climática. Ele,
3097 enquanto negociador brasileiro, se sentia em uma situação muito desconfortável, como
3098 uma entidade chegava lá apresentando um ponto sobre descarbonização, e, no outro
3099 dia, ele recebia uma outra entidade também representativa do setor que era uma entidade
3100 divergente. Ele desafiou cinco segmentos econômicos, e o setor transportador tem o
3101 orgulho de ter sido o primeiro segmento a consolidar este material, depois de um diálogo
3102 amplo com sua base representativa, e entregou no dia 12 de maio para o governo, que
3103 eu espero que seja um documento que contribua com a construção de políticas públicas
3104 que apontem para o futuro mais sustentável do setor de transporte. Dentro da nossa
3105 agenda de advocacia, temos dois pontos muito importantes. Um, que é a influência na
3106 elaboração do Plano Clima. A gente acha que há um esforço muito grande do governo
3107 brasileiro, e aqui fica o registro, da Confederação Nacional do Transporte, a abertura do
3108 diálogo do MMA, do Ministério do Transporte, do Ministério de Portos e Aeroportos, do
3109 Ministério das Cidades, para a construção do Plano Clima. Este documento influenciou
3110 diretamente no que está apresentado na consulta pública, que foi encerrada na semana
3111 passada, sobre o Plano Clima Setorial de Mitigação. Do setor de transporte, no caso. E
3112 o outro ponto, essa apresentação aqui no Conselho Nacional, é muito importante para
3113 nós, porque nos coloca, junto aos demais conselheiros, como um setor que tem muito a

3114 contribuir com essa agenda de descarbonização, visto que é um setor que, por muitas
3115 vezes, é tido como um vilão para o tema no país, e, de fato, nossas emissões são
3116 consideráveis, mas nós nos colocamos à disposição dos conselheiros para avançarmos
3117 nessa agenda. A Thais é diretora do BCG, Bosco Consulting Group. Ela é a responsável
3118 técnica pela elaboração do documento. Ela ouvia representantes das entidades, das
3119 empresas lá, com diversas opiniões, e buscou os elementos técnicos para consolidar
3120 esse documento. Ela vai precisar de alguns slides para os senhores entenderem como é
3121 que o setor se visualiza até 2050, no tocante às emissões. Muito obrigado.

3122 **A SR^a. THAIS RAMAJO ESTEVES (Diretora do BCG – Boston Consulting Group) -**
3123 Obrigada, João. Obrigada a todos. Eu vou ser breve. É um documento de poucas
3124 páginas, um documento tão robusto quanto esse, que foi elaborado a tantas mãos, mas
3125 nós tentamos trazer aqui para vocês as principais conclusões do estudo. Acho que nós
3126 podemos pular para a próxima etapa. Obrigada. Nós partimos de um ponto de partida em
3127 que, como o João já elaborou, nós tivemos a participação de muitas entidades para a
3128 consolidação desse estudo. Nós organizamos esse trabalho nas seis verticais, tentando
3129 ter uma visão abrangente de todo o setor de transporte, de mobilidade urbana, ferroviário,
3130 aquaviário, rodoviário, e infraestrutura e transversalidade, assim como o aeroviário. Para
3131 cada uma dessas entidades, nós temos um documento específico com mais
3132 detalhamentos das conclusões. A ideia do estudo foi, ao longo de todas essas rodadas
3133 de workshops e reuniões, consolidar uma visão única sobre o que são os caminhos
3134 possíveis para a ativação do setor e o tamanho dessa ambição almejável. Nós fizemos
3135 um plano de ativação também, que está elaborando agora, trazendo esse estudo e as
3136 conclusões para diferentes fóruns. Mas acho que o resumo principal que nós queríamos
3137 trazer para vocês está consolidado aqui nesse único slide. Nós partimos de um total de
3138 emissões do setor de mais ou menos 260 milhões com os dados de 2023, que era o
3139 último dado disponível quando nós fizemos o estudo. Nós fizemos uma visão inicial do
3140 que isso representaria em 2050 em um cenário de inação. O que é o cenário de inação?
3141 O cenário de inação é um cenário em que realmente não tem nenhum esforço adicional
3142 para a descarbonização desse setor. Não tem mais avanço de biocombustível, não tem
3143 avanço de mudança de matriz para modais mais limpos e assim por diante. Nesse
3144 cenário, dado o contexto de que o Brasil é um país emergente, um país que cresce, o

3145 crescimento traz um desenvolvimento não só econômico, mas também social, as
3146 emissões do setor poderiam crescer até 60%. Então, tomando esse ponto de partida em
3147 2050, a próxima etapa do trabalho foi mapear uma série de alavancas. Nós fizemos um
3148 mapeamento bem exaustivo de mais de 90 alavancas, dos quais três vetores críticos são
3149 responsáveis por mais de 60% da redução de emissões versus o baseline de 2050. No
3150 cenário de nação. Além disso, existem outras alavancas que também trariam uma
3151 redução adicional de 8%, e essas alavancas também são importantes, porque muitas
3152 delas já trariam uma materialidade de impacto no curto prazo. Aqui estamos falando de
3153 coisas como renovação da frota, pavimentação de rodovias, ganhos de eficiência e assim
3154 por diante. Em sua totalidade, as alavancas teriam um impacto de mais ou menos 110%
3155 nas reduções de emissões frente ao total de emissões do setor em 2023. Então, um
3156 impacto bem significativo. Mas ainda restariam emissões residuais, que nós acreditamos
3157 que, com avanços tecnológicos, até 2050 poderiam ser endereçadas. E também vale o
3158 destaque de que aqui estamos falando sobre o setor de transportes. Mas, obviamente,
3159 quando pensamos no Plano Clima, temos que olhar as emissões do Brasil como um todo,
3160 e isso envolve o plano de descarbonização de todos os setores, onde, eventualmente,
3161 podem ter compensações de um setor para o outro. Só para finalizar, quando falamos
3162 dos três vetores críticos que são responsáveis por 60% da redução de emissões, estamos
3163 falando sobre mudança na matriz com o aumento da participação de modais mais limpos,
3164 como o aquaviário e o ferroviário. Hoje, a matriz brasileira é predominantemente focada
3165 no modal rodoviário, e a ideia é que essa matriz, no futuro, ela fique mais diversificada,
3166 com a presença de outros modos. Estamos falando sobre a expansão de eletrificação e
3167 novas tecnologias, como Power to X, hidrogênio, amônia, nos modais em que elas são
3168 aplicáveis. E estamos falando sobre a expansão do biocombustível, que já é o carro-
3169 chefe no Brasil e deve continuar tendo uma presença relevante no futuro. Obviamente
3170 que com a sua produção de uma maneira sustentável e com todo o cuidado possível para
3171 que isso seja realmente um viabilizador da transição climática e não mais um causador
3172 de dificuldades. Para que tudo isso seja possível, também é necessário uma série de
3173 habilitadores. Então, aqui estamos falando de política pública, já falando de
3174 financiamento, de avanços tecnológicos. Nós também, para cada uma das verticais,
3175 fizemos um mapeamento exaustivo de quais seriam exemplos desses habilitadores que

3176 já estão se materializando agora no curto prazo e fica o convite para vocês, então,
3177 olharem isso em profundidade no estudo.

3178 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Bom, eu queria
3179 parabenizar efusivamente a CNT e o setor por esse esforço. Vejo que nós estamos
3180 falando de um crescimento da atividade do setor. Nós não estamos falando que vai se
3181 reduzir 110% em relação à posição de hoje. Nós estamos falando de um setor que vai
3182 crescer, nós temos aí um avanço enorme, necessário, para atendimento de transporte
3183 público, toda a parte de atendimento, crescimento de frota, toda a parte econômica
3184 envolvida, ou seja, nós vamos ter, como mostrou bem ali, um crescimento e o esforço do
3185 setor para ajustar que esse crescimento traga, o crescimento econômico do setor, traga
3186 essa redução tão relevante no conjunto das emissões brasileiras. E, como eu havia falado
3187 antes, quando discutimos a moção apresentada pelo conselheiro Rubens Born, é
3188 exatamente isso, nós temos os diferentes setores da economia que se comportam
3189 diferentemente, alguns têm mais possibilidade de redução mais rápida, alguns têm
3190 menos possibilidade, alguns têm possibilidade de redução que pode se tornar, inclusive,
3191 negativo, por exemplo, os da terra, as nossas projeções de desmatamento zero em 2030,
3192 conforme proposto pela República, e o nosso Conaveg, Planaveg, que prevê restaurar
3193 12 milhões de hectares, podendo aumentar isso para 20 milhões de hectares, vão
3194 significar um segmento que não só não emitirá, como fará o processo de sequestro de
3195 carbono em grande escala, portanto, permitindo que os demais setores da economia
3196 possam ter mais tempo, mais possibilidade de operar no médio e longo prazo para se
3197 ajustarem ao nosso compromisso, ao que nós desejamos, ao nosso compromisso, que é
3198 uma economia carbono neutra em 2050. Então, queria realmente parabenizar, é assim
3199 que funciona, sabe, Patrícia, é muito bacana você ter trazido aqui toda a equipe, porque
3200 é desse jeito que a gente vai chegar lá, com os próprios setores da economia, buscando
3201 planejar a sua transição, incorporar as suas tecnologias, as suas expectativas, para que
3202 a gente possa, em conjunto, chegar ao resultado almejado. Conselheira, com a palavra.
3203 Lá no microfone, por favor.

3204 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULRA (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3205 **Ambientais)** – Lisiane, MIRA-SERRA, também parabenizar o esforço, não deve ter sido

3206 fácil, mas eu tenho um questionamento. Eu tenho participado do Fórum Democrático, no
3207 Rio Grande do Sul, em prol da sustentabilidade, e eu vi um exemplo que eu gostaria de
3208 saber se aborda, se cabe dentro...

3209 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** - Falar mais perto do microfone um pouquinho
3210 só.

3211 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULRA (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3212 **Ambientais) – Oi?**

3213 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** - Isso, mais perto só, para ouvir.

3214 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULRA (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3215 **Ambientais) –** Eu não acerto com esse microfone. Então, por exemplo, nós temos aquela
3216 proposta, que acho que o país todo sabe, que está tramitando no IBAMA, do porto em
3217 Arroio do Sal, o porto meridional, o porto privado, que vai passar por dentro de unidades
3218 de conservação, vai ter um desmatamento, então nós vamos ter emissões de gases, nós
3219 vamos ter atropelamentos de animais, nós vamos ter que aumentar as rodovias, porque
3220 não tem fluxo que dê conta de um transporte viário para chegar nesse porto, enquanto
3221 nós temos um outro porto meio desativado em Ibituba, e temos de Porto Alegre, e nós
3222 temos de Rio Grande. Paralelo a isso, agora foi demonstrado, apresentado nesse fórum,
3223 uma usina de biocombustível, que é da Petrobras, que também vai produzir óleo, também
3224 grãos, moagem, para fazer ração, e para, finalmente, alimentar o gado e virar carne. E
3225 vai contar com uma malha, já boa parte existente, de ferrovia, então nós temos menos
3226 carga poluente na ferrovia, nós temos o uso do porto de Rio Grande. Se for feito o porto,
3227 se for aprovado o porto, que seria, digamos, dentro desse painel, ele seria um porto
3228 moderno, ele poderia também ter uma redução de emissões de gás de efeito estufa.
3229 Como fica vendo esses dois exemplos, uma é uma biorefinaria, que eu também já acho
3230 também que vai dar algum problema, por causa da soja que vai vir de cima, vai ter um
3231 aumento de produção, isso nós vamos ter que ver, com o acompanhamento do projeto.
3232 Mas como é que fica esse cálculo de todos esses avanços, porque é aeroporto, são
3233 vários, inclusive aqui no Conama, há uns anos atrás, nós aprovamos a regulação de

3234 aeroportos menores, como é que fica essa contabilidade do desmatamento, da
3235 intervenção ambiental, dentro dessa proposta de avanço tecnológico na logística?

3236 **A SR^a. THAIS RAMAJO ESTEVES (Diretora do BCG – Boston Consulting Group) -**

3237 Obrigada pela pergunta, acho que é um excelente ponto. Quando nós fizemos o estudo
3238 da coalizão, nós tomamos cuidado de... e acho que vale posicionar que, com o Cebes,
3239 nós estamos fazendo esses mesmos estudos para outros setores. Dado esse pedido do
3240 embaixador de termos uma abrangência setorial expansiva, para cada um dos setores,
3241 nós tomamos cuidado de olhar realmente o que tangenciava aquele setor. Obviamente,
3242 o que você está trazendo, que é a interligação entre os diferentes impactos, tem que ser
3243 levado em conta, uma vez que você olhe todos os estudos na sua totalidade, e é para
3244 isso que exige o Plano Clima. Quando eles estão fazendo, nos debates do Plano Clima,
3245 usando o modelo da COP, todos esses impactos indiretos, eles também são levados em
3246 consideração. Aqui no estudo, nós tratamos disso mais em uma visão de habilitadores.
3247 Então, quando você vai fazer um porto, você respeite as leis do licenciamento ambiental,
3248 isso tem que ser conduzido de uma maneira diligente. Mas esse impacto em si, o líquido
3249 do desmatamento, ele não foi levado realmente em consideração nos cálculos, por mais
3250 que, se você pensa no que foi acabado de pôr, que no Brasil nós temos uma capacidade
3251 de uso da terra que pode chegar não só no desmatamento zero, mas em emissões
3252 líquidas positivas, e nós temos áreas degradadas que hoje totalizam mais de 100 milhões
3253 de hectares, eu diria com confiabilidade que daria para nós equacionarmos um
3254 crescimento que passa pela exigência de todos esses avanços de construção de portos,
3255 construção de refinarias, etc., mas que materializam o desenvolvimento econômico e
3256 social necessário para o país, mas ainda com o uso da terra responsável.

3257 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo) –** Muito obrigado.
3258 Conselheiro César Victor.

3259 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
3260 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA) –** César Victor, da Fundação Pró Natureza
3261 e da Região Centro-Oeste, Sociedade Civil. Primeiramente, gostaria de parabenizar,
3262 acho que é uma iniciativa muito importante para o nosso país, e eu queria fazer uma
3263 pergunta relacionada às estradas, especificamente a estrada que está sendo cada vez

3264 mais uma pressão, um fator de pressão, que é a abertura da estrada, quer dizer, o
3265 asfaltamento da 319 que liga Porto Velho a Manaus. A gente sabe que a Amazônia tem
3266 lá quantidade de rios que podem ser perfeitamente utilizados para fazer transporte de
3267 carga e outros transportes de pessoas também, e insistem nesse modal de transporte
3268 rodoviário na Amazônia. A gente sabe que, na hora que faz uma estrada e que se asfalta
3269 essa estrada na Amazônia, o desmatamento é desenfreado. É só pegar o que aconteceu
3270 em Rondônia, na década de 1980, 1970, 1980, 1990, com a BR-364 que foi asfaltada, e
3271 naquela década de 1980 foi considerada a década da destruição. Se a gente, destruição
3272 da Amazônia, se a gente pegar também o desmatamento no estado de Rondônia, a gente
3273 vai ver como é que foi, como é que está o estado, e como era antes. Se essa rodovia
3274 fosse asfaltada, realmente a Amazônia vai ser partida em duas, e vai ser um
3275 desmatamento realmente muito representativo, e com isso as emissões também vão ser
3276 alarmantes. E queria saber se uma coisa como essa está sendo considerada nessa
3277 proposta de vocês, porque isso é algo realmente essencial para a manutenção da floresta
3278 Amazônia, para a manutenção da Amazônia, para tirar essa perspectiva de estradas pela
3279 Amazônia, quando realmente o que vai acontecer, todos nós já sabemos, vai ser a
3280 destruição total do bioma, então a gente deveria ter claro nesse plano que esse tipo de
3281 modal não deveria ser estimulado na Amazônia. Obrigado.

3282 **O SR. JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO (Gerente Executivo de Governança**
3283 **e Gestão Estratégica da CNT) –** Conselheiro, obrigado pela consideração. A coalizão,
3284 ao avaliar o tema de operação intermodal, ela conclui que o Brasil tem como grande
3285 potencial para a descarbonização justamente incentivar os modos menos poluentes,
3286 claro, o transporte de carga, como a navegação, a ferrovia. Hoje, a nossa carga é
3287 concentrada, 69% de toda a carga transportada no Brasil, e 95% dos passageiros
3288 transportados são pelo modo rodoviário. É uma escolha que em algum momento o país
3289 fez, e nós precisamos continuar crescendo e se desenvolvendo alternando essa escolha.
3290 Então, a coalizão reconhece que só é possível atingirmos essa redução de 68% das
3291 emissões, em boa parte pela mudança na matriz do transporte, privilegiando o transporte
3292 da navegação e da ferrovia, por exemplo, que são muito mais eficientes do que o
3293 rodoviário, para o transporte, sobretudo, quando a gente leva em consideração a emissão
3294 de gases e efeitos estufas. Eu não posso, enquanto representação setorial, presidente,

3295 rapidamente, eu sei que o tema da 319 é muito polêmico, eu acho que ele tem que ser
3296 tratado de maneira ampla e restrita, debatendo, sobretudo, com os amazônidas, e eu,
3297 como amazônida, me sinto muito à vontade para falar a respeito também. Além de
3298 representar aqui um setor, na verdade, quem representa é a Patrícia, a nossa
3299 conselheira, mas, neste momento, falando em setor, nós acreditamos que, primeiro, a
3300 319 existe, ela está praticamente impraticável, mas ela existe, ela não é uma estrada
3301 nova, essa decisão já foi tomada lá atrás, municípios foram organizados a partir dessa
3302 decisão que foi tomada. E, hoje, boa parte desses municípios vivem quase que em total
3303 isolamento. E a gente fala, mas chega à navegação lá. Chega, mas, ano passado, boa
3304 parte do ano, a gente ficou sem operar por causa de secas. E esses municípios tiveram
3305 problema de abastecimento. Chega por navegação e por aéreo, mas a gente não
3306 conseguiu abastecer, por diversos motivos, abastecer o Manaus com gás, durante a
3307 pandemia, para respiradores, para funcionamento de respiradores.

3308 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Só um minutinho,
3309 desculpe fazer uma pergunta. Nós não estamos aqui discutindo a 319. Se o conselheiro
3310 quiser pautar a discussão sobre a 319, nós podemos aqui combinar. A pergunta é como
3311 o plano setorial incorpora essa questão da consequência sobre desmatamento e,
3312 portanto, emissão de gás de efeito estufa com relação a rodovias. Eles estão exemplos
3313 da 319, mas eu não gostaria aqui que nós entrássemos no debate da 319, porque nós
3314 teremos muitos aqui que vão falar a respeito disso, eu mesmo vou querer falar a respeito
3315 disso.

3316 **O SR. JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO (Gerente Executivo de Governança
e Gestão Estratégica da CNT)** – Perfeito, presidente. Mas é isso. Sobre o equilíbrio da
3317 matriz do transporte, nossa posição é clara. Embora a nossa representação seja de todos
3318 os modos, o rodoviário, inclusive as empresas do rodoviário, acreditam que o seu
3319 potencial econômico está na última milha. Então, quanto mais se transportar por
3320 navegação e por ferrovia, é melhor para todos os modos de transporte, inclusive para o
3321 rodoviário que faz a última milha. Então, objetivamente, tentando ser objetivo para
3322 finalizar isso, presidente.

3324 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Obrigado. Conselheiro
3325 Truda, por favor. Truda Júnior.

3326 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR – TITULAR (Instituto Baleia Jubarte)** –
3327 Obrigado, presidente.

3328 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Não é para falar sobre o
3329 tubarão no transporte, não é?

3330 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR – TITULAR (Instituto Baleia Jubarte)** – Não.

3331 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Perguntar sobre o
3332 transporte dos tubarões.

3333 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR – TITULAR (Instituto Baleia Jubarte)** –
3334 Obrigado, presidente. Desculpe, nesse adiantado, a hora de tomar a palavra outra vez,
3335 mas eu queria aproveitar a oportunidade com a presença dos nossos companheiros aqui
3336 da Confederação. Eu sei que nós estamos todos sob pressão da COP30, para falar de
3337 clima, mas ouvindo vocês falarem e vendo a qualidade desse trabalho, eu fico pensando
3338 o quanto que a Confederação podia nos ajudar em conservação da biodiversidade nos
3339 diferentes modais de transporte. Pensando um pouco no nosso exemplo, o Instituto
3340 Baleia-jubarte está trabalhando com portos para a prevenção da colisão de grandes
3341 navios com baleias, que é hoje a grande causa de mortalidade de baleias no mundo. E
3342 aqui no Brasil, nós estamos trabalhando de forma exclusivamente voluntária com
3343 transportadoras aquaviárias e com portos. Já temos recomendações voluntárias
3344 implantadas no Treno do Transpetro, em São Sebastião, na VI-portos, lá em Vitória. Tem
3345 todo um trabalho sendo feito com passagem de fauna nas estradas. Então,
3346 evidentemente, não vamos falar disso agora, mas queria convidá-los a gente conversar
3347 mais sobre isso, talvez na próxima reunião, quando nos encontrarmos aqui. E,
3348 eventualmente, quem sabe pensar em um grupo de trabalho na Confederação sobre
3349 biodiversidade, para que a gente pudesse agregar boas soluções que estão acontecendo
3350 para não só minimizar o impacto, mas também fazer com que os diferentes modais

3351 colaborem com a conservação da biodiversidade. É um convite que eu lhes faço, e espero
3352 que a gente possa conversar mais sobre isso. Obrigado.

3353 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Excelente, excelente
3354 proposta, mesmo porque a questão de atropelamento de fauna é um grande problema
3355 também.

3356 **O SR. JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO (Gerente Executivo de Governança**
3357 **e Gestão Estratégica da CNT)** – A Patrícia falou que nós temos um programa Despoluir,
3358 que trabalha há 30 anos, sensibilização das transportadoras para a agenda ambiental, e,
3359 inclusive, com um trabalho de sensibilizar os caminhoneiros para serem amigos do meio
3360 ambiente, que é para esse cuidado da fauna e tudo mais. Mas o convite aceito, a gente
3361 está à disposição para conversar.

3362 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Conselheira Lisiane
3363 pediu a palavra novamente. Conselheira, faz questão de falar novamente? Então, por
3364 favor. Mas eu pediria que a senhora fosse realmente breve, porque a senhora já falou
3365 sobre esse tema. Se a senhora pudesse ser breve, eu agradeceria muito.

3366 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULRA (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3367 **Ambientais)** – Eu só gostaria de agregar ao que o Truda falou, de uma proposta para a
3368 gente incluir também...

3369 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Não é para registro de
3370 artes, por favor, aquela burocracia.

3371 **A SR^a. LISIANE BECKER – TITULRA (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**
3372 **Ambientais)** – Lisiane Becker, MIRA-SERRA. Só queria agregar ao que o Truda falou,
3373 na proposta de a gente discutir também, falar sobre discutir mais desse assunto, saber
3374 mais. Também gostaria de incluir na pauta disso aí, como é que vai se dar o uso dos rios
3375 Madeira, Tocantins, Tapajós, que entraram no Programa de Desestatização, no Decreto
3376 12.600. Como é que vai ser essa previsão desse uso, em relação ao lançamento de
3377 gases de efeito estufa, o desmatamento e todo aquele desenvolvimento que vem junto
3378 com o uso desestatizado. Então, se a gente puder incluir nessa proposta, para a gente

3379 também saber mais sobre esse decreto, e como é que vai ser a aplicação dele dentro do
3380 transporte, gostaria bastante de saber. Obrigada.

3381 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Obrigada. Então, fica aí
3382 o desafio para a CNT, para informar, considerar a respeito disso. Mais alguém gostaria
3383 de se manifestar a respeito desse belíssimo trabalho da CNT? Não havendo mais
3384 nenhum manifestante, já foram vários que se apresentaram. Mais uma vez, parabéns
3385 pelo trabalho, pela contribuição. O próximo item de pauta, e o próximo e último item de
3386 pauta, seria uma apresentação dos dois planos, novos painéis de vigilância em saúde e
3387 ambiente, atualização do painel VSA, Poluição Atmosférica e Saúde Humana. Mas a
3388 representante do Ministério da Saúde acabou de pedir para a suspensão, uma questão
3389 de possibilidade de apresentar. Então, podemos marcar em uma próxima ocasião, está
3390 certo? Com isso, nós... Perfeito. Na próxima, nós não garantimos, em função da agenda,
3391 nós vamos ter que avaliar. Mas, em princípio, está na fila para uma próxima, mas nós
3392 vamos, se não na próxima, na outra, com certeza, porque todos ficaram muito curiosos
3393 com esse trabalho que é superimportante, inclusive, do Ministério da Saúde, e contou,
3394 inclusive, com uma colaboração com o Ministério do Ambiente. Então, nós passamos
3395 para os informes. Eu tenho inscrito Juliana Gatti, Gustavo Malacco e Marçal e César Vitor.
3396 Vocês veem que ninguém tem compromisso para o jantar, certo? Muito bem. Então,
3397 Juliana Gatti, por favor. Obrigada.

3398 **A SR^a. JULIANA GATTI PEREIRA RODRIGUES – TITULAR (Instituto Alana/Clica)** -
3399 Boa tarde a todas e todos. Juliana Gatti aqui representando a coalisão pelo Clima
3400 Crianças e Adolescentes. Quero, na verdade, fazer uma lembrança para todos vocês que
3401 já receberam convites e informações bastante detalhadas sobre amanhã. Nós vamos ter
3402 o dia aqui, o seminário, para debater o tema de justiça climática. É uma resolução
3403 proposta pela Sociedade Civil que estamos discutindo na Câmara Técnica de Justiça
3404 Climática. E nós queremos que esse seminário de amanhã traga subsídios, informações,
3405 ampliação do conhecimento de todos nós sobre o tema. Vai acontecer durante todo o
3406 dia. Nós estamos preparando toda a programação com muito cuidado, com muita
3407 dedicação e apoio da equipe do SISNAMA. Também muitas pessoas aqui da Sociedade
3408 Civil apoiando bastante, participação ampliada de todos os setores. Então, nós queremos

3409 muito contar com a presença de vocês aqui para construir essa visão em comum, para
3410 que essa resolução possa trazer caminhos para a sociedade se sentir amparada em
3411 relação aos aspectos de justiça climática e racismo ambiental. É isso. Muito obrigada.

3412 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Excelente. A Juliana
3413 esqueceu de dizer que haverá, na abertura, a palestra magna do nosso Herman
3414 Benjamin, que vai dar uma verdadeira aula sobre justiça climática e, realmente,
3415 imperdível, porque ele conhece muito do assunto.

3416 **A SR^a. JULIANA GATTI PEREIRA RODRIGUES – TITULAR (Instituto Alana/Clica)** -
3417 Sim. Todas as mesas muito bem trabalhadas, com representantes de vários setores e
3418 segmentos, e a gente vai também ter uma inovação no final, com uma sessão da Câmara
3419 Técnica aberta para todos participarem. Está ótimo. Muito obrigada.

3420 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Beleza. Gustavo
3421 Malacco, por favor. Não precisa mais? Estão próximos.

3422 **O SR. GUSTAVO BERNARDINO MALACCO DA SILVA - TITULAR (Região Sudeste –**
3423 **Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro -ANGÁ)** - Gustavo,
3424 Associação ANGÁ. Acho que o dia de hoje, de ser biólogo, eu também, e tantos outros
3425 biólogos que estão aqui, acho que referindo a um dia de reunião muito importante, essa
3426 resolução sobre a questão das autorizações, de supressão de vegetação, a questão das
3427 barbatanas, moções do licenciamento, acho que a gente precisa perfeição esse sistema
3428 nominal, presidente. Acho que, na parte de dezembro, acho que vai ficar mais fácil,
3429 porque eu acho que, em alguns momentos, é importante a sociedade saber como,
3430 realmente, de que forma esse conselho está se colocando, especialmente o poder
3431 público. Mas queria reforçar, semana que vem, na semana do Cerrado, o César depois
3432 vai falar um pouquinho, mas a gente espera algumas entregas do Governo Federal, a
3433 gente está tendo entregas positivas nas últimas semanas, Lei do Mar, a questão da
3434 Caatinga, a questão do Pantanal, e o nosso Cerrado continua aquele bioma, não pelas
3435 ações do MMA, pelo contrário, a queda do desmatamento, a gente tem que falar isso,
3436 mas ainda esse bioma do sacrifício, por boa parte do setor econômico. E aí a gente
3437 realmente espera, na próxima semana, algumas entregas, especialmente áreas

3438 protegidas, e continuar esse belo trabalho em relação à redução do desmatamento.
3439 Esperamos que os estados, principalmente, pena que a maioria já se ausentou, não ficam
3440 até o final, uma crítica construtiva, a gente permanece sempre até o final aqui para ouvir
3441 a todas e a todos, mas os estados têm essa deselegância, têm as exceções, é claro, mas
3442 é muito importante que eles debrucem também nas suas políticas de proteção, de
3443 conservação, de uso sustentável desse importante bioma. Obrigado, parabéns à mesa,
3444 à condição de hoje, e espero revê-los em breve novamente. Obrigado.

3445 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Obrigado, conselheiro.
3446 Lembrando que tem bastante ambientalista que saiu também. Cesar... é, Marçal.
3447 Conselheiro Marçal, por favor.

3448 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
3449 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Marçal Cavalcanti, presidente da
3450 ANAMMA. Antes de mais nada, Capo, parabéns pela condição, parabéns a todos nós
3451 por isso, mas quero fazer um convite para que agora, em outubro, vai ter o SIS-Búzios,
3452 o seminário de resíduos sólidos em Búzios, onde a Adalberto, você chegará a convite
3453 para todos, para que possamos fazer um grande debate, um amplo debate sobre a
3454 questão do saneamento nesse país, que ainda continua muito, muito aquém, e com
3455 relação aos aterros sanitários e aos lixões. A outra ação, Capo, é um pedido para que a
3456 gente possa formular uma questão que está esquecida. Nós precisamos dar um levante
3457 sobre a paridade do Conselho, que está adormecido dentro do Governo Federal do
3458 presidente Lula, que um governo com tantas divergências, mas que está esquecendo
3459 esse compromisso. Nós vamos formular um pedido e que esse Conselho, que a Ministra
3460 Marina possa, em um instante oportuno, mesmo com todas essas divergências de TCFA,
3461 de licenciamento, não possa esquecer esse tema tão relevante, que tem uma medida
3462 judicial para ser cumprida, e até agora nós estamos sem condição de trabalhar e falar
3463 sobre isso. Então, pedido para que esse Conselho possa debruçar sobre isso e a gente
3464 possa avançar nesse tema. Muito obrigado.

3465 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Conselheiro, me
3466 desculpe, me desculpe. O senhor está se referindo ao encaminhamento já aprovado pelo
3467 Conama, da revisão dos integrantes, não é isso? Não, você falou esse Conselho se

3468 debruçar sobre isso, esse Conselho já se debruçou sobre isso, já elaborou uma proposta
3469 sobre isso.

3470 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**
3471 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – A gente precisa efetivar com todos uma
3472 forma de pressionar para pedir isso que seja resolvido. Como o Ministério tem muito mais
3473 acesso ao...

3474 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Então, tudo bem, eu
3475 entendi, só queria esclarecer que você falou o presidente Lula, mas nesse caso não jogue
3476 a responsabilidade no presidente Lula. Na realidade, esse processo foi devidamente
3477 aprovado. Entretanto, dado a polarização envolvendo o debate sobre o projeto de lei de
3478 licenciamento ambiental, nós julgamos por bem aguardar concluir esse processo para
3479 seguir com a discussão sobre a conclusão do Conama, nos moldes apresentados pelo
3480 próprio Conama, a fim de evitar que isso pudesse gerar mais dificuldades ainda no debate
3481 de licenciamento junto ao Congresso Nacional. César Vitor, por favor. César Vitor, do
3482 Espírito Santo? Não, é o César? Ele é o César, eu sou do Espírito Santo. Ah, ele é o
3483 César, você é a Vitor. Ah, entendi.

3484 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** - Não, é só reiterando aqui também,
3485 reafirmando nosso apoio para a proposta também da ANAMMA aí, nessa questão da
3486 composição, informar que a bancada também tem, neste mandato, e provavelmente
3487 neste ano, conseguiu avançar nessa direção como acordado, sobre a recomposição do
3488 Conama e a democratização para um fórum mais equiparado de todos os segmentos.

3489 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Perfeito. Então, César,
3490 agora, por favor.

3491 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
3492 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – César Vitor, da bancada do Estado Civil.
3493 Eu gostaria de fazer um convite para todos e todas que estão aqui presentes e que
3494 também estão nos assistindo. Aqui no dia 11 de setembro, é o dia do Cerrado, e a cada
3495 dois anos, a Rede Cerrado, que congrega movimentos sociais, ONGs, vai realizar aqui

3496 em Brasília, na Funarte, o 11º Encontro dos Povos do Cerrado. Então, é um encontro
3497 muito importante, que vem serritenses, vem gente do Cerrado inteiro, deve vir mais de
3498 mil pessoas de várias partes do Cerrado, um momento em que a gente discute questões
3499 relacionadas às políticas públicas ligadas ao Cerrado, aos povos do Cerrado, às
3500 comunidades tradicionais, às comunidades indígenas, e que vai ser muito bacana. Se
3501 vocês puderem estar presentes, vai ser uma honra. A gente conta com diversos apoios,
3502 inclusive do próprio Ministério do Meio Ambiente, e a gente considera esse evento de
3503 extrema relevância para o Cerrado. Muito obrigado.

3504 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo)** – Muito bem. Então, não
3505 havendo mais nenhum inscrito, queria encerrar a reunião, mais uma vez, parabenizando
3506 os conselheiros e conselheiras pela disposição de permanecer em um debate de
3507 altíssimo nível, garantindo avanços muito significativos. Agradecer a contribuição de
3508 todos e desejar um bom final de tarde e até amanhã, no seminário sobre justiça climática,
3509 que eu espero encontrar a todos bem alimentados, descansados, depois de um dia
3510 intenso de trabalho. Boa tarde a todos. Muito obrigado. Até a próxima.